

## **INQUÉRITO 4781 DISTRITO FEDERAL**

**RELATOR:** MIN. ALEXANDRE DE MORAES

**AUTOR (A/S) (ES):** SOB SIGILO

**ADV. (A/S):** SOB SIGILO

### **MANIFESTAÇÃO**

De ordem do Exmo. Ministro ALEXANDRE DE MORAES, em 19 de agosto, a presente manifestação analisa a conexão entre a representação da Polícia Federal oferecida nos autos Pet 10.543/DF com os INQ 4.781/DF, INQ 4.828/DF, INQ 4.874/DF, INQ 4.879/DF e INQ 4.888/DF, em especial no que diz respeito ao "núcleo de financiamento" descortinado a partir das informações colhidas no bojo dos procedimentos investigatórios.

Registro, inicialmente, que a Pet 10.543/DF foi distribuída em razão de prevenção aos autos do INQ 4.874/DF, que foi instaurado após determinação de Vossa Excelência nos autos do INQ 4.828/DF, em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando para a existência de uma verdadeira "organização criminosa", de forte atuação digital e com núcleos de "produção", de "publicação", de "financiamento" e "político" absolutamente semelhantes àqueles identificados no INQ 4.781/DF, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito.

No entanto, para fins de melhor compreensão fática entre os procedimentos investigatórios que tramitam nesta CORTE e a presente representação da Polícia Federal, que abrange apenas um dos núcleos identificados – núcleo de financiamento –, bem como à luz da complexidade das investigações, apresento uma análise detalhada e prospectiva dos principais eventos, decisões e depoimentos até então juntados aos autos e do eventual liame fático entre os investigados e referido grupo de empresários mencionados na representação da Polícia Federal.

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

## 1. INQ 4.781/DF

O INQ 4.781/DF foi instaurado pela Portaria GP n. 69, de **14 de março de 2019**, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente da CORTE, nos termos do art. 43, do RISTF, considerando a existência de notícias fraudulentas (*fake news*), denúncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, de seus membros e familiares.

Por meio de despacho inicial datado de **19 de março de 2019** (fls. 13/15, dos autos do INQ 4.781/DF), foi delimitado o alcance do inquérito:

O objeto deste inquérito é a investigação de notícias fraudulentas (*fake news*), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e ao Estado de Direito.

Ressalto que o Plenário da CORTE na ADPF 572/DF (Rel. Min. EDSON FACHIN, DJe de 07/05/2021), decidiu pela constitucionalidade da Portaria GP n. 69/2019, que instaurou, com fundamento no art. 43, do RISTF, o presente INQ 4.781/DF. O julgado foi assim ementado:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ADPF. PORTARIA GP Nº 69 DE 2019. PRELIMINARES SUPERADAS. JULGAMENTO DE MEDIDA CAUTELAR CONVERTIDO NO MÉRITO. PROCESSO SUFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. INCITAMENTO AO FECHAMENTO DO STF. AMEAÇA DE MORTE E PRISÃO DE SEUS MEMBROS. DESOBEDIÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE NAS ESPECÍFICAS E PRÓPRIAS CIRCUNSTÂNCIAS DE FATO EXCLUSIVAMENTE ENVOLVIDAS COM A PORTARIA IMPUGNADA. LIMITES. PEÇA INFORMATIVA. ACOMPANHAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. SÚMULA VINCULANTE Nº 14. OBJETO LIMITADO A MANIFESTAÇÕES QUE DENOTEM RISCO EFETIVO À INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO. PROTEÇÃO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA.

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. Preliminarmente, trata-se de partido político com representação no Congresso Nacional e, portanto, legitimado universal apto à jurisdição do controle abstrato de constitucionalidade, e a procuração atende à "descrição mínima do objeto digno de hostilização". A alegação de descabimento pela ofensa reflexa é questão que se confunde com o mérito, uma vez que o autor sustenta que o ato impugnado ofendeu diretamente à Constituição. E, na esteira da jurisprudência desta Corte, compete ao Supremo Tribunal Federal o juízo acerca do que se há de compreender, no sistema constitucional brasileiro, como preceito fundamental e, diante da vocação da Constituição de 1988 de reinstaurar o Estado Democrático de Direito, fundado na "dignidade da pessoa humana" (CR, art. 1º, III), a liberdade pessoal e a garantia do devido processo legal, e seus corolários, assim como o princípio do juiz natural, são preceitos fundamentais. Por fim, a subsidiariedade exigida para o cabimento da ADPF resigna-se com a ineficácia de outro meio e, aqui, nenhum outro parece, de fato, solver todas as alegadas violações decorrentes da instauração e das decisões subsequentes.

2. Nos limites desse processo, diante de incitamento ao fechamento do STF, de ameaça de morte ou de prisão de seus membros, de apreçoada desobediência a decisões judiciais, arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada totalmente improcedente, nos termos expressos em que foi formulado o pedido ao final da petição inicial, para declarar a constitucionalidade da Portaria GP n.º 69/2019 enquanto constitucional o artigo 43 do RISTF, nas específicas e próprias circunstâncias de fato com esse ato exclusivamente envolvidas.

3. Resta assentado o sentido adequado do referido ato a fim de que o procedimento, no limite de uma peça informativa: (a) seja acompanhado pelo Ministério Público; (b) seja integralmente observada a Súmula Vinculante n.º 14; (c) limite o objeto do inquérito a manifestações que, denotando risco efetivo à independência do Poder Judiciário (CRFB, art. 2º), pela via da ameaça aos membros do Supremo Tribunal Federal e a seus familiares, atentam contra os Poderes instituídos, contra o Estado de Direito e contra a Democracia; e (d) observe a proteção da liberdade de expressão e de imprensa nos termos da Constituição, excluindo do escopo do inquérito matérias jornalísticas e postagens, compartilhamentos ou outras manifestações (inclusive pessoais) na internet, feitas anonimamente ou não, desde que não integrem esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais.

No dia 17 de dezembro de 2019, nas dependências desta CORTE, foi colhido o depoimento do Deputado Federal **ALEXANDRE FROTA**, apontando a existência de um grupo organizado para disseminação de notícias fraudulentas e discurso de ódio:

É do conhecimento do depoente a existência de grupos responsáveis pela criação e disseminação de notícias falsas, ataques e mensagens de ódio a figuras e instituições públicas, incluído Deputados, Senadores e Ministros do Supremo Tribunal Federal, atuando de maneira coordenada. O depoente tem sido alvo constante desses grupos, sendo na verdade uma das pessoas mais atacadas, e por isso procurou investigar quem estaria por trás dessas ofensas e ataques de ódio. Dentre esses grupos, pode mencionar um que existe na ALESP, no Gabinete do Deputado Estadual Douglas Garcia, envolvendo quase a totalidade de seus assessores; o Deputado Estadual Gil Diniz, conhecido como "Carteiro Reaça", que foi assessor de imprensa do Deputado Eduardo Bolsonaro desde 2014. Há também o grupo "vapor waves", que coordena inúmeras contas em redes sociais,

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

notadamente no Twitter, com mensagens extremamente hostis e agressivas, incluindo ameaças a familiares de deputados. O depoente entregou à CPMI milhares de páginas detalhando o "modus operandi" desses grupos. Pelo que pode apurar, esses grupos são coordenados pelo chamado "Gabinete do Ódio", de que fazem parte José Matheus, Felipe Mateus e Tércio Arnaud, todos assessores presidenciais que trabalham sob a coordenação de Felipe Martins, Assessor para Assuntos Internacionais do Presidente da República. Nessa organização há uma clara organização de funções, podendo indicar a existência de "criadores", "coordenadores", "publicadores" e "replicadores". Os alvos dos ataques dessa organização são definidos por algumas poucas pessoas, podendo o depoente citar dentre elas Olavo de Carvalho, Carlos Bolsonaro e o próprio Felipe Martins. Como exemplo dessa máquina de destruição de reputações o depoente pode mencionar uma questão envolvendo o General Santos Cruz, à época Ministro da Secretaria de Governo – SEGOV. O ministro tomou uma decisão de vetar publicidade e patrocínio a sites e portais de Olavo de Carvalho e seus discípulos como Alan dos Santos e Bernardo Kuster; por essa razão passou a ser atacado violentamente, inclusive sendo chamado de traidor e outras mensagens do gênero, chegando a alcançar três mil ataques em apenas nove dias. O mesmo "modus operandi" foi adotado para atacar ministros do STF, notadamente o Ministro Gilmar Mendes. O impeachment deste nunca existiu na realidade, mas foi criado e disseminado virtualmente por esse grupo, alcançando enorme repercussão. Ao que sabe o depoente, esse trabalho coordenado contra o Ministro Gilmar Mendes, incluindo ameaças de morte, valeu-se especialmente de contas do Twitter não identificadas, sob os nomes fictícios de "Lef Dex", "Os Brasileirinhos" e "Leitadas do Loen"; a multiplicação das mensagens de ódio é feita mediante utilização de robôs e também pelos chamados "orgânicos", que são militantes de movimentos políticos virtuais que atuam por fanatismo. Integram essa organização muitas pessoas que ocupam cargos públicos em comissão. Como exemplo disso o depoente gostaria de relatar que certa vez recebeu uma crítica no Twitter de uma pessoa que não se identificava pelo nome, mas cuja imagem pareceu lhe alguém envolvido na última campanha presidencial, de que o depoente também participou. Respondeu fortemente à crítica e, dias depois, ao encontrar-se com a Deputada Federal Carol de Tone, do PSL, que se queixou que o depoente tinha sido agressivo com um de seus assessores em postagem no Twitter. Ao pedir esclarecimentos à colega, porque não se recordava de nenhum problema dessa natureza, ela lhe apontou no Plenário da Câmara para aquela pessoa acima referida; o depoente então apurou ou recordou-se tratar-se de Nicholas Mello, que efetivamente participara da campanha do Presidente da República. O depoente então explicou que apenas havia respondido uma crítica, esclarecendo as circunstâncias à deputada. Para sua surpresa, dois dias depois o referido assessor veio a ser exonerado. Outro fato que demonstra a existência de uma vasta organização é a disseminação quase que simultânea, em diversos perfis do Twitter, de estados muito distantes, e com textos idênticos, o que ao ver do depoente é prova cabal da utilização de robôs. O depoente se compromete a apresentar a este Gabinete, por meio de seu Advogado, uma lista desses perfis falsos e algumas de suas postagens. Outro exemplo de ação coordenada está no fato de que os mesmos perfis do Twitter que anteriormente o Ministro Dias Toffoli, chegando a pedir seu impeachment, subitamente pararam de fazê-lo, e passaram a mirar como alvo o Ministro Gilmar Mendes. Isso coincidiu claramente com o momento em que houve uma reunião institucional entre o Ministro Dias Toffoli e o Presidente da República. Essa mudança de alvo ficou muito clara em postagens que o depoente irá também apresentar para juntada neste inquérito. O procedimento da organização foi igualmente detalhado em uma entrevista de Felipe Moura Brasil à Revista Crusoé, em 11 de outubro de 2019. Indagado sobre a menção que fez na CPMI sobre o impulsionamento de mensagens no Facebook, o depoente relata que ouviu pela primeira vez falar nesse assunto em um almoço que teve com o então candidato Jair Bolsonaro em um restaurante em São Paulo, ao lado do

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Aeroporto de Congonhas, em que estavam presentes também o Vereador Carlos Bolsonaro e o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, além de uma quinta pessoa cujo nome não se recorda. Nessa ocasião o Vereador Carlos disse ao seu pai que era necessário o impulsionamento no Facebook, ao que o então candidato respondeu que era necessário viabilizar "verba" para isso, ao que o Vereador Carlos respondeu que para esse fim deviam procurar o "Otávio"; posteriormente o declarante apurou que essa pessoa era Otávio Fakhoury, advogado e empresário no ramo de investimentos, que também atuou muitas vezes como intérprete do então candidato, uma vez que é fluente em inglês. Otávio Fakhoury inclusive promoveu um encontro de todos os "militantes virtuais" em um hotel em São Paulo, e acabou se tornando tesoureiro do PSL. Maiores informações sobre essa reunião na aludida entrevista de Felipe Moura Brasil. Esse empresário também adquiriu ou financiou a compra de um portal denominado "Crítica Nacional", que pertencia a Paulo Enéas; foram injetados recursos nesse portal, que passou a atuar como forte disseminador de fake news e ataques à reputação de adversários. O depoente confirma as referências que fez na CPMI a uma casa situada na QL 19, em Brasília, ocupada atualmente por Allan dos Santos, onde funciona um estúdio do site "Terça Livre" e que pode ser a "sede" da milícia de ataques virtuais. O depoente conhece Allan dos Santos há muitos anos; ele sempre foi um "militante virtual", de origem humilde, e aluno de Olavo de Carvalho. O depoente notou que a influência dos seguidores de Olavo de Carvalho aumentou muito a partir de dezembro de 2018, na fase de transição, inclusive com o chamado processo de "fritura" de possíveis candidatos a ministros e cargos de outros escalões do governo que não se alinhavam à linha ideológica conservadora. Como já dito acima, o depoente encaminhará material ilustrativo e comprobatório de tudo que foi dito.

Também no dia 17 de dezembro de 2019 e nas dependências desta CORTE, foi colhido o depoimento da Deputada Federal **JOICE HASSELMANN**:

Tomou conhecimento da existência das chamadas fake news à época das eleições de 2018; naquela ocasião parecia-lhe que se tratava de mero debate político, porque as queixas vinham de todos os setores ideológicos. Algum tempo depois, já tendo tomado posse como Deputada, percebeu que haviam pessoas "ao lado e dentro" do Governo que estavam se dedicando sistematicamente à disseminação não só de notícias falsas como também de ameaças. A própria depoente e sua família foi alvo de inúmeras ameaças de morte, inclusive recebendo uma cabeça de porco em sua casa pouco antes de tomar posse como Deputada, havendo um inquérito em São Paulo que investiga esse fato. Indagada sobre quem seriam as pessoas a que se referiu, menciona os assessores Tercio Arnaud, José Matheus e Mateus Diniz, todos, trabalhando sob a chefia de Felipe Martins, que é assessor para assuntos internacionais do Presidente da República indicado pelo vereador Carlos Bolsonaro. A depoente conhece pessoalmente todos esses assessores e pode afirmar que a única função que exercem é a de organizar a divulgação de críticas violentas e dossiês falsos a quem quer que expresse qualquer discordância ao Presidente da República, numa verdadeira guerra virtual. A depoente esclarece que seus contatos pessoais sempre foram com Felipe Martins, mas os mencionados assessores quase sempre estavam presentes, acompanhando seja Felipe Martins, seja o próprio Presidente da República. Sob a liderança do Vereador Carlos Bolsonaro e do Deputado Eduardo Bolsonaro, trabalham interligados diversos outros grupos localizados em diversos Estados da Federação. Essa organização atua pela formação de

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

grupos de Instagram e Signal, havendo um trabalho organizado em nível nacional para definir quem e quando vai disparar ataques e ofensas a reputação a determinada figura pública, conforme quadros e gráficos que a depoente apresentou à CPMI das Fake News. A depoente conseguiu tomar conhecimento desses fatos após um integrante de um desses grupos fornecer a senha de entrada, porque havia percebido que essas atividades haviam desbordado para a prática de crimes. A depoente então indicou um técnico que monitorou por dois dias o grupo "SECRETO 2 GO", em que "GO" significa "Gabinete do Ódio". Essa denominação era corrente dentro do próprio governo. A depoente ouviu uma primeira menção ao "Gabinete da Maldade" feita pelo Ministro Ramos; constatou que diversos ministros, logo no início do governo, se queixavam do "modus operandi" de ataques à honorabilidade das pessoas; recorda-se nesse particular, dos Ministros Bebbiano, Santos Cruz, Onix e Heleno, para citar apenas os principais. Posteriormente obteve a comprovação que esse "Gabinete da Maldade" era o próprio "Gabinete do Ódio" mencionado na imprensa, uma vez que essa expressão foi muitas vezes utilizada nas conversas do aludido grupo, conforme indicado em sua própria denominação. A depoente também pode constatar que o trabalho coordenador dessa organização por vezes se voltava contra o Supremo Tribunal Federal: quando surgia alguma postagem ou hashtag ofensiva ao STF ou algum de seus membros, um dos integrantes do grupo retransmitia e em questão de minutos isso era disseminado pelas redes sociais e para inúmeros outros grupos, seja pela atuação de integrantes da organização, seja por utilização de robôs. A depoente inclusive apresentou na CPMI um gráfico que ilustra a rápida divulgação de uma dessas mensagens. A cúpula dessa organização sabe trabalhar com a construção de narrativas, bem como os canais mais eficazes para sua rápida divulgação, contando para isso com o chamado "efeito manada" que atinge pequenos grupos e até indivíduos isolados, amplificando em nível nacional as mensagens ofensivas, calúnias e notícias falsas e de ódio contra inúmeras autoridades ou quaisquer pessoas que representem algum incômodo. A depoente tem dados relevantes sobre a disseminação e impulsionamento de ofensas e fake news contra Ministros dessa Corte, que não chegou apresentar à CPMI por absoluta falta de tempo — seu depoimento durou mais de dez horas — e irá encaminhar a este Gabinete esse material, para juntada no presente inquérito. A depoente também verificou que estão ligados à essa organização sites pretensamente jornalísticos mas cujo intuito é apenas disseminar fake news e ofensas contra autoridades, bem como repercutir temas de interesse de algumas figuras do governo ligadas a determinada linha ideológica; desses sites, recorda-se neste momento do "Jornal da Cidade On-line", "Renova Mídia", "Senso em Comum", "Brasil Paralelo", "Conexão Política", em que um dos responsáveis é Davi Albuquerque, assessor do Deputado Estadual Alexandre Knoploch, do Rio de Janeiro, "Terça Livre", dirigido por Alan dos Santos, com a participação da repórter Fernanda Sales, lotada no Gabinete do Deputado Estadual Bruno Engler, de Minas Gerais, e "Crítica Nacional", dirigido por Paulo Enéas e financiado pelo empresário e investidor Otávio Oscar Fakhoury. Acabam colaborando para a disseminação dessas fake news e ofensas sites e blogs jornalísticos que não são ligados à aludida organização, mas que acabam divulgando as ofensas por agirem com imediatismo; ou seja, repercutem falsas notícias sem checar sua veracidade. A depoente tem conhecimento de uma célula muito grande de disseminação de fake news e ataques à reputação localizada no Rio Grande do Sul, envolvendo sites e todas as redes sociais; não tem muitos detalhes a esse respeito mas indica o Deputado Nereu Crispim, daquele estado, que tem muitas informações a respeito. A depoente percebeu que há um padrão nesses ataques, seja pela forma de divulgação, pelos horários e intervalos das postagens, seja finalmente pela linguagem empregada, tanto de texto quanto de imagens, a demonstrar que tudo é muito bem organizado, o que pode ser verificado no exame dos quadros que apresentou à CPMI. Em

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

relação ao financiamento de toda essa atividade, a depoente menciona em primeiro lugar os cargos públicos ocupados por inúmeras pessoas integrantes dessa organização, o que a seu ver é um claro direcionamento de dinheiro público; um segundo modo de financiamento é pela compra de páginas do Facebook que já tenham um grande número de seguidores, as vezes milhares, sendo que tenham um grande número de seguidores, as vezes milhares, sendo que essas páginas mudam repentinamente de orientação e finalidade para divulgar as ofensas e fake news; uma terceira forma de financiamento é a da aquisição de robôs, que mencionou expressamente em seu depoimento à CPMI, segundo apurou com técnicos entendidos do assunto. Esses robôs são utilizados para o disparo de mensagens, ao custo de aproximadamente quinze ou vinte mil reais, utilizando provedores muitas vezes localizados no estrangeiro, por exemplo em Israel, Rússia e China. A depoente sugere que essa Corte requisite o levantamento de todos os blogs, páginas e sites que recebem dinheiro para fazer o impulsionamento e que são subcontratadas pelas empresas oficiais que prestam serviços de comunicação/marketing para o governo. Com relação à destruição de provas que mencionou na CPMI, a depoente gostaria de esclarecer que viu inicialmente na imprensa notícias nesse sentido, notadamente em relação a alguns assessores de deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo e também do Vereador Carlos Bolsonaro. Nesse sentido houve notícia de "sumiço" de alguns computadores. Sabendo do risco de destruição de provas relevantes para apuração dessas ameaças e ofensas, antes de ir à CPMI a depoente requereu judicialmente a "quebra de IP's" e preservação de dados. Esses requerimentos foram dirigidos à 7ª e 11ª Varas Cíveis da Capital de São Paulo, respectivamente os Processos n. 1121384-40.2019.8.26.0100 e 1115303-75.2019.8.26.0100; comprometendo-se a apresentar posteriormente os números dos processos. A depoente ouviu de alguns técnicos que seria possível recuperar mensagens apagadas mediante uma pesquisa na "nuvem", uma vez que as empresas responsáveis teriam cópias dessas mensagens. A depoente gostaria de acrescentar que em data recente, um pouco antes de seu depoimento à CPMI, teve uma conversa com o ex-ministro Gustavo Bebbiano em que este lhe relatou textualmente que o Vereador Carlos Bolsonaro iniciou a montagem de uma "ABIN paralela", fato que também seria do conhecimento dos Generais Heleno e Santos Cruz; o ex-ministro ainda disse à depoente que se opôs fortemente a isso e teria conseguido impedir a continuidade desse projeto enquanto estava no governo, acrescentando finalmente que não sabia como a situação teria evoluído depois de deixar o ministério. Ainda gostaria de esclarecer que continua a receber ameaças de morte até os dias atuais, quase sempre por e-mail ou whatsapp; quando isso ocorre sempre fez a devida comunicação às autoridades policiais.

**Em 05 de fevereiro de 2020 foi colhido o depoimento do Deputado Federal HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE:**

Sabedor da existência do presente inquérito, aqui comparece espontaneamente para narrar fatos que são do seu conhecimento, parte dos quais vem sendo também investigada na chamada CPMI das Fake News. No início de sua atividade política, como simples militante, ainda sem mandato eletivo, conheceu no Rio de Janeiro, na casa do vereador Carlos Bolsonaro, o cearense Matheus Sales, que era assessor do vereador. Isso ocorreu por volta de 2016. Conversou então com Matheus, seu conterrâneo cearense, e ficou sabendo que ele era administrador de uma página no Facebook, denominada Bolsonaro Zuerro 3.0, que mudou várias vezes de nome nos últimos anos e hoje é denominada Direita Vive 3.0, sendo administrada por Ted Martins. Em 2018, o depoente foi eleito Deputado

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Federal pelo PSL, e Matheus Sales foi logo depois nomeado assessor especial do Presidente da República, inclusive tendo sala no 3º Andar do Palácio do Planalto. É do conhecimento do depoente que Matheus Sales, Mateus Matos Diniz e Tercio Arnaud Tomaz, todos assessores especiais da Presidência da República, são os integrantes principais do chamado "Gabinete do Ódio", que se especializou em produzir e distribuir Fake News contra diversas autoridades, personalidades e até integrantes do Supremo Tribunal Federal. Esse "gabinete" coordena nacional e regionalmente a propagação dessas mensagens falsas ou agressivas, contando para isso com a atuação interligada de uma grande quantidade de páginas nas redes sociais, que replicam quase instantaneamente as mensagens de interesse do "gabinete". Essa organização conta com vários colaboradores nos diferentes Estados, a grande maioria sendo assessores de parlamentares federais e estaduais. O depoente conhece melhor a situação de seu próprio Estado, o Ceará, inclusive por ser vítima de constante propagação de mensagens falsas, incluindo ameaças de morte, agressão física, humilhação pública. Os coordenadores dessa organização no Ceará são assessores dos deputados estaduais André Fernandes e Delegado Cavalcante: Kawan Miranda, José A. Barros e Tancredo dos Santos (assessores do deputado André Fernandes) e Alex Melo, Manuela Melo e Jossely Duarte, também conhecida como Cely (assessores do deputado Delegado Cavalcante). Esses assessores parlamentares administram diversas páginas nas redes sociais, incluindo grupos de Whatsapp, e por meio dessas páginas divulgam postagens ofensivas, quase sempre orientados pelo aludido grupo de assessores da Presidência. O depoente salienta que pesquisou em informações públicas da Assembleia Legislativa do Ceará a ocorrência de gastos extraordinários dos citados deputados com passagens aéreas, em valores maiores do que o dobro da média dos parlamentares federais do Ceará, o que é injustificável. É de seu conhecimento que esses assessores dos citados Deputados Estaduais vêm constantemente a Brasília, sendo inclusive recebidos no 3º andar do Palácio do Planalto, conforme informações públicas da Presidência, disponíveis na internet. Também participam dessa organização regional os cearenses Guilherme Julian e José Henrique, assessores do deputado federal Hélio Lopes, eleito pelo Rio de Janeiro. Todos eles são administradores de diversas páginas que estão destacadas em vermelho em material ora apresentado pelo depoente, sob o título "Evidências de crimes contra a honra e organização criminosa", no qual há inúmeros gráficos ilustrando o procedimento desse grupo na realização de ataques coordenados a inimigos ou adversários indicados pelos coordenadores nacionais acima mencionados. Dentre esses ataques coordenados, o depoente salienta a postagem quase simultânea em diversas páginas do Facebook de um vídeo ofensivo ao Supremo Tribunal Federal, comparando-o a uma hiena que deveria ser fustigada por leões. Como exemplo, também constante do aludido material, o depoente mostra que esse vídeo foi postado quase ao mesmo tempo nas páginas Direta Vive 3.0, Endireita Fortaleza, Admiradores de Jair Bolsonaro, Endireita Iguatu e Bolsonaro Nordestino 1.0, todas do Facebook, mas também logo replicadas em contas do Twitter, Instagram, Youtube e grupos de Whatsapp. Outro exemplo equivalente é a divulgação nas mesmas páginas de um vídeo em que o Deputado Estadual André Fernandes acusa falsamente o depoente de haver gravado conversa com o Presidente da República. Esse esquema é repetido em diversos outros Estados, podendo o depoente referir-se expressamente a Paraíba, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Possivelmente essas filiais existam em todos os Estados da Federação. Ressalta que as assessoras Manuela Melo, Jossely ou Cely Duarte, Alex Melo, Tancredo dos Santos, José Bastos (conhecido como inspetor Alberto), e principalmente Kawan Miranda, que é designer gráfico, postaram inúmeras mensagens ofensivas ao Supremo Tribunal Federal e seus Ministros, além de outras autoridades, sempre em horário de trabalho, conforme também consta no aludido material. O depoente também apresenta um segundo dossiê, encadernado sob o título "confidencial", no qual há um detalhamento maior das informações acima transcritas, notadamente um vídeo postado pelo deputado



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

estadual Delegado Cavalcante em 8/11/2019 em sua página do Facebook, mencionado a fis. 74 desse segundo dossiê, em que ele próprio ofende pesadamente diversos Ministros desta Corte e incentiva outras pessoas a fazerem o mesmo. Um terceiro item que o depoente apresenta para análise consiste em um pen drive contendo vídeos e diversos links que ilustram o quanto acima noticiado.

**Em 12 de março de 2020 foi colhido o depoimento do Deputado Federal NEREU CRISPIM:**

Sabedor da existência do presente inquérito, aqui comparece espontaneamente para narrar fatos que são do seu conhecimento, parte dos quais vem sendo também investigada na chamada CPMI das Fake News. Atuava como empresário no ramo da mineração e transporte até 2017, sem nenhum envolvimento com política. Em setembro daquele ano sofreu um roubo e nesse mesmo evento veio a ser atropelado; ficou por isso preso a uma cama por vários meses, impossibilitado de trabalhar. Nessa ocasião passou a se interessar por algum tipo de ativismo político, como possível solução para entender o que se passava no país e procurar oferecer algum tipo de colaboração. Em abril de 2018, após alguns contatos com pessoa do mundo político em seu estado natal, o Rio Grande do Sul, veio a Brasília encontrar-se com o então deputado Jair Bolsonaro e seu filho Eduardo, também deputado, que o incentivaram a lançar-se candidato pelo PSL. Também recebeu incentivos nesse sentido de diversas outras pessoas, como por exemplo o Major Olímpio, hoje senador. Nas eleições daquele ano foi eleito deputado federal, com a quarta maior votação de sua coligação. Após o primeiro turno, já eleito deputado, continuou a participar da campanha do candidato Jair Bolsonaro, bem como a participar de algumas reuniões políticas. Certa feita foi convidado pelo deputado federal eleito Ubiratan Sanderson e também pelo Tenente Coronel Zucco, eleito deputado estadual, a participar de uma reunião para discutir "quem ficaria com o partido" no Rio Grande do Sul e ditaria daí por diante suas diretrizes. A reunião seria realizada no sindicato dos policiais federais, com o que não concordou o depoente, ao lembrar de práticas políticas do passado excessivamente ligadas à atividade sindical. O deputado Ubiratan ficou muito irritado, disse que o depoente estaria desrespeitando a polícia federal e passou a tratá-lo friamente. No dia da posse, no próprio recinto da Câmara dos Deputados, Ubiratan dirigiu-se ao depoente em tom ameaçador, afirmando "que a partir daquele momento as coisas iriam piorar" para o depoente. Seguiu-se um tumulto, porque não aceitou a ameaça e vários colegas presenciaram toda cena. E desde então o depoente e sua esposa passaram a sofrer pesadas ofensas nas redes sociais e alguns grupos de whatsapp ("prostituta", "cornio", "caixa 2", etc). Foi também procurado por pessoas que faziam parte desses grupos, como por exemplo a Senhora Ester Markus, que lhe relataram haver acusações por parte de pessoas ligadas aos deputados acima mencionados, no sentido de que o depoente "embolsava o fundo partidário" e praticava corrupção e crime de "caixa 2". Outro exemplo é a senhora Adriana Steimetz da Luz, também participante das mesmas redes sociais, que em depoimento judicial na Comarca de Canoas/RS, relatou ao magistrado que estava recebendo insistentes solicitações de pessoas ligadas aos deputados Sanderson e Zucco para fazer postagens visando depreciar a imagem do autor. O depoente então percebeu que havia um movimento organizado, com várias ramificações, para atacar incessantemente a honra de qualquer pessoa que ousasse discordar da orientação desses grupos conservadores extremistas. O depoente gostaria de citar com o uma das vítimas desse esquema um candidato a deputado estadual que não se elegeu conhecido como Júlio Cesar 12, militar que continua participando de alguma forma da atividade política. Foi em conversas com

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Júlio Cesar e após algumas pesquisas na internet que o depoente percebeu que esses ataques na verdade estavam orquestrados segundo um esquema maior, com uma liderança que o alimentava. Descobriu por exemplo que o senhor Armando Schneider da Silva, que é administrador de inúmeras páginas nas redes sociais, chegando a ter mais de 300 mil seguidores em uma delas, não só reproduzia as ofensas dirigidas ao depoente e a outras pessoas consideradas dissidentes, como também sistemáticos ataques às instituições, como o Supremo Tribunal Federal, o Senado e a Câmara dos Deputados, visando desmoralizá-las para em seguida pregar a desnecessidade de sua existência e, finalmente, alcançar uma ruptura constitucional. Esses ataques estão documentados em material que o depoente apresenta neste momento. **Gostaria de mencionar especificamente como figuras que se destacam nesse movimento organizado para desestabilizar as instituições: Paulo Generoso ("República de Curitiba"), Allan dos Santos ("Terça Livre"), Luciano Hang ("Havan"), Winston Ling, Sérgio Lima, Madeleine Lakson, Fábio Waingarten e Filipe Martins (SECOM).**

Em 14 de julho de 2020 foi colhido novo depoimento do Deputado Federal **NEREU CRISPIM:**

Como eu dissera no meu anterior depoimento, a partir da minha eleição como Deputado Federal, pelo Estado do Rio Grande do Sul, passei a sofrer, na companhia da minha esposa, uma série de ataques contra as nossas reputações, ataques esses que, com o tempo, eu viria perceber que estavam sendo dirigidos para outras pessoas também, em uma espécie de "assassinatos de reputações"; comecei a perceber, então, à medida que esses ataques iam acentuando-se, que havia uma espécie de organização entre as várias pessoas a partir das quais partiam, pela mídia, tais ataques; normalmente, iniciavam por intermédio do twitter e então espalhavam-se por outros canais de mídia; notei, igualmente, que muitos desses disseminadores desses ataques à minha reputação eram pessoas vinculadas aos gabinetes de deputados federais e de deputados estaduais, certo, ainda, que alguns eram os responsáveis pela criação de todos esses ataques, e também disseminavam inverdades enquanto outros eram encarregados da divulgação, propriamente dita; o objetivo, inequívoco, era a de desmoralizar os alvos de tais ataques; com o tempo, passei a responder a alguns desses ataques, até que uma senhora me procurou, dizendo que tinha algo a me dizer sobre essa situação, uma vez que ela havia feito parte de um desses grupos, do qual ela se desligara, mercê do rumo que essa situação estava a tomar; o nome dessa senhora, que depôs na polícia civil, no dia 21 de junho de 2019, era Ester Menegucci, que foi a criadora de um grupo de Whatsapp, a pedido de Jailson Silveira, um paraquedista, intitulado "Patriotas e Paraquedistas", grupo esse do qual faziam parte alguns deputados estaduais e alguns deputados federais, eles que tinham por escopo, a divulgação de notícias falsas, envolvendo a minha pessoa e a minha esposa, de prenome Carolina Lomba; com o passar do tempo, fui procurando inteirar-me acerca dos propósitos, que de início imaginei fossem mais regionais, voltados contra a minha pessoa, tanto que fizeram e cogitaram acerca do meu "impeachment"; e à medida que fui procurando-me aprofundar-me no assunto, vi que essa organização era muito mais extensa do que se poderia supor inicialmente; do grupo mencionado, faziam parte, por exemplo, o deputado federal Ubiratan Sanderson, muito vinculado ao também deputado federal Eduardo Bolsonaro, também havendo o deputado estadual Tenente Coronel Zucco, por sua vez ligado ao General Mourão; "Marcão", cujo nome é Marcos Vinicius,

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

assessor do Deputado Federal Ubiratan Sanderson, era um dos mais ativos dessa rede social, que também constatei, passou a pregar a intervenção militar de uma série de ataques ao STF; com o passar do tempo, outros deputados federais Joice Hasselman, a título de exemplo, também passaram a sofrer os mesmos ataques que eu e minha esposa estávamos a sofrer, constatamos que havia uma coordenação superior, se assim posso expressar-me, de onde partiam tais ataques; quero deixar claro que enviarei, ultimado este depoimento, todos os pormenores que tenho por escrito, sobre o que estou a depor, tais como: datas, nomes, locais, relacionamentos pessoais, além de outras coisas mais, que constam no relatório que fui elaborando; notei que várias publicações tinham as mesmas imagens, os mesmos tipos de letras, enfim, tinham muitas semelhanças e apertei, por curiosidade, o nome de uma dessas pessoas, Armando Schenaider da Silva, vindo a constatar que era funcionário público, "do governo"; outros deputados federais, como Joice Hasselman e Alexandre Frota, também passaram a sofrer os mesmos tipos de ataque que eu e minha esposa sofreríamos, percebemos que muitas mensagens nesse sentido eram compartilhadas pelas deputadas Bia Kicis e Carla Zambelli; o fato é que, depois de eu descobrir que um assessor meu, de prenome "Gustavo", fora cooptado por esse pessoal, inclusive desaparecendo com um aparelho celular meu, na verdade, dois deles, vim a ter contato com uma advogada, de prenome "Camila", advogada da filha de Olavo de Carvalho, que foi quem me esclareceu tudo acerca do assim denominado "Gabinete do Ódio", o seu nome completo e detalhes do que me foi passado, eu me comprometo, igualmente, a entregar por escrito após esse meu depoimento; aí surgiram os nomes de Sara Winter, Oswaldo Eustáquio, Luciano Hang, Paula Marisa, Allan dos Santos, bem como Paulo Generoso e também Tomé Abdusch apareceu nos nomes que acabei de referir; sofria ataques também do Deputado Marcel Van Hartem, conforme me comprometo a juntar documentos a respeito, dentre outros assuntos assemelhados; Paula Marisa, que tem blog, conta no Instagram e canal no Youtube, tendo feito alguns vídeos na companhia da deputada Bia Kicis, participa ativamente dessa veiculação de ideias intervencionistas, intervenção militar, inclusive pedindo dinheiro, por intermédio das mídias, para que possa sustentar esse tipo de veiculação; todo o material produzido por Paula Marisa acaba sendo voltado para esse tipo de divulgação, inclusive reitero, comprometo-me a apresentar por escrito, tudo o que tenho e o que sei relacionado com os nomes das pessoas que financiam esse tipo de divulgação, inclusive de Paula Marisa, que após as medidas tomadas, judicialmente, contra Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio, assumiu a proeminência dos ataques contra as reputações daqueles que, na visão desse grupo, não estão em conformidade com o seu ideário; quero deixar claro que após o meu depoimento anterior, neste Supremo Tribunal Federal, passei a sofrer, de uma forma mais detectiva, ataques e intimidações com o objetivo de ameaças por eu ter prestado meu depoimento perante este Supremo Tribunal; inclusive sofri ataques por parte do jornalista Oswaldo Eustáquio e recentemente Paula Marisa publicou um vídeo com a voz daquele meu ex-assessor "Gustavo" com imagem minha e da minha esposa na qual eu era chamado de "Corno" e ela rotulada como "Prostituta", inclusive com o fornecimento do nome de uma casa noturna, em Porto Alegre, onde ela trabalharia, como "garota de programa" e tudo com o objetivo de me intimidar por eu ter deposto neste Supremo Tribunal; após esta publicação, questionei-a a respeito dos fatos e dentre as pessoas que apareceram, com fins de apoiá-la, defendê-la, nomino os que seguem, para deixar evidenciado que tudo e todos estão relacionados: Douglas Garcia, Bia Kicis, Felipe Barros, Carlos Bolsonaro, Winston Ling, Rodrigo Constantino, Roberto Jefferson, dentre outros. Paula Marisa, que tem relação com esse pessoal que, recentemente, teve as suas contas bloqueadas pelo Facebook, atualmente vem sendo a responsável por propagar as ideias destes, pelas quais é incentivada; o deputado federal Otoni de Paula, Sara Winter tem seus nomes a ela vinculados; Paula Marisa tem 2 CNPJs, empresa de comunicação, ela se auto intitula blogueira e influenciadora, mas não sei se existe algum financiador

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

específico, de forma efetiva; a advogada Camila poderá fornecer maiores detalhes acerca do relacionamento entre Paula Marisa, Allan dos Santos, Olavo de Carvalho e Luciano Hang da Havan, além de Winston Ling; na página "República de Curitiba", Luciano Hang fez constar que havia disponibilizado ônibus para o transporte de pessoas até Brasília no dia daquela manifestação dos chamados atos antidemocráticos; Fackoury "Faka", assim identificado no Twitter, intimidou-me nessa semana, por intermédio do Twitter, em razão dessa situação acima exposta com a Paula Marisa; depois dessas ações do STF, os ataques desse pessoal, inclusive contra o Deputado Federal Rodrigo Maia, diminuíram sensivelmente, praticamente sumiram; acho que os nomes que vou mencionar fazem parte do tal "Gabinete do ódio" e gostaria que fossem registrados: Mateus Galdino, Maicon Tropiano, Lucas Reis, Liliam Goulart, Jonathan Valencio, Dyllan Dantas, André Petrus; notei, uma vez, que Filipe Martins retwittava muito dessas notícias; também o deputado federal Felipe Barros, do Paraná, tem semelhança de postagens; sempre que se falava em intervenção militar, em AI5, todos esses nomes, bem como Carlos Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, passavam a publicar mensagens nesse sentido; em abril ou maio de 2019, soube por intermédio de uma pessoa cujo nome não me recordo, que havia um projeto à desmoralização do STF e de outras instituições, tanto assim que eu, preocupado com o que me chegara, procurei o Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, no seu gabinete e para ele expus o que chegara ao meu conhecimento; essa informação que me chegou, dava conta de que essa intenção desmoralizadora, era algo organizado, com o objetivo de atingir o STF; essa pessoa disse para mim que esse plano partia de pessoas que ficavam no Palácio do Planalto e que seria levado a efeito por intermédio dos canais de mídia; essa pessoa disse que os responsáveis por esse plano, que ficavam no Palácio do Planalto, eram pessoas ligadas vinculadas ao filho do Presidente Bolsonaro. Nesse momento, mostro uma publicação de Olavo de Carvalho, de horas atrás, tentando intimidar-me em razão dos acontecimentos envolvendo Paula Marisa; eles sabem que tenho conhecimento do que se trata e tentam intimidar-me, como mostro agora no meu celular, onde falam que estou querendo prender Paula Marisa; comprometo-me a "printar" as mensagens as quais acabo de me referir, enviando-as a esta Corte o mais rápido possível, porque isso só comprova que Paula Marisa é, atualmente, a mais importante divulgadora dessas notícias falsas e degradantes e desses ataques a reputações pessoais; aliás, Paula Marisa, Carla Zambelli, Bia Kicis estiverem em uma reunião no Palácio do Planalto com esse pessoal, acusado de "Fake News"; mandarei para a Corte a data dessa reunião; Paula Marisa assumiu, se assim posso dizer, o protagonismo da veiculação das coisas publicadas, inclusive, por Carlos Bolsonaro, isso em razão das cautelares que atingiram Allan dos Santos e Oswaldo Eustáquio. Allan dos Santos, atualmente, continua publicando as suas mensagens só que com outro nome; Paula Marisa também publica muita coisa dele; também faço parte, como titular, da CPMI das "Fake News", da qual o deputado federal Eduardo Bolsonaro quis tirar-me duas vezes, inclusive me chamando de "vagabundo" no twitter, certo que eles têm ódio da minha pessoa porque fiz requerimentos na CPMI para que Luciano Hang e os deputados Federal, Sanderson e estadual, Zucco, fossem ouvidos; a reunião a qual me referi, dos influenciadores no Palácio do Alvorado, ocorreu no dia 23 de maio; a advogada Camila, cujo nome completo fornecerei por escrito na sequência, que trabalha para a filha de Olavo de Carvalho, disse-me, certa vez, que Luciano Hang e Paulo Generoso, levaram dinheiro, em um avião, para Olavo de Carvalho nos Estados Unidos. Por isso, não tendo sido coincidência, quando, recentemente, Olavo de Carvalho apareceu nas redes sociais pedindo dinheiro, para pagar uma condenação judicial, quem tendo aparecido nas redes sociais, querendo socorrê-lo o próprio Luciano Hang; Camile Pacheco é o nome da advogada da filha de Olavo de Carvalho; vou conseguir seu endereço; com certeza, seria importante novos depoimentos dos deputados federais Joice Hasselmann e Alexandre Frota, os quais poderiam, após os seus primeiros depoimentos, completar com várias outras informações, esse meu depoimento, porque também sofreram os mesmos ataques que continuam a sofrer; desde

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

domingo passado, quero que fique registrado, estou sendo violentamente ameaçado por Paula Marisa, que tem vários perfis, inclusive que vários deles são robôs; Allan dos Santos e a deputada Alê Silva, também têm proferidos ataques contra a minha pessoa, além do Olavo de Carvalho; e não tenho dúvidas que essas ameaças e esses ataques pessoais, feitos a mim e a minha esposa, são motivados pelo meu depoimento anterior ao STF e minha participação na CPMI das "fake News"; consigo, por fim, que estou inteiramente à disposição para novos depoimentos se necessários, e eu repassando alguns nomes para eventual oitiva relacionado com o "Gabinete do Ódio"; entrei com 45 ações judiciais, em razão de crimes contra a honra, contra essas pessoas todas que estão a me atacar; interessante que um só advogado acabou encarregado da defesa de todas essas pessoas, a relevar a estrutura, a organização que a todos perpassa.

Com base nos depoimentos colhidos e nas investigações realizadas, foi possível delinear a seguinte situação.

Em **26 de maio de 2020**, após a vinda de indícios e laudos periciais, todos eles apontando para a real possibilidade de existência de uma associação criminosa, denominada nos depoimentos de diversos parlamentares (**ALEXANDRE FROTA, JOICE HASSELMANN, HEITOR RODRIGO PEREIRA FREIRE e NEREU CRISPIM**) como "Gabinete do Ódio", dedicada à disseminação de notícias falsas, ataques ofensivos a diversas pessoas, às autoridades e às Instituições, dentre elas o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com flagrante conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática, foi determinada, por Vossa Excelência, a busca e apreensão de computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos eletrônicos, bem como de quaisquer outros materiais relacionados à disseminação das aludidas mensagens ofensivas e ameaçadoras, em poder de **ALLAN LOPES DOS SANTOS, BERNARDO PIRES KUSTER, EDSON PIRES SALOMÃO, EDUARDO FABRIS PORTELLA, ENZO LEONARDO SUZI MOMENTI, MARCELO STACHIN, MARCOS DOMINGUEZ BELLIZIA, RAFAEL MORENO, PAULO GONÇALVES BEZERRA, RODRIGO BARBOSA RIBEIRO, SARA FERNANDA GIROMINI, EDGARD GOMES CORONA, LUCIANO HANG, OTAVIO OSCAR FAKHOURY, REYNALDO BIANCHI JUNIOR e WINSTON RODRIGUES LIMA**, bem como o bloqueio de contas em redes sociais, tais como *Facebook, Twitter e Instagram*, dos referidos investigados, com o objetivo da interrupção dos discursos com conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática, além de também ter sido determinada as suas oitivas pela Polícia Federal, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Observo que essa decisão veio também para atender as diligências solicitadas pela Polícia Federal para complementar os laudos periciais de quebra de sigilo bancário, especialmente em atenção aos supostos financiadores. Confirmam-se os principais pontos da decisão:

As provas colhidas e os laudos periciais apresentados nestes autos apontam para a real possibilidade de existência de uma associação criminosa, denominada nos depoimentos dos parlamentares como "Gabinete do Ódio", dedicada a disseminação de notícias falsas, ataques ofensivos a diversas pessoas, às autoridades e às Instituições, dentre elas o Supremo Tribunal Federal, com flagrante conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática.

As informações até então acostadas aos autos, inclusive laudos técnicos, vão ao encontro dos depoimentos dos Deputados Federais ouvidos em juízo, que corroboram a suspeita da existência dessa associação criminosa, conforme se vê:

### **Deputada Joice Cristina Hasselmann (fls. 4868-4871):**

(...) A depoente também pode constatar que o trabalho coordenador dessa organização por vezes se voltava contra o Supremo Tribunal Federal: quando surgia alguma postagem ou hashtag ofensiva ao STF ou algum de seus membros, um dos integrantes do grupo retransmitia e em questão de minutos isso era disseminado pelas redes sociais e para inúmeros outros grupos, seja pela atuação de integrantes da organização, seja por utilização de robôs.

(...)

A cúpula dessa organização sabe trabalhar com a construção de narrativas, bem como os canais mais eficazes para sua rápida divulgação, contando para isso com o chamado "efeito manada" que atinge pequenos grupos e até indivíduos isolados, amplificando em nível nacional as mensagens ofensivas, calúnias e notícias falsas e de ódio contra inúmeras autoridades ou quaisquer pessoas que representem algum incômodo.

(...)

### **Deputado Alexandre Frota (fls.4872-4875):**

É do conhecimento do depoente a existência de grupos responsáveis pela criação e disseminação de notícias falsas, ataques e mensagens de ódio a figuras e instituições públicas, incluído Deputados, Senadores e Ministros do Supremo Tribunal Federal, atuando de maneira coordenada.

(...)

O mesmo "modus operandi" foi adotado para atacar ministros do STF, notadamente o Ministro Gilmar Mendes. O impeachment deste nunca existiu na realidade, mas foi criado e disseminado virtualmente por esse grupo, alcançando enorme repercussão.

(...)

Outro fato que demonstra a existência de uma vasta organização é a disseminação quase que simultânea, em diversos perfis do Twitter, de estados muito distantes, e com textos idênticos, o que ao ver do depoente é prova cabal da utilização de robôs.

(...)

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Outro exemplo de ação coordenada está no fato de que os mesmos perfis do Twitter que anteriormente o Ministro Dias Toffoli, chegando a pedir seu impeachment, subitamente pararam de fazê-lo, e passaram a mirar como alvo o Ministro Gilmar Mendes. Isso coincidiu claramente com o momento em que houve uma reunião institucional entre o Ministro Dias Toffoli e o Presidente da República.

(...)

O depoente confirma as referências que fez na CPMI a uma casa situada na QL 19, em Brasília, ocupada atualmente por Allan dos Santos, onde funciona um estúdio do site "Terça Livre" e que pode ser a "sede" da milícia de ataques virtuais. Deputado Nereu Crispim (fls. 6355-6357): O depoente então percebeu que havia um movimento organizado, com várias ramificações, para atacar incessantemente a honra de qualquer pessoa que ousasse discordar da orientação desses grupos conservadores extremistas.

(...)

não só reproduzia as ofensas dirigidas ao depoente e a outras pessoas consideradas dissidentes, como também sistemáticos ataques às instituições, como o Supremo Tribunal Federal, o Senado e a Câmara dos Deputados, visando desmoralizá-las para em seguida pregar a desnecessidade de sua existência e, finalmente, alcançar uma ruptura constitucional.

### **Deputado Heitor Freire (fls. 5848-5850):**

É do conhecimento do depoente que Matheus Sales, Mateus Matos Diniz e Tercio Arnaud Tomaz, todos assessores especiais da Presidência da República, são os integrantes principais do chamado "Gabinete do Ódio", que se especializou em produzir e distribuir Fake News contra diversas autoridades, personalidades e até integrantes do Supremo Tribunal Federal. Esse "gabinete" coordena nacional e regionalmente a propagação dessas mensagens falsas ou agressivas, contando para isso com a atuação interligada de uma grande quantidade de páginas nas redes sociais, que replicam quase instantaneamente as mensagens de interesse do "gabinete". Essa organização conta com vários colaboradores nos diferentes Estados, a grande maioria sendo assessores de parlamentares federais e estaduais.

(...)

Esses assessores parlamentares administram diversas páginas nas redes sociais, incluindo grupos de Whatsapp, e por meio dessas páginas divulgam postagens ofensivas, quase sempre orientados pelo aludido grupo de assessores da Presidência.

(...)

Dentre esses ataques coordenados, o depoente salienta a postagem quase simultânea em diversas páginas do Facebook de um vídeo ofensivo ao Supremo Tribunal Federal, comparando-o a uma hiena que deveria ser fustigada por leões.

(...)

Esse esquema é repetido em diversos outros Estados, podendo o depoente referir-se expressamente a Paraíba, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. Possivelmente essas filiais existam em todos os Estados da Federação.

Os investigados apontados na manifestação do Magistrado Instrutor teriam, em tese, ligação direta ou indireta com a associação criminosa e seu financiamento,

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

pois, avaliando-se o teor de seus pronunciamentos e procedimento de divulgação em redes sociais, notam-se indícios de alinhamento de suas mensagens ilícitas com o suposto esquema narrado pelos parlamentares ouvidos nestes autos. A título de exemplo, destaco:

Mais que isso. Querem o caos. Estão querendo repetir 1968, onde o STF da época soltou a escumalha terrorista (não é mera coincidência), levando o governo da época a endurecer com o AI -5 para preservar a segurança nacional e institucional. Querem o mesmo agora pra nos acusar d golpe (@oofaka, 8 de novembro de 2019).

Não é só pela questão da 2ª instância nem pela soltura de Lula. É por tudo que Gilmar já fez e poderá fazer contra o Brasil. Ele é um dos homens mais poderosos do Brasil e crê ser imune à voz do povo. Não o é. Qnd o Sapão cair, iremos ao próximo: Toffoli (@bernardopkuster, 11 de novembro de 2019).

O STF, via Marco Aurélio Mello, acaba de rasgar mais uma vez a Constituição, dando a governadores e prefeitos o poder de restringir o direito de ir e vir de cidadão brasileiros. Temos então, com autorização da JUSTIÇA, DITADORES governando estados e cidades. Art. 142 Já (@oofaka, 24 de março de 2020).

Governadores, prefeitos, ministros do STF, e líderes do Poder Legislativo são todos co-autores desses crimes de genocídio e lesa pátria ! Não sairão ilesos. Pagarão caro por isso nessa vida (@opropriofaka, 1o de abril de 2020).

Depois do silêncio da imprensa em relação a TODOS os protestos que aconteceram HOJE, fica claro que Maia, Alcolumbre e STF estão preparando uma desidratação SEM LIMITES do governo Bolsonaro. Se isso acontecer, o povo vai ficar calado ? (@allantercalivre, 18 de abril de 2020).

Eu não tenho a menor dúvida que a cabeça da serpente do establishment brasileiro é o Gilmar Mendes e tudo é feito a partir da anuência dele. Não tem sujeito mais perigoso no Brasil que ele. O caso dele é julgamento por tribunal militar sob a acusação de traição a pátria (@Leitadas\_Loen, 19 de abril de 2020).

Eu expliquei que ESTE tipo de interferência jurídica no Governo Federal iria ocorrer por causa da ação midiáticopolítica de Sérgio Moro, que ganhou força mediante a decisão monocrática de Alexandre de Moraes para suspender a nomeação do diretor da PF. Isto só vai aumentar. (@bernardopkuster, 1 de maio de 2020).

O STF hoje é o maior fator de instabilidade e insegurança jurídica no país. Está claramente a serviço da bandidagem e ignora a Constituição ao inventar interpretação contra a lei. Primeiro criou um crime sem lei e agora inventa teses para anular sentenças da Lavajato (Perfil BiaKicis, 5 de maio de 2020).

Recado aos Ministros do STF: não brinquem com a Lava Jato, ou nós vamos derrubar CADA UM DOS SENHORES (Perfil @ZambelliOficial, 14 de março de 2019).

O Ministro Toffoli tinha a grande chance de tentar recuperar a imagem já desgastada do STF. Preferiu terminar de jogar a imagem da Corte na Lama. #STFVergonhaNacional (Perfil @filipebarrost, 8 de novembro de 2019).

Errado. Instituições não são a democracia. Instituições representam o Estado de direito. A democracia é vontade popular. Atacar a vontade popular é que é atacar a democracia.

E quem tem atacado tanto estado de direito quanto a vontade popular é o STF (Perfil @lpbragançabr, 3 de março de 2020).



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

São Paulo: Dória e STF trabalhando em conjunto para matar o povo de fome (Perfil @douglasgarcia, 17 de abril de 2020).

Fui treinada na Ucrânia e digo: chegou a hora de ucranizar! (Perfil @\_Sarawinter, 20 de abril de 2020).

Já passou da hora de contarmos com as forças armadas. Passou! (Perfil @DanielPMERJ, 19 de abril de 2020).

Hoje foi o dia que mais vi vagabundo falando de constituição. Para eles só não vale a parte em que todo poder emana do povo (Perfil @cabojunioamaral, 19 de abril de 2020).

Mais uma vez o STF rasga nossa constituição! O Delegado de Polícia Alexandre Ramagem cumpre todos os requisitos para a nomeação como DG na PF, uma carreira respeitada por seus pares e uma formação exemplar, ocupando o comando da ABIN anteriormente. Vergonha do STF! (Perfil @carteiroeaca, 29 de abril de 2020).

O ativismo judicial se aplica mais ao próprio STF que a qualquer outro poder. A maioria dos juizes nunca foi juiz, todos da mesma ideologia, não querem se reformar e ignoram seu descrédito (Perfil @lbragançabr, 2 de maio de 2020).

Governadores, prefeitos, ministros do STF, e líderes do Poder Legislativo são todos co-autores desses crimes de genocídio e lesa pátria! Não sairão ilesos. Pagarão caro por isso nessa vida! (Perfil @oofaka, 10 de abril de 2020).

Os crápulas do STF deixaram bem claro quem serão os culpados pela depressão sócio-econômica que se avizinha!

Acabaram de pintar em suas testas um belo de um alvo. Qdo a onda de fúria popular vier, fugirão com as calças borradas na mão! (Perfil @oofaka, 15 de abril de 2020).

Ansioso para ver quem será o mais burro: Maia, Alcolumbre ou Toffoli (Perfil @allantercalivre, 19 de abril de 2020).

Todo mundo na casa do Nhonho agora tramando golpe contra Bolsonaro! CANALHAS! Sapão Mendes, Alconhonho, outros membros do STF, outros parlamentares. Não permitiremos. (Perfil @oofaka, 19 de abril de 2020).

Os atuais poderes do congresso e STF conferem ares ditatoriais do pior tipo; onde não há concentração em uma só figura a ser combatida. É uma massa disforme burocrática e difícil de enfrentar. No final estamos democraticamente escolhendo qual ditadura preferimos (Perfil @Lets\_Dex, 19 de abril de 2020).

Ministros hipócritas! Eles acusam os manifestantes que pediram a intervenção de golpistas, enquanto eles ministros do STF é que estão dando um golpe contra a CF e contras liberdades individuais garantidas (Perfil @oofaka, 22 de abril de 2020).

Meu coração dói ao ver que o mandato do Gilmar no Supremo vai até 2031. O Brasil não suportará isso (Perfil @Leitadas\_Loen, 24 de abril de 2020).

Bolsonaro tirou o namorado do Moro da PF pra finalmente aparelhar essa porra e pôr o Witzel e o Doria pra mamar, descumprir ordem do inquérito ilegal do STF e descobrir quem pagou o Adélio. A DITADURA TA CHEGANDO (Perfil @Lets\_Dex, 24 de abril de 2020).

O inquérito ditatorial do STF começou por causa do antagonista vazando coisa da receita pra fuder o Toffoli e o Gilmar. Tomaram uma canetada no meio do cu. Devem ter chupado muito pau da corte para conseguir algum acordo, porque de lá pra cá, o STF deixou eles pra lá e se voltou a nós (Perfil @Leitadas\_Loen, 26 de abril de 2020).

Como se vê de tudo até então apresentado, recaem sobre os indivíduos aqui identificados sérias suspeitas de que integrariam esse complexo esquema de

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

disseminação de notícias falsas por intermédio de publicações em redes sociais, atingindo um público diário de milhões de pessoas, expondo a perigo de lesão, com suas notícias ofensivas e fraudulentas, a independência dos poderes e o Estado de Direito.

Relatório técnico pericial encartado nestes autos, constatou a existência de um mecanismo coordenado de criação e divulgação das referidas mensagens entre os investigados, conforme se verifica a seguir:

[...]

Utilizando a ferramenta de busca avançada da rede social Twitter, foram realizadas pesquisas por publicações (posts) contendo pelo menos um dos termos (palavras-chave): #impeachmentgilmarcondes,#STFVergonhaNacional, 11 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código C590-092D-642E-AD62 e senha F3F1-04CE-2194-E5D3 INQ 4781 / DF #STFEscritoriocrime, #hienasdetoga, #forastf, #lavatoga, STF, SUPREMO, IMPEACHMENT, toffoli ou gilmar. Especialmente no período entre 07/11/2019 e 19/11/2019.

[...]

O laudo pericial, analisando período determinado, ainda apontou:

"A análise deste material identificou que estes perfis começaram a publicar conteúdo negativo e ataques ao STF, ou seus membros, a partir de 07/11/2019. Inicialmente, sem utilizar hashtags, ou adotando a hashtag #STFVergonhaNacional".

Com relação aos ataques simultâneos, o relatório também concluiu que:

Conforme apresentado anteriormente, os perfis influenciadores iniciam os ataques selecionando um tema, por exemplo, o Impeachment de membros do STF. Nesta etapa inicial estes perfis não necessariamente utilizam uma hashtag para disseminar o ataque escolhido, valendo-se muitas vezes de seus seguidores (followers) para "criar" uma hashtag e impulsionar este ataque. Desta forma, os perfis influenciadores não apareceriam como criadores da hashtag que simboliza o ataque.

(...)

Conforme exposto os perfis influenciadores identificados, iniciaram seus ataques a partir do dia 07/11/2019, declarando que o STF é uma vergonha e clamando por pedidos de impeachment de seus membros, sem necessariamente utilizar a hashtag #ImpeachmentGilmarMendes. Em seguida, seus seguidores a compartilhar e comentar estas publicações, introduzindo a hashtag em questão. Finalmente, no dia 11 de novembro de 2019, 10 (dez) destes perfis influenciadores adotam a hashtag #impeachmentGilmarMendes neste mesmo dia, de forma aparentemente coordenada, impulsionando ainda mais a adoção desta hashtag por seus seguidores de forma que esta alcançasse o "Trend Topics" da rede social Twitter.

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Uma vez que uma hashtag alcança o "Trend Topics", sua visualização é ampliada significativamente para fora da "bolha", alcançando muitos outros usuários, que não são seguidores dos influenciadores iniciais.

[...]

Na espécie, estão presentes os requisitos do artigo 240 do Código de Processo Penal, para a ordem judicial de busca e apreensão no domicílio pessoal e profissional, pois devidamente motivada em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autoria e materialidade criminosas, sinalizam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais.

A solicitação está circunscrita a pessoas físicas vinculadas aos fatos investigados e os locais da busca estão devidamente indicados, limitando-se aos endereços residenciais e profissionais dos supostos envolvidos. Nesse cenário, tenho por atendidos os pressupostos necessários ao afastamento da garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, encontrando-se justificada a ação invasiva na procura de outras provas das condutas ora postas sob suspeita em relação a **ALLAN LOPES DOS SANTOS, BERNARDO PIRES KUSTER, EDSON PIRES SALOMÃO, EDUARDO FABRIS PORTELLA, ENZO LEONARDO SUZI MOMENTI, MARCELO STACHIN, MARCOS DOMINGUEZ BELLIZIA, RAFAEL MORENO, PAULO GONÇALVES BEZERRA, RODRIGO BARBOSA RIBEIRO, SARA FERNANDA GIROMINI, EDGARD GOMES CORONA, LUCIANO HANG, OTAVIO OSCAR FAKHOURY, REYNALDO BIANCHI JUNIOR e WINSTON RODRIGUES LIMA.**

Ressalte-se, também, que toda essa estrutura, aparentemente, estaria sendo financiada por empresários que, conforme os indícios constantes dos autos, inclusive nos depoimentos dos parlamentares federais Nereu Crispim, Alexandre Frota e Joyce Hasselmann, atuariam de maneira velada fornecendo recursos – das mais variadas formas –, para os integrantes dessa organização.

O material constante nos autos, notadamente os citados depoimentos e o relatório de fls. 6302-6353 apontam as pessoas físicas de **EDGARD GOMES CORONA, LUCIANO HANG, REYNALDO BIANCHI JUNIOR e WINSTON RODRIGUES LIMA** como possíveis responsáveis pelo financiamento de inúmeras publicações e vídeos com conteúdo difamante e ofensivo ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; bem como mensagens defendendo a subversão da ordem e incentivando a quebra da normalidade institucional e democrática.

Também há informações de que os empresários aqui investigados integrariam um grupo autodenominado de "Brasil 200 Empresarial", em que os participantes colaboram entre si para impulsionar vídeos e materiais contendo ofensas e notícias falsas com o objetivo de desestabilizar as instituições democráticas e a independência dos poderes.

A título de exemplo, note-se o teor da seguinte mensagem:

[...]

Em razão de todo o exposto, nos termos do artigo 21 do RISTF, DETERMINO:

- 1) A BUSCA E APREENSÃO de computadores, "tablets", celulares e outros dispositivos eletrônicos, bem como de quaisquer outros materiais relacionados à disseminação das aludidas mensagens ofensivas e ameaçadoras, em poder de: **ALLAN LOPES DOS SANTOS** (RG [REDACTED], CPF [REDACTED]), **BERNARDO PIRES KUSTER** (RG [REDACTED], CPF [REDACTED]), **EDSON PIRES SALOMÃO** (CPF [REDACTED]), **EDUARDO FABRIS PORTELLA** (CPF [REDACTED]), **ENZO LEONARDO SUZI MOMENTI** (RG [REDACTED]), **MARCELO STACHIN** (CPF [REDACTED]), **MARCOS DOMINGUEZ BELLIZIA** (RG [REDACTED], CPF [REDACTED]),

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**RAFAEL MORENO** (CPF [REDACTED]), **PAULO GONÇALVES BEZERRA** (CPF [REDACTED]), **RODRIGO BARBOSA RIBEIRO** (CPF [REDACTED]), **SARA FERNANDA GIROMINI** (CPF [REDACTED]), **EDGARD GOMES CORONA** (RG [REDACTED], CPF [REDACTED]), **LUCIANO HANG** (CPF [REDACTED]), **OTAVIO OSCAR FAKHOURY** (RG [REDACTED], CPF [REDACTED]), **REYNALDO BIANCHI JUNIOR** (CPF [REDACTED]) e **WINSTON RODRIGUES LIMA** (CPF [REDACTED]);

2) O bloqueio de contas em redes sociais, tais como Facebook, Twitter e Instagram, dos investigados apontados no item anterior "1", necessário para a interrupção dos discursos com conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática

3) Que todos os investigados apontados no item "1" sejam ouvidos pela Polícia Federal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a realização das medidas;

4) O afastamento do sigilo bancário e fiscal de **EDGARD GOMES CORONA** (RG [REDACTED], CPF [REDACTED]), **LUCIANO HANG** (CPF [REDACTED]), **REYNALDO BIANCHI JUNIOR** (CPF [REDACTED]) e **WINSTON RODRIGUES LIMA** (CPF [REDACTED])

[REDACTED] no período compreendido entre julho/2018 e abril/2020, com a imediata expedição de ofício, em caráter sigiloso, ao Banco Central do Brasil para que:

[...]

5) A OITIVA de **BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI** (Deputada Federal, CPF [REDACTED]), **CARLA ZAMBELLI SALGADO** (Deputada Federal, CPF [REDACTED]), **DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA** (Deputado Federal, CPF [REDACTED]), **FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO** (Deputado Federal, CPF [REDACTED]), **GERALDO JUNIOR DO AMARAL** (Deputado Federal, CPF [REDACTED]), **LUIZ PHILLIPE ORLEANS E BRAGANÇA** (Deputado Federal, CPF [REDACTED]), **DOUGLAS GARCIA BISPO DOS SANTOS** (Deputado Estadual/SP, CPF [REDACTED]) e **GILDEVANIO ILSO DOS SANTOS DINIZ** (Deputado Estadual/SP, CPF [REDACTED]), a ser realizada no prazo de 10 (dez) dias, pela autoridade policial designada nestes autos;

6) A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO para as redes sociais a fim de que sejam preservados todos os conteúdos das postagens dos usuários **BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI**, **CARLA ZAMBELLI SALGADO**, **DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA**, **FILIPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO**, **GERALDO JUNIO DO AMARAL**, **LUIZ PHILLIPE ORLEANS E BRAGANÇA**, **DOUGLAS GARCIA BISPO DOS SANTOS** e **GILDEVANIO ILSO DOS SANTOS DINIZ**;

[...]

Observo que na decisão acima transcrita já havia a notícia acerca da existência de uma estrutura voltada à disseminação de notícias e que essa estrutura estaria, aparentemente, sendo financiada por empresários que, conforme os indícios constantes dos autos, inclusive nos depoimentos dos Deputados Federais **NEREU CRISPIM**, **ALEXANDRE FROTA** e **JOYCE HASSELMANN**, atuariam de maneira

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

velada fornecendo recursos – das mais variadas formas –, para os integrantes dessa organização.

O material constante nos autos apontava, até então, as pessoas físicas de EDGARD GOMES CORONA, LUCIANO HANG, REYNALDO BIANCHI JUNIOR e WINSTON RODRIGUES LIMA como possíveis responsáveis pelo financiamento de inúmeras publicações e vídeos com conteúdo difamante e ofensivo ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; bem como mensagens defendendo a subversão da ordem e incentivando a quebra da normalidade institucional e democrática.

Também há informações de que os mencionados empresários integrariam um grupo ainda maior (autodenominado de "Brasil 200 Empresarial"), por meio do qual os participantes colaborariam entre si para impulsionar vídeos e materiais contendo ofensas e notícias falsas com o objetivo de desestabilizar as instituições democráticas e a independência dos poderes.

Além disso, os diversos laudos periciais juntados aos autos identificaram a existência de reiterados ataques ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, por perfis específicos de "influenciadores", que aparentemente compõem o "núcleo de produção" da organização criminosa investigada, a partir de 7/11/2019, com utilização de hashtags como #STFVergonhaNacional e #ImpeachmentGilmarMendes. Foram identificados os seguintes perfis:

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tabela – Perfis identificados

ANEXO	Perfil do Twitter	Nome de exibição	ID do Perfil (identificador único)	Páginas
01	@allantercalivre	Allan dos Santos (oficial)	3984632307	1 a 7
02	@bernardopkuster	Bernardo P Küster	3092434408	8 a 17
03	@Bolsoneas	Bolsonéas	852571421289177094	18 a 22
04	@carteireoreaca	Gil Diniz	2797010717	23 a 25
05	@criticanac	Crítica Nacional	708600266585726977	26 a 34
06	@FilipeBarrosT	Filipe Barros	225925013	35 a 38
07	@leandroruschel	Leandro Ruschel	174818242	39 a 63
08	@Lets_Dex	Left Dex	172572824	64 a 104
09	@oofaka	Faka	3131390620	105 a 114
10	@PATRIOTAS	Patriotas	955586323452219393	115 a 125
11	@taoquei1	TeAtualizei	1087259768	126 a 130

Nos referidos laudos periciais também foram identificados ataques ao STF a partir dos perfis das Deputadas Federais **CARLA ZAMBELLI** e **BIA KICIS** no "Facebook" e no "Twitter", que comporiam o "núcleo político" da organização criminosa sob análise. A título de exemplo:

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

## 1. Introdução

Em atenção ao solicitadoe afim de instruir o Inquérito em questão, foram pesquisados nas redes sociais Facebook e Twitter, o perfil indicado relacionado com a **Deputada Federal Carla Zambelli**, contendo publicações relacionadas ao STF entre outras.

## 2. Facebook

O perfil oficial da Deputada Federal Carla Zambelli na rede social Facebook, verificado e identificado pelo nome de usuário **ZambelliOficial**, publicou no dia 14 de março de 2019 um post identificado pelo código **2113675512056277**, contendo um vídeo com ameaças diretas ao STF.



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



**Bia Kicis**  
@Biakicis



Min Lewandowski em 1 canetada atrapalha todo esforço que vem sendo feito pelo governo, pela sociedade e pelo Congresso p/ minimizar os nefastos efeitos da crise do coronavírus sobre os empregos. Estamos construindo soluções e ele destruindo. Tudo pelos sindicatos. @PauloMartins10



11:04 PM · 7 de abr de 2020 · Twitter for iPhone

2,8 mil Retweets 8,9 mil Curtidas



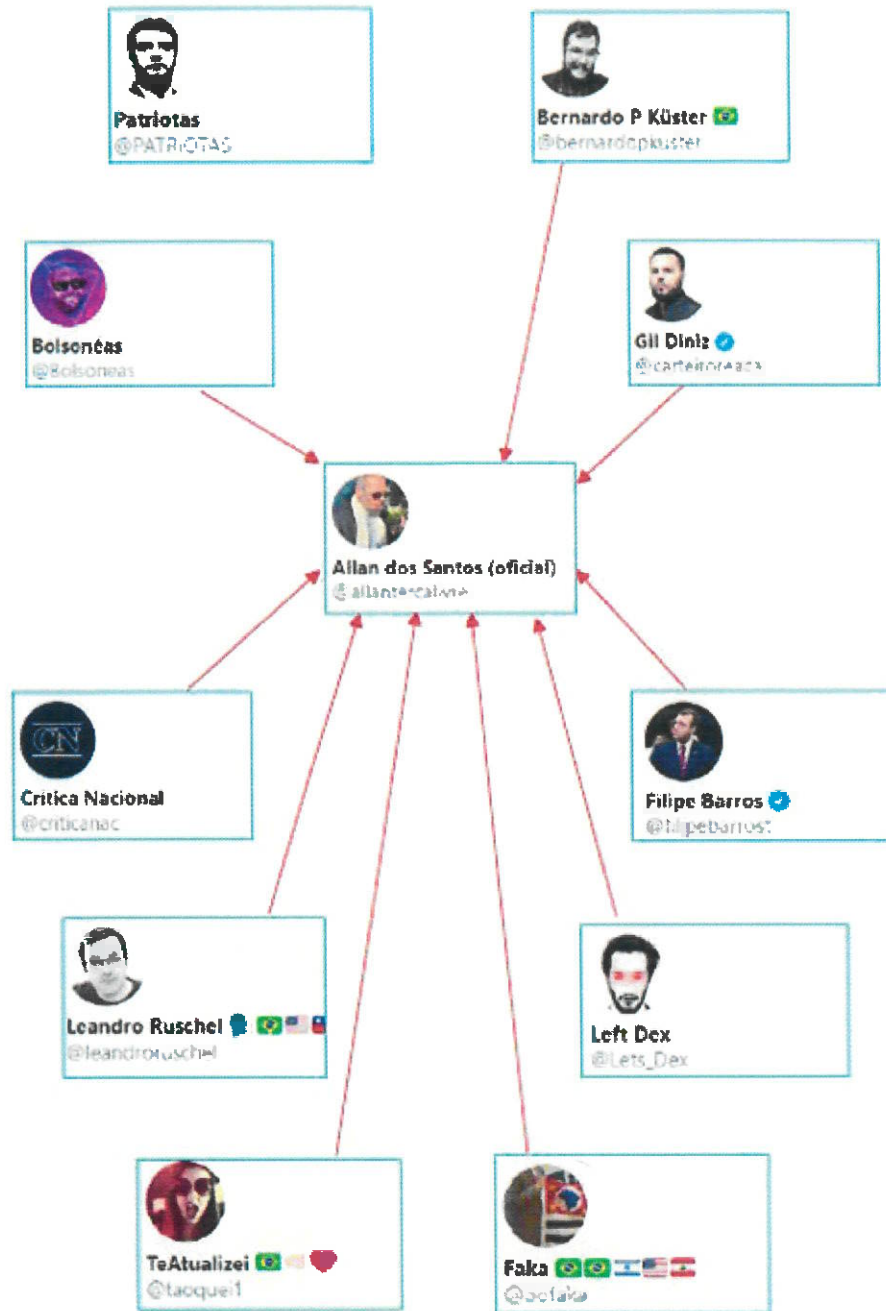
## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Observo, ainda, que a PGR também apontou, de forma detalhada, pela existência de vários núcleos nessa associação – "organizadores e movimentos" (item III), "influenciadores digitais e hashtags" (item IV), "monetização" (item V) e "conexão com parlamentares" (item VI) – e concluiu que *"no ecossistema de redes sociais e propagação de ideias de mobilização social e realização de manifestação ostensivas nas ruas, há participação de parlamentares tanto na expressão e formulação de mensagens, quanto na sua propagação e visibilidade, quanto no convívio e financiamento de profissionais da área"*.

Assim, por meio das investigações e diligências tomadas nos autos do INQ 4.781/DF foram identificados diversos indivíduos que, em tese, integrariam esse complexo esquema de disseminação de notícias falsas por intermédio de publicações em redes sociais, atingindo um público diário de milhões de pessoas, expondo a perigo de lesão, com suas notícias ofensivas e fraudulentas, a independência dos poderes e o Estado de Direito.

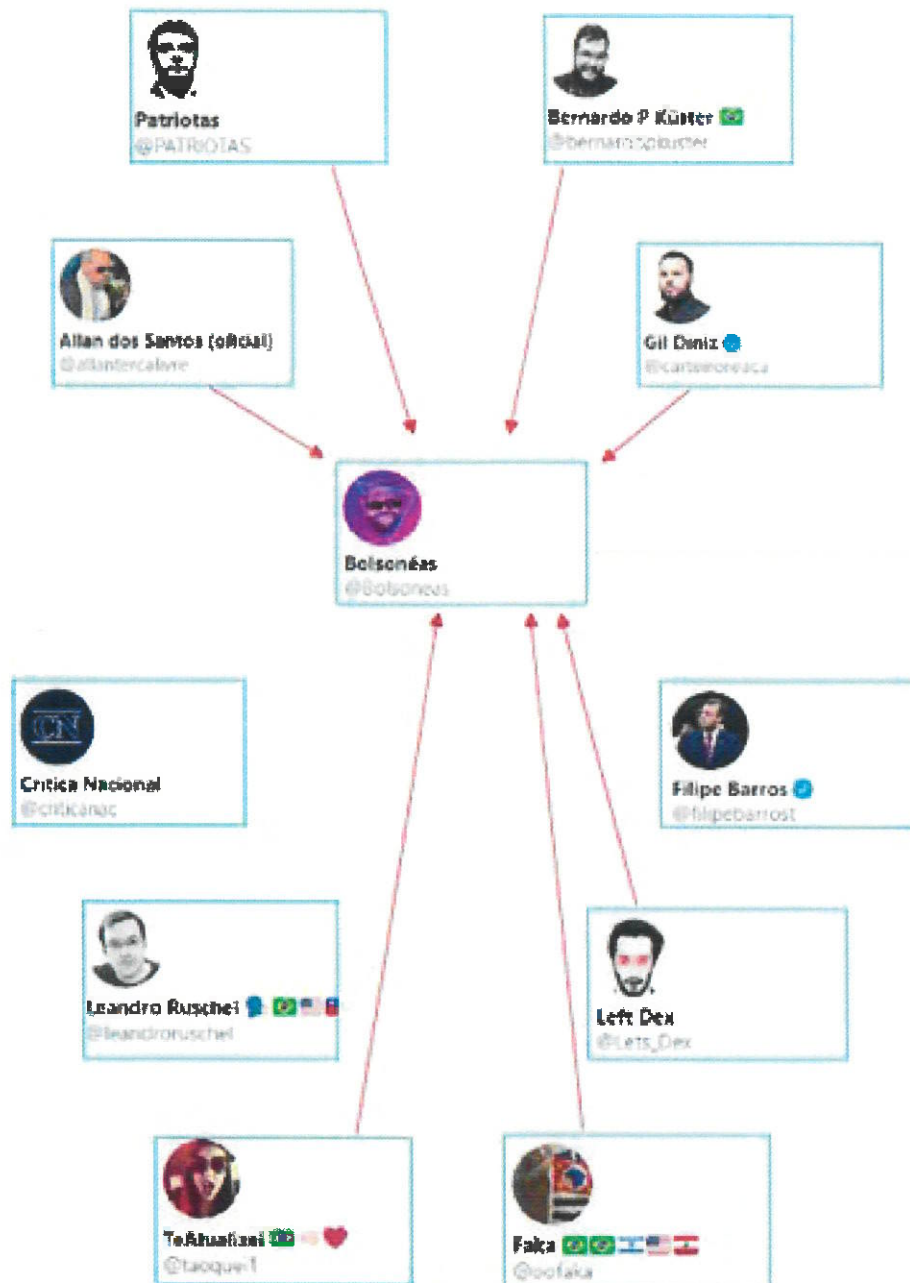
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @allantercalivre



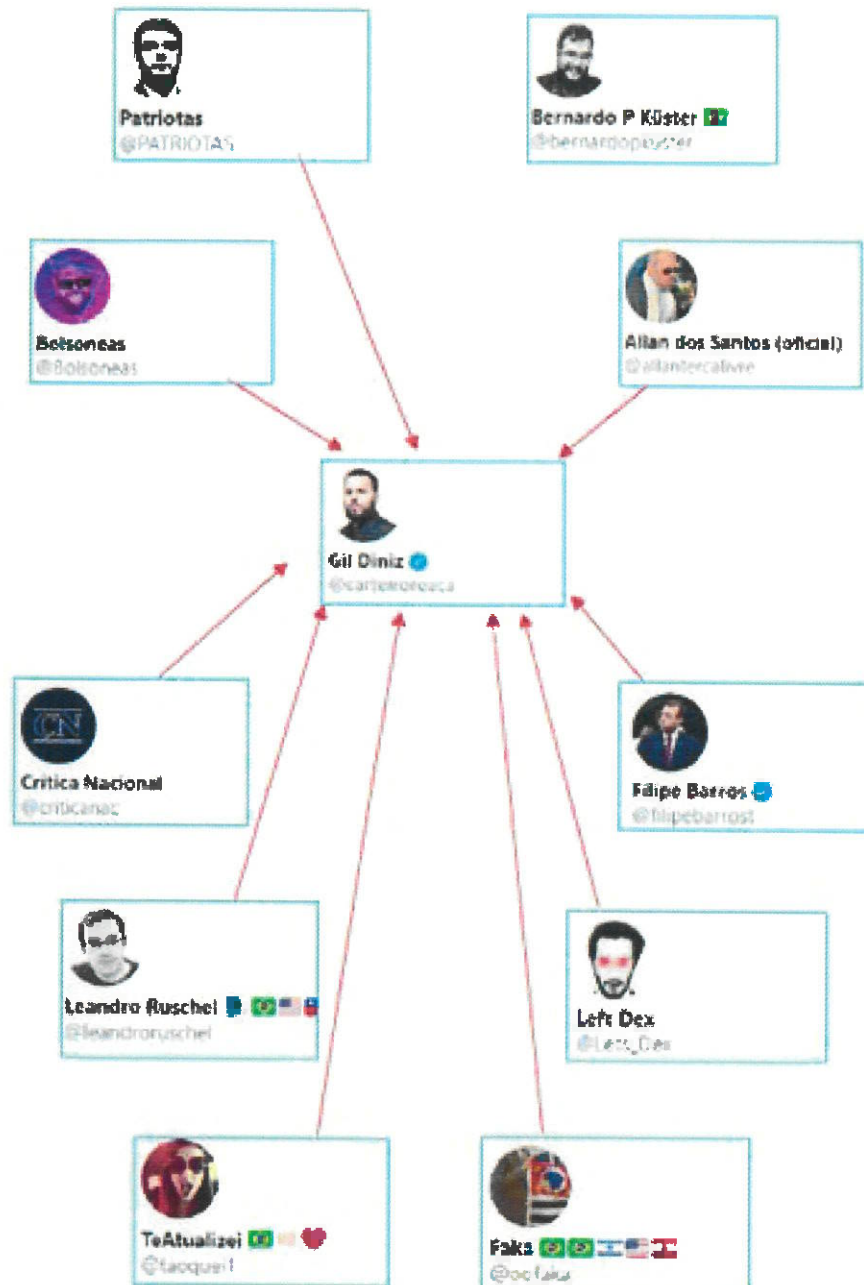
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @Bolsonéas



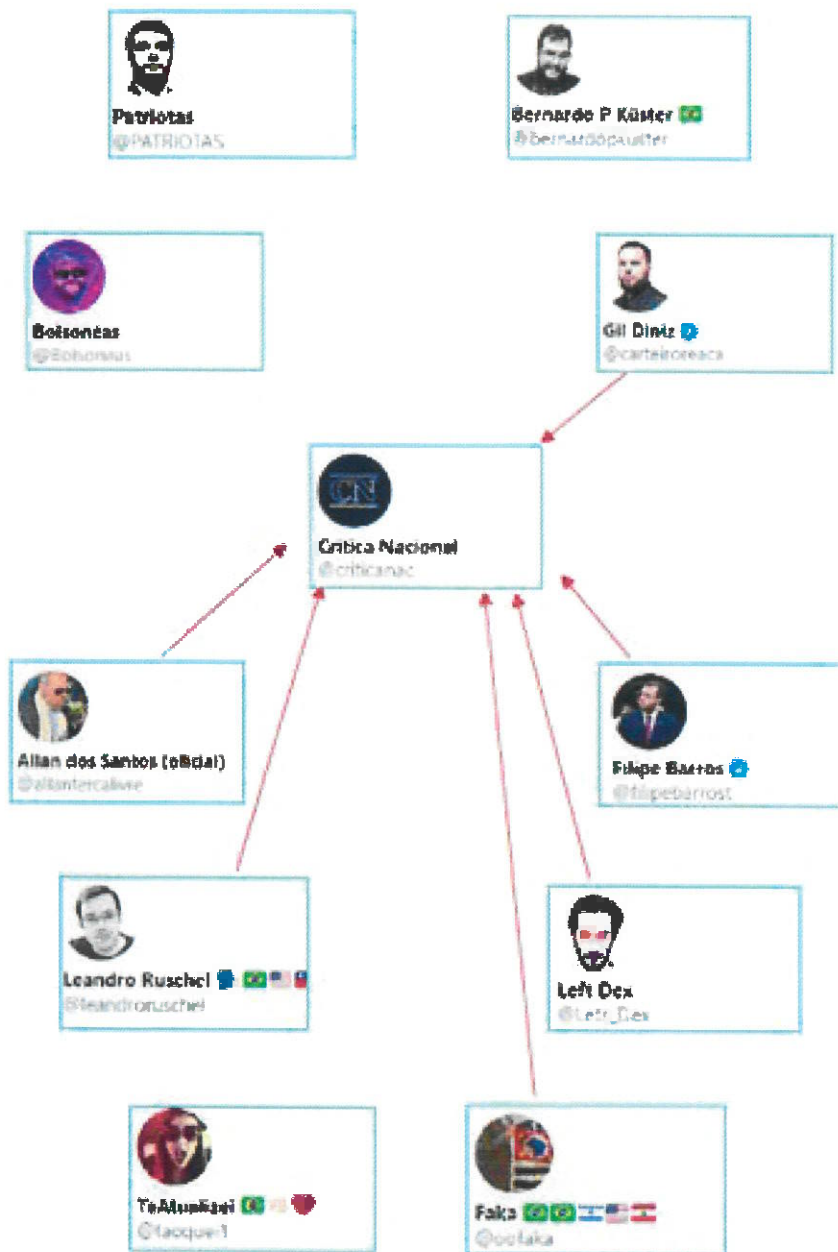
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @carteiroreaca



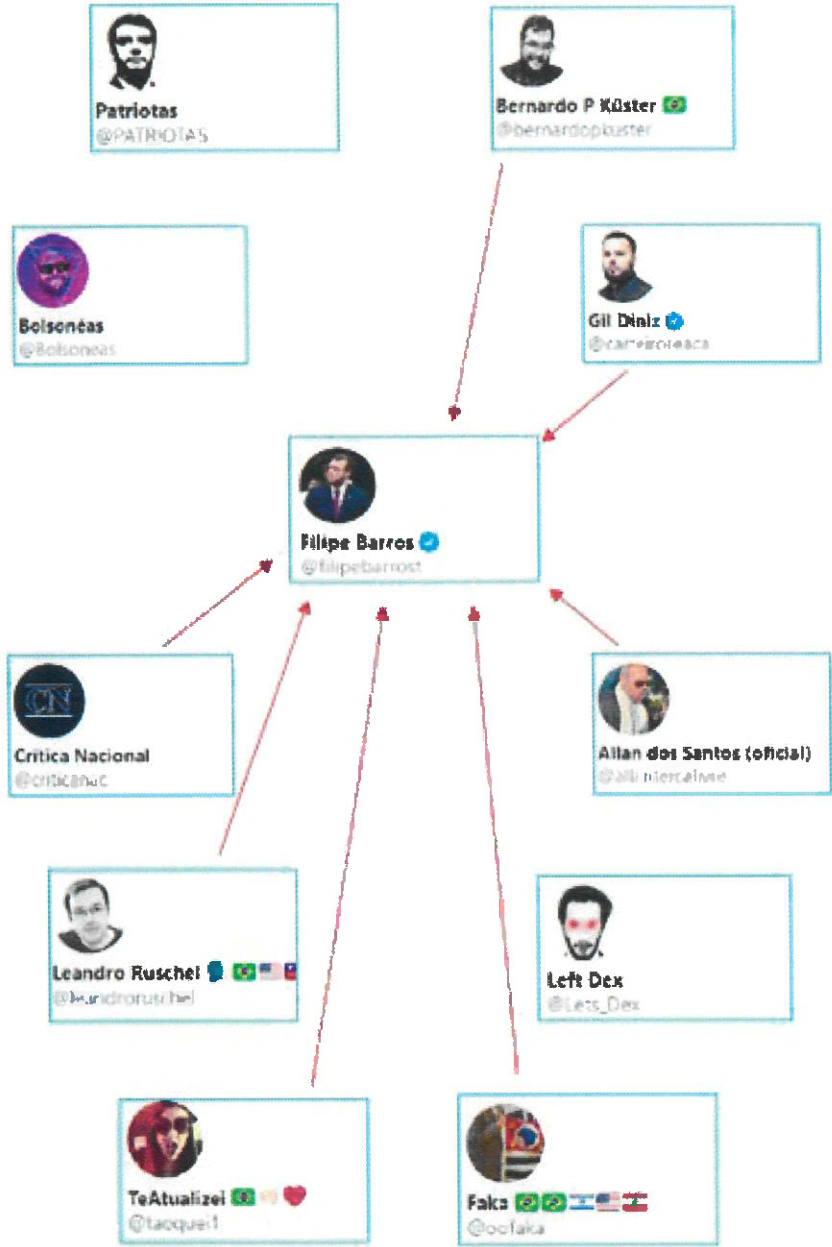
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @criticanac



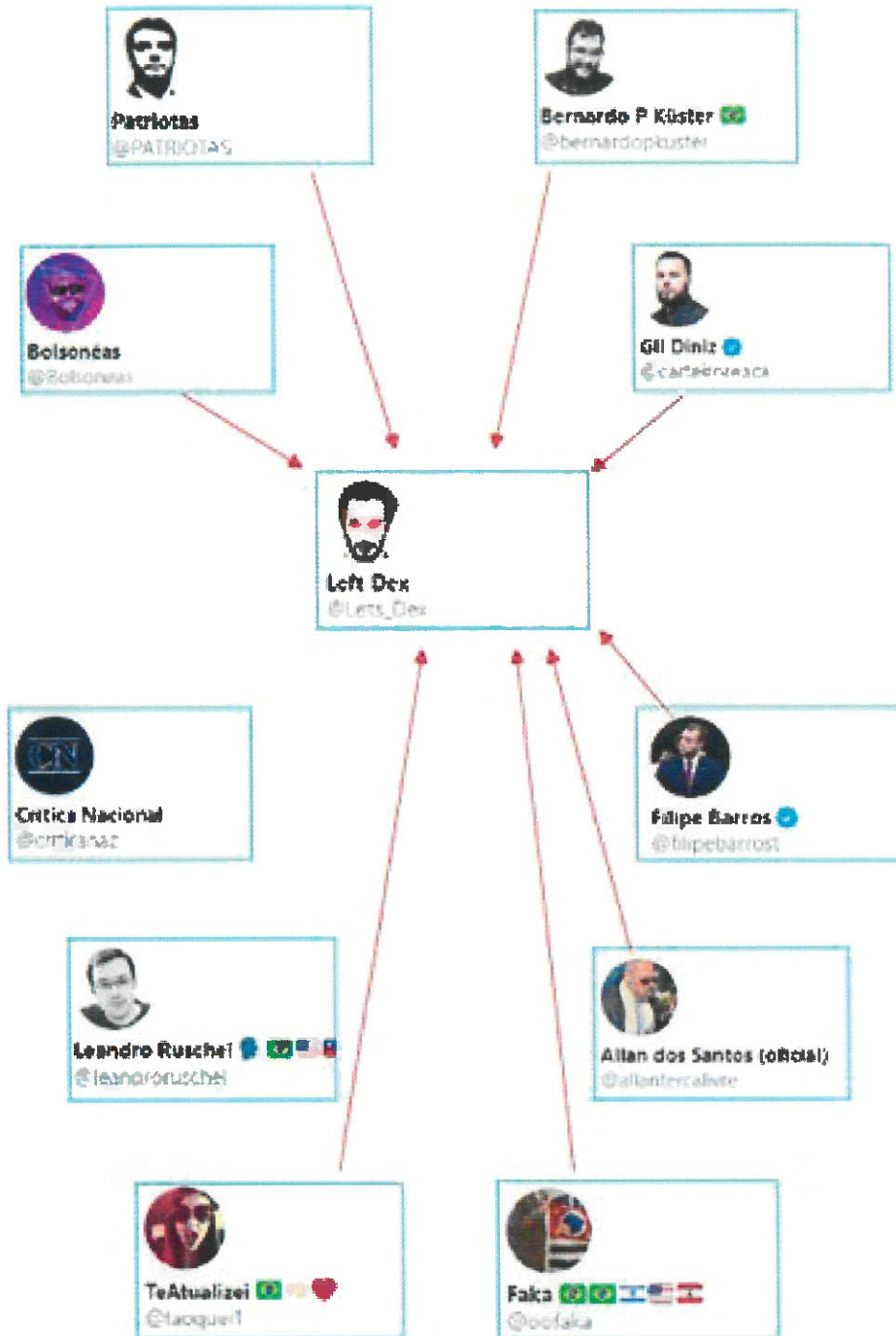
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @FilipeBarrosT

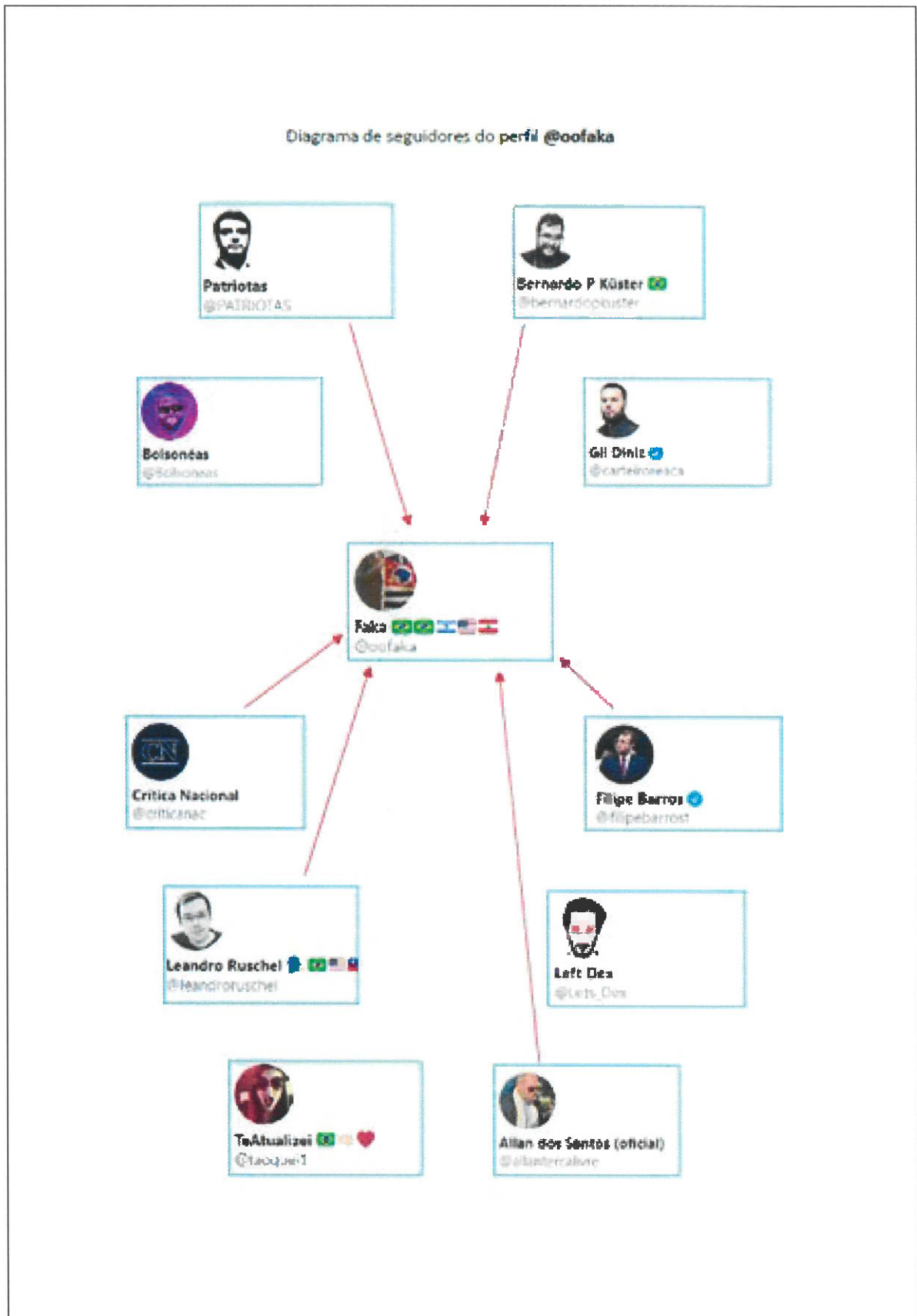


# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @Lets\_Dex



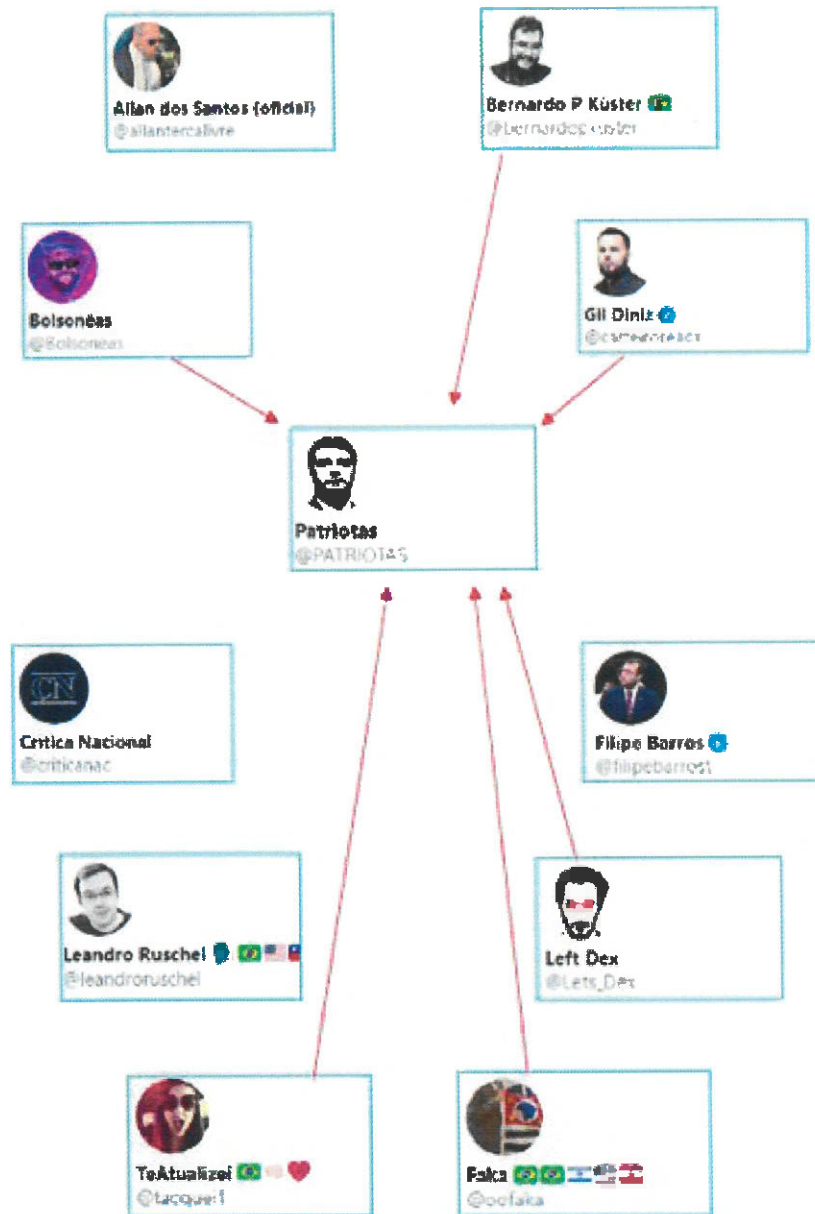
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL





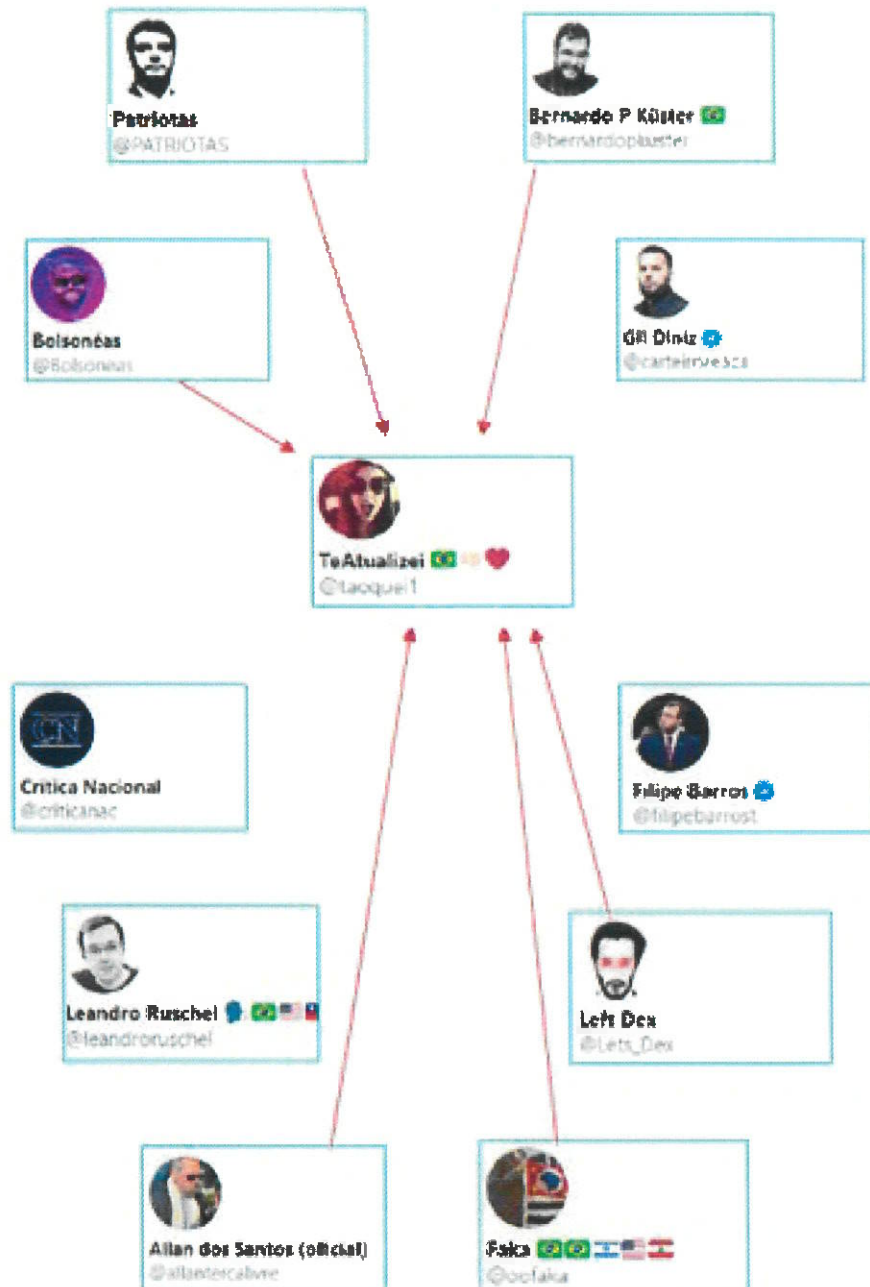
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @PATRIOTAS



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Diagrama de seguidores do perfil @taoquet1



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Logo, de uma forma geral, o objeto do INQ 4.781/DF é a investigação de notícias fraudulentas (*fake news*), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingiriam a honorabilidade e a segurança do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da SUPREMA CORTE, por parte daqueles que tem o dever legal de preservar o sigilo; e a verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário e o Estado de Direito.

**Observo, nessa linha, que as investigações do referido inquérito sempre estiveram centradas na questão do financiamento àqueles reconhecidos ou apontados como os responsáveis pela divulgação das *fake news*, preocupação que ainda continua, dada a grandiosidade dessa rede disseminadora de notícias falsas.**

As investigações, inclusive, forneceram inúmeros indícios de que toda a estrutura voltada à disseminação de notícias estaria, aparentemente, sendo financiada por empresários que, conforme os indícios constantes dos autos, inclusive nos depoimentos dos parlamentares federais NEREU CRISPIM, ALEXANDRE FROTA e JOYCE HASSELMANN, atuariam de maneira velada fornecendo recursos – das mais variadas formas –, para os integrantes dessa organização.

Dentre os empresários à época investigados como possíveis financiadores estavam: EDGARD GOMES CORONA, LUCIANO HANG, REYNALDO BIANCHI JUNIOR e WINSTON RODRIGUES LIMA (ao que tudo indica, tais empresários integrariam um grupo ainda maior – autodenominado de "Brasil 200 Empresarial" –, no qual os participantes colaborariam entre si para impulsionar vídeos e materiais contendo ofensas e notícias falsas com o objetivo de desestabilizar as instituições democráticas e a independência dos poderes).

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

## 2. INQs 4.828/DF E 4.874/DF.

O INQ 4.828/DF foi instaurado a pedido da Procuradoria-Geral da República para apurar a existência de um grupo de pessoas associadas, com atuação voltada à difusão de ideologia dita conservadora, que teria produzido e divulgado material de conteúdo criminoso, caracterizando, em tese, os crimes da então Lei n. 7.170/83 que tipificariam as condutas de fazer propaganda de processos violentos ou ilegais com o objetivo de alteração da ordem política, de incitar a animosidade das Forças Armadas contra o STF ou o Congresso Nacional, ou de imputar crimes ou fatos ofensivos à reputação dos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e, em tais hipóteses, a existência de financiamento específico de tais atividades, notadamente se houve obtenção direta ou indireta de recursos federais, ou ações voltadas à ocultação/dissimulação da origem dos valores.

No referido procedimento investigatório, a Polícia Federal apresentou Relatório de Investigação (SR/PF/DF 2020.0124709), datado de 18/12/2020, com o resultado dos atos de investigação já realizados pela Polícia Federal, contemplando não só o estado das investigações, como também as diligências realizadas, os relatórios de análise de material elaborados e as pendências existentes, submetendo proposições investigatórias à apreciação de Vossa Excelência, com três hipóteses criminais e outros eventos identificados.

Em relação aos outros eventos identificados, a Polícia Federal trouxe a descrição de inúmeros fatos potencialmente relevantes sob a óptica penal, apresentando as suas proposições, dentre os quais destaco o seguinte trecho extraído a fls. 149/153, do mencionado Relatório da PF:

### **5. OUTROS EVENTOS IDENTIFICADOS:**

Como descrito, além das hipóteses criminais citadas que delimitaram o esforço investigativo da PF neste inquérito, foram identificados diversos eventos ainda sem elucidação, os quais ainda não foram claramente delineados e necessitam de aprofundamento.

A tabela abaixo apresenta um breve resumo de situações que foram identificadas e que podem possuir repercussões diversas, sendo

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

apresentadas proposições ao juízo na coluna seguinte, com o fim de propiciar o direcionamento das investigações e consequente celeridade na apuração:

Nº	EVENTOS IDENTIFICADOS	
01	<p style="text-align: center;"><b>RECEBIMENTOS DE VALORES NO EXTERIOR, RELACIONADOS A MONETIZAÇÃO VIA GOOGLE DA EMPRESA "TERÇA-LIVRE"</b></p> <p>A análise de material apreendido em poder de ALLAN DOS SANTOS aponta para a possibilidade de ocorrência de envio de valores ao exterior com a interposição de pessoas (BBTV) para recebimento da monetização do canal TERÇA LIVRE.</p> <p>Identificou-se que ao menos uma parte do dinheiro retorna ao Brasil via PAYPAL, bem como por meio de alguns pagamentos de despesas de ALLAN e do sítio TERÇA LIVRE realizados pelo sócio JOÃO BERNARDO (empresário brasileiro residente nos EUA e vinculado ao canal). Permanece a necessidade de aprofundamento, a fim de verificar se esses pagamentos são feitos com os valores da monetização pagas via empresa canadense e a motivação para a interposição de pessoas físicas e jurídicas, bem como a correta identificação do fluxo de monetização. Registre-se que há menção a um processo de criação da empresa TERÇA LIVRE INTERNACIONAL, que seria sediada no exterior. Com base nesses dados, há indicativo de que ALLAN teria faltado com a verdade no depoimento na CPMI sobre a composição da sociedade da empresa TERÇA LIVRE e recebimento de valores de monetização via GOOGLE.</p> <p>Houve representação da PF ao juízo no dia 22 de julho, pedindo que se determinasse à empresa GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA o envio dos dados relacionados a pagamentos efetuados à BBTV, que seriam destinados ao sítio TERÇA LIVRE.</p> <p>Em paralelo, há pedido de cooperação jurídica internacional formulado pela PF à Justiça canadense, a fim de obter os dados de monetização da empresa BBTV. Houve pedido de complementação por parte do governo canadense, com demanda para que o Brasil envie mais dados indicadores do envolvimento de ALLAN DOS SANTOS nos fatos indicados.</p>	<p><b>PROPOSIÇÃO</b></p> <p>Como se observa, há necessidade de aprofundamento nesses fatos por meio de inquérito policial específico, o qual permitirá a identificação do caminho do dinheiro, da motivação e dos procedimentos adotados pelas pessoas em torno do fato.</p> <p>Por esse motivo, sugere-se ao juízo que se determine a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.</p>
02	<p><b>TENTATIVA DE OBSTRUÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO (CPMI-FAKENEWS):</b></p>	<p><b>PROPOSIÇÃO</b></p>

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

	<p>Com correlação com o evento acima, um dos fatos identificados durante a investigação foi a articulação e atuação de integrantes do grupo para criar obstáculos à apuração realizada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das <i>Fake News</i> (CPMI-<i>Fake News</i>), incidente sobre a mesma associação e sobre o mesmo modo de agir, porém com foco na prática de notícias falsas pela rede mundial de computadores.</p> <p>Em grupo de aplicativo de mensagens (Conselheiros TL), integrantes do grupo tentaram convencer a deputada federal BIA KICIS a "derrubar" a convocação e subsequente oitiva de JOÃO BERNARDO BARBOSA, que na verdade é sócio e membro do conselho administrativo do TERÇA-LIVRE, além de pessoa que paga contas de ALLAN DOS SANTOS, fosse realizada pela CPMI, impedindo que a comissão avançasse no entendimento dos fatos.</p> <p>A investigação identificou que ALLAN DOS SANTOS atestou em seu depoimento que JOÃO BERNARDO BARBOSA era apenas um voluntário do TERÇA-LIVRE, minimizando sua participação nos fatos.</p> <p>Não há clara indicação das circunstâncias, impondo-se o aprofundamento para verificação da repercussão</p>	<p>Os dados obtidos apontam para a articulação entre as pessoas, no interesse de evitar a atividade constitucionalmente prevista de investigar atribuída à CPMI.</p> <p>Surge a necessidade de aprofundamento desse evento por meio de inquérito policial específico, o qual permitirá a identificação dos objetivos, a motivação para retirada da convocação de JOÃO BERNARDO e verificar qual a intenção dessa ação.</p> <p>Por esse motivo, sugere-se ao juízo a determinação a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.</p>
	<p><b>DOAÇÃO DE VALORES PARA TERÇA-LIVRE (POSSÍVEL INTERPOSIÇÃO DE PESSOAS PARA LAVAGEM DE CAPITALIS)</b></p>	<p><b>PROPOSIÇÃO</b></p>
<p>03</p>	<p>No curso dos trabalhos de análise do material obtido durante a investigação, identificou-se que o sítio TERÇA-LIVRE e pessoas vinculadas recebem valores significativos doados ao canal por meio de plataformas de <i>crowdfunding</i> (indicação de cerca de 100.000 por mês), feitos por meio de sítios de doação (apoia-se, <i>super chat</i> etc) ou diretamente em contas pessoais.</p> <p>Durante a busca e apreensão executada na residência de ALLAN DOS SANTOS, foi encontrada uma planilha de doadores do canal TERÇA-LIVRE, via plataforma APOIA-SE, contendo mais de 1700 linhas. Entre os 16 primeiros doadores, há um servidor público do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (RAUL NAGEL) que realizou 27 transações que totalizaram R\$ 40.350,00. GIULIANO CARVALHO, servidor da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, realizou 31 transações que totalizaram R\$ 15.500,00. CHRISTIANO CAVALCANTE (servidor do Senado Federal) doou, em 3 transações, R\$ 15.000,00. Já a servidora do BNDES ANA MARIA DA SILVA GLÓRIA doou diretamente na conta de ÍTALO</p>	<p>O presente evento traz elementos que apontam para a necessidade de aprofundamento, considerando a quantidade de servidores públicos doadores e respectivos valores repassados.</p> <p>Sugere-se ao juízo a determinação a separação desse evento para permitir a instauração de inquérito policial próprio.</p>

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<p>LORENZON NETO (sócio do TERÇA-LIVRE) ao menos R\$ 70.000,00.</p> <p>Segundo os dados discutidos por pessoas ligadas à gestão financeira do TERÇA-LIVRE, entre 13 de abril de 2020 a 13 de maio de 2020, houve 1581 transações, das quais 649 sem recebimento da identificação de CPF.</p> <p>A quantidade de doações, o valor repassado por servidores públicos, a forma do repasse, a preocupação demonstrada pelas pessoas ligadas ao TERÇA-LIVRE quanto à exigência de indicação de CPF pelo sítio APOIA-SE, indica a necessidade de compreender os fatos e as circunstâncias.</p>	
--	--

Por decisão proferida por Vossa Excelência foi acolhida a manifestação da PGR e deferido o arquivamento do INQ 4.828/DF, bem como determinado o prosseguimento das investigações em relação aos novos fatos surgidos durante a investigação realizada pela Polícia Federal – INQ 4874/DF –, diante dos fortes indícios e dos significativos elementos apresentados pela Polícia Federal que apontavam para a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes àqueles identificados no INQ 4.781/DF, com a nítida finalidade de atentear contra a Democracia e o Estado de Direito, além de ter sido determinado, inclusive, o compartilhamento integral das provas do INQ 4.828/DF com o INQ 4.781/DF. Destaco, abaixo, os principais pontos da decisão proferida:

**É o relatório. Decido.**

**1) ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO Nº 4828.**

O princípio do monopólio constitucional da titularidade da ação penal pública no sistema jurídico brasileiro somente permite a deflagração do processo criminal por denúncia do Ministério Público (Pet. 4281/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJE de 17-8-2009), tendo esta CORTE decidido pela incompatibilidade do novo modelo acusatório consagrado pelo artigo 129, inciso I, do texto constitucional com todos os procedimentos que afastavam a titularidade privativa da ação penal pública do Parquet, previstos antes da promulgação da Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988 (RTJ, 149/825, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; HC 67.931/RS, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Diário da Justiça, Seção I, 31 ago. 1990).

Ressalte-se, ainda, que, em nosso sistema acusatório consagrado constitucionalmente, a titularidade privativa da ação penal ao Ministério Público (CF, art. 129, I), a quem compete decidir pelo oferecimento de denúncia ou solicitação de arquivamento do inquérito ou peças de informação, não afasta o dever do Poder Judiciário de exercer sua "atividade de supervisão judicial" (STF, Pet. 3825/MT, rel. Min. GILMAR MENDES), evitando ou fazendo cessar toda e qualquer ilegal coação

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

por parte do Estado-acusador (HC 160.124, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, d. 22/11/2011).

O ilustre Vice Procurador-Geral da República finalizou sua manifestação propondo o arquivamento do presente inquérito policial, concluindo que a investigação proposta está comprometida por falhas da Polícia Federal e que, nessas circunstâncias, a submissão à jurisdição penal não pode ser via duradoura, sobretudo quando lança suspeição difusa sobre a política sem demonstração cabal de elementos por investigadores profissionais e que remanesce aberta a oportunidade de se proceder a novas pesquisas nas instâncias ordinárias, se de outras provas a autoridade policial tiver notícia, ou a via cível ou administrativa de contenção de pessoas jurídicas que exploraram comercialmente o filão que originou este inquérito.

Assim, tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação privada subsidiária, ou a título originário (CPP, art. 29; CF, art. 5º, LIX), sendo essa manifestação irretratável, salvo no surgimento de novas provas (HC 84.253/RO, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO; Inquérito 2028/BA, Pleno, Rel. Min. ELLEN GRACIE Red. p/ o acórdão Min. JOAQUIM BARBOSA, 28.4.2004, HC 68.540-DF, Primeira Turma, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, DJU, 28 jun. 1991).

Diante disto, **ACOLHO** a manifestação da Procuradoria-Geral da República e **DEFIRO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE INQUÉRITO**, instaurado para "a apuração de fatos ocorridos no dia 19 de abril de 2020 e seus antecedentes", em virtude da ocorrência de "aglomerações de indivíduos diante de quartéis do Exército brasileiro das quais foram noticiadas pretensões de animosidade entre as Forças Armadas e as instituições nacionais", nos termos do art. 3º, I, da Lei 8.038/1990, c/c os arts. 21, XV, e 231, §4º, do RISTF, ressalvada a hipótese do art. 18 do Código de Processo Penal.

**II) COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES DOS EVENTOS N°S 01/02/03/04/05 IDENTIFICADOS PELA POLÍCIA FEDERAL.**

[...]

Em sua promoção de arquivamento, a própria Procuradoria-Geral da República entendeu necessário o aprofundamento das diligências em relação aos novos fatos surgidos durante a investigação realizada pela Polícia Federal, conforme se manifestou:

(iii) sejam encaminhadas, com a documentação pertinente, para a Justiça Federal as proposições de n. 1 e de n. 2 e para a Justiça Estadual as proposições de n. 3, n. 4, n. 5 e n. 6, todas constantes do campo eventos identificados do relatório da autoridade policial;

(iv) seja a Receita Federal do Brasil instada a apurar eventual omissão de declaração das receitas descritas nos relatórios de monetização de folhas 57 a 123 do RE 2020.0070028;

**Com razão a Procuradoria-Geral da República sobre a necessidade de aprofundamento das investigações, conforme requerido.**

**Ocorre, entretanto, que, em inúmeras condutas narradas no relatório da Polícia Federal (eventos identificados n°s 01/02/03/04/05) e que necessitam de maiores investigações, aparecem citações ou efetivas participações de parlamentares federais, que, nos termos do artigo 102, inciso I, "b" da Constituição Federal tem prerrogativa de foro no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

[...]

A análise dos fortes indícios e significativas provas apresentadas pela investigação realizada pela Polícia Federal aponta a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção,



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes àqueles identificados no Inquérito 4781, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito.

Observam-se, do material apreendido e analisado de forma inicial no Inquérito 4828, elementos indiciários a demonstrar uma possível organização, que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições democráticas, principalmente aquelas que possam contrapor-se de forma constitucionalmente prevista a atos ilegais ou inconstitucionais, como o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e o próprio Congresso Nacional, utiliza-se de uma rede virtual de apoiadores que atuam, de forma sistemática, para criar ou compartilhar mensagens que tem por mote final a derrubada da estrutura democrática do Brasil.

Essa organização defende a necessidade de exclusão dos Poderes Legislativo e Judiciário na tríade do sistema de freios e contrapesos da Constituição Federal, ora atacando seus integrantes, especialmente, no caso do Congresso Nacional, dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ora pregando a própria desnecessidade de tais instituições estruturais da Democracia brasileira.

Ou seja, pregam de maneira direta o afastamento da Democracia representativa, com o retorno do Estado de Exceção, a partir do fechamento do órgão de reunião de todos os representantes eleitos pelo voto popular para o Poder Legislativo, e a exclusão do órgão constitucionalmente incumbido da defesa da Constituição Federal, induzindo e instigando a extinção total ou parcial do Supremo Tribunal Federal, como representação máxima do Poder Judiciário.

Esta estrutura de divulgação de ataques organizados, que foi observada no Inquérito 4.781, instaurado para apurar ameaças e ataques à pessoa e a honra dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus familiares, por meio de notícias falsas, *fake news*, repete-se também neste Inquérito 4.828, instaurado para apurar a situação específica da convocação e organização de manifestações antidemocráticas ocorridas em 19 de abril de 2020, em que se viu o funcionamento estruturado de ataques às instituições que possam, de qualquer maneira, exercer o sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição Federal.

As investigações da Polícia Federal apontaram fortes indícios da existência de uma organização criminoso voltada a promover diversas condutas para desestabilizar e, por que não, destruir os Poderes Legislativo e Judiciário a partir de uma insana lógica de prevalência absoluta de um único poder nas decisões do Estado, sem qualquer possibilidade de controle ou fiscalização, nos moldes constitucionais; pregando-se, portanto, a imposição de uma ditadura, em desrespeito total à ordem constitucional vigente, que consagra a Democracia e o Estado de Direito.

**Essa organização criminoso aparenta seguir a mesma estrutura inicialmente identificada no Inquérito 4.781, com núcleos de (a) produção do material, (b) publicitário ou de divulgação, (c) político e (d) financeiro.**

A investigação realizada pela Polícia Federal apurou – sem prejuízo da existência de outras estruturas similares, que necessitam de uma análise mais aprofundada – a atuação do blogueiro ALLAN LOPES DOS SANTOS, por meio de CANAL TERÇA LIVRE, mantido pela empresa Terça Livre Produções Ltda, como ponto de referência para a construção do discurso acima indicado e da materialização de suas pretensões, seja por meio de ataques diretos a instituições e autoridades, seja por uma efetiva estrutura empresarial extremamente lucrativa, a partir da monetização de conteúdo divulgado pela rede mundial de computadores. A partir da apuração da atuação de grupos de pessoas que realizam condutas com o fim de desestabilizar as instituições democráticas, por meio de ataques a agentes políticos específicos e à disseminação de discurso de ódio, com nítidas mensagens contrárias à Democracia e ao Estado de Direito, apurou-se fortes indícios e provas específicas em relação à pessoa de ALLAN DOS SANTOS, apresentador e sócio do canal digital "Terça Livre", sem prejuízo da atuação satélite de seus sócios aparentes e ocultos, além de agentes políticos e servidores aderentes às suas ações.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A investigação policial apontou a construção, por ALLAN DOS SANTOS, de amplo material divulgado com ataques aos Poderes de Estado e instituições democráticas, seja por meio de ofensas diretas a agentes políticos que não sejam alinhados à sua ideologia e discurso ou que tenham em algum momento divergido do posicionamento político, seja por meio de ataques pessoais a parlamentares ou magistrados da SUPREMA CORTE, pregando as suas destituições; além de mensagens pregando intervenção militar.

De acordo com os depoimentos, ALLAN DOS SANTOS, muito a partir da participação ativa da campanha eleitoral de 2018 (fl. 24 do relatório parcial da Polícia Federal), passou a organizar reuniões em sua residência com agentes políticos, incluindo vários Deputados Federais, servidores públicos, especialmente comissionados que participaram ativamente da última campanha eleitoral para a Presidência da República.

Além disso, coordenou diversas pessoas com aparente potencial para a propagação de suas ideias contra a Constituição Federal, a Democracia e ao Estado de Direito, em grupos fechados do aplicativo Whatsapp, especialmente aqueles denominados "GENGIS HOUSE" e/ou "QG ESTADO MAIOR".

Em seu depoimento, TÉRCIO ARNAUD, assessor especial da Presidência da República e indicado como membro do chamado "Gabinete do Ódio", confirmou que foi ALLAN DOS SANTOS que o incluiu no grupo "GENGIS HOUSE", indicando que a intenção de Allan era a reunião de "*pessoas de dentro do governo*", participando deste grupo os Deputados Federais Paulo Eduardo Martins (fl. 26 do relatório), Daniel Silveira (fl. 21 do relatório), o que é em parte confirmado por estes (fls. 27 e 30 do relatório). O fato de Allan ter incluído Tércio em referido grupo indica administração ou ascendência sobre sua formação, funcionamento e conteúdo. E, embora o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro tenha afirmado que não se recordava se integrou tal grupo, confirmou também que as reuniões ocorreram, ao menos em 2019, na residência de ALLAN, por conta de ser muito ativo na militância e ter disponibilizado o local (fl. 34 do relatório). Observa-se, também, recorrente confirmação da participação de diversos Deputados Federais, dentre outros, a Deputada Federal Bia Kicis Torrents de Sordi (fl. 48 do relatório da Polícia Federal).

Além da organização desses eventos visando ataques às instituições democráticas, houve nítida aproximação de ALLAN em relação à pessoas detentoras de cargos públicos, na tentativa de nomeação de pessoa de sua confiança para cargo na SECOM como forma de facilitar a criação de uma rede de comunicação de extrema direita (Relatório de Análise 16/2020; fl. 102 do relatório da Polícia Federal), demonstrando, em tese, o início da existência de suposta parceria "público-privada" visando rompimento institucional, além de obtenção de benefícios ilícitos do Governo Federal.

O Deputado Federal Paulo Eduardo Lima Martins, quando de sua oitiva, chegou a afirmar que ALLAN é influente no público que apoia o Presidente e, por conhecer as pessoas do governo, é capaz de propor política de interesse de seu grupo de apoio (fl. 27 do relatório da Polícia Federal).

Além de tais depoimentos, foram apreendidos documentos na residência de Allan dos Santos a indicar a defesa de uma ideologia autoritária e o desrespeito direto à Constituição Federal e às Instituições. Os manuscritos mantidos por ALLAN tem o seguinte conteúdo:

OBJETIVO: formar pessoas capazes de atuar profissionalmente na mudança política e cultural; entende-se por profissionalismo a organização sistemática das ações políticas e culturais

OBJETIVO: materializar a ira popular contra os governadores/prefeitos; Fim intermediário: saiam às ruas; Fim último: derrubar os governadores/prefeitos: meios. (fl. 104 do relatório da Polícia Federal).

[...]

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Também se vê, das mensagens trocadas entre Allan dos Santos e diversos interlocutores, **atuação ativa no sentido de organizar e realizar ataques a determinadas autoridades públicas que sejam contrárias ao posicionamento político de seu grupo.**

Em 17.04.2020, o Deputado Eduardo Bolsonaro e Allan dos Santos conversam sobre a "#ForaMaia", afirmando o Deputado: "a 'Hashtag #ForaMaia' passa de 1 milhão. Em breve dirão que são robôs, quer apostar?" Allan, em resposta, afirma que "Ficamos mais de duas horas ao vivo falando para a galera publicar a hashtag". (fl. 104 do relatório da Polícia Federal) Tais elementos indicam **motivação política em atacar determinado deputado federal, Presidente da Câmara dos Deputados, com a construção artificial de compartilhamentos, instigados pela transmissão no Canal Terça Livre.**

[...]

Na mesma data, Allan contatou o Deputado Federal Carlos Jordy para participar ao vivo da transmissão pelo Youtube, afirmando que a pauta do programa seria "bater no Maia". Posteriormente, o Deputado Federal Carlos Jordy remete um tweet da conta "@TraidoresdoBR", afirmando ter feito a conta falando do #ForaMaia. (fl. 104 do relatório da Polícia Federal).

[...]

Em 26.04.2020, o Deputado Federal Carlos Jordy volta a falar com Allan dos Santos sobre as manifestações do mesmo dia, afirmando "Aqui no rio foi na casa do Maia, mandei meu grupo"; "mas eu não fui"; "Nego tá na nossa cola". (fls. 104).

Em outras palavras, o Deputado Federal CARLOS JORDY ao mesmo tempo, confessa a organização de manifestação para ameaçar, atacar e ofender o então Presidente da Câmara dos Deputados e sua plena ciência da ilicitude de seus atos ("*mas eu não fui*", "*nego tá na nossa cola*").

[...]

Em 08.05.2020, André Fernandes envia uma mensagem para ALLAN, afirmando que está em Brasília e se houver movimento, manifestação ou alguma outra coisa para fazer, ele toparia, **sendo instruído por Allan a ir para sua residência, denominada na mensagem como GDO.** (fl. 104)

O grupo do aplicativo Whatsapp denominado "Hate Cabinet – NYC", inicialmente criado por Allan dos Santos com o nome "ENCONTRO NYC", este envia uma mensagem em 03.03.2020, afirmando: "Conto muito com vocês para a próxima aventura: tocar o terror no dia 15!"; "Depois disto precisarei muito do apoio de vocês para a minha mudança". (fl. 105 do relatório da Polícia Federal).

Como bem se sabe, no dia 15.03.2020 ocorreram manifestações no Brasil pregando o fechamento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, intervenção militar, entre outros atos antidemocráticos, conforme amplamente divulgado pela imprensa. E, poucos meses depois, Allan dos Santos deixou o país, fato também divulgado pela mídia.

As investigações da Polícia Federal, portanto, trouxeram fortes indícios de que Allan dos Santos atua na condição de um dos organizadores dos diversos ataques à Constituição Federal, aos Poderes de Estado e à Democracia, principalmente, por meios digitais, pregando deliberadamente o fim de instituições democráticas como a democracia representativa (eis que busca a queda de prefeitos e governadores eleitos e o fechamento do Congresso Nacional) e a tripartição dos Poderes (eis que afirma a necessidade de fechamento do Supremo Tribunal Federal como forma de garantia de governabilidade pelo Presidente da República).

Esta atuação ativa, em conjunto com uma séria de parlamentares, atores do universo das redes sociais e outros defensores do rompimento institucional, constitui um dos objetos necessários de futura investigação, uma vez que não fizeram parte inicial do presente inquérito, nem tampouco foram objeto de pedido de arquivamento.

A estratégia adotada pelo grupo – composto, inclusive, por parlamentares – de atacar determinados agentes políticos, previamente escolhidos por conta de sua

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

posição contrária ao ideário antidemocrático adotado pela organização é observada de forma similar na apuração do Inq. 4.781, na qual observou-se o ataque coordenado pelas redes sociais contra Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O prévio planejamento e a intenção específica de atacar determinadas pessoas fica evidenciado pelas conversas analisadas:

[...]

Da mesma forma, foram observados no Inq. 4.828 ataques coordenados e sistemáticos contra, por exemplo, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, semelhantes ao modus operandi do Inq. 4.871, onde ataques organizados, todos ocorrendo no mesmo dia ou no dia seguinte, por uma série de perfis e páginas nas redes mundiais de computadores, sempre visavam ameaçar, agredir e a atacar Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e à PRÓPRIA CORTE.

Os laudos preliminares da Polícia Federal, produzidos nos autos do Inq. 4.871, identificaram o comportamento atípico dos ataques sistematizados, iniciando-se de forma concomitante e cessando a comando específico, indicando o uso das redes sociais não como meio de liberdade de expressão, mas sim como instrumento de agressão, de propagação de discurso de ódio e de ruptura ao Estado Democrático de Direito.

O possível envolvimento de agentes públicos, lotados em cargos de assessoramento de parlamentares e membros do Poder Executivo, especialmente no que diz respeito à propagação de tais ataques específicos a instituições e seus integrantes, também é observado a partir de fatos observados e semelhança no modus operandi nos Inquéritos 4.828 e 4.781.

A partir da posição privilegiada junto ao Presidente da República e ao seu grupo político, especialmente os Deputados Federais Bia Kicis, Paulo Eduardo Martins, Daniel Lúcio da Silveira, Carolina de Toni e Eduardo Bolsonaro, dentre outros, além e particularmente o Ten-Cel. Mauro Cesar Cid, ajudante de ordens do Presidente da República, a investigação realizada pela Polícia Federal apresentou importantes indícios de que Allan dos Santos **tentou influenciar e provocar um rompimento institucional, particularmente nos eventos ocorridos nos dias 20/04/2020, 26/04/2020 e 06/05/2020.**

Nestes dias, conforme se verifica do teor de mensagens enviadas por Allan dos Santos para Mauro Cesar Cid, houve reiterada insistência no sentido do rompimento institucional e a necessidade de intervenção das forças armadas, afastando-se o país da via democrática. Afirmando a "**necessidade de intervenção militar**", ou que "**não via solução pela via democrática**" e que, após citar decisões do Supremo Tribunal Federal, dizer que "**não dá mais**", culmina com a mensagem final ao ajudante de ordens do Presidente da República de que "**as FFAA precisam entrar urgentemente**" (fl. 16 do relatório do Polícia Federal nos autos 4.828).

Some-se a isto o fato de Mauro Cesar Cid confirmar que fora avisado via WhatsApp de atuação da Polícia Federal na residência de Allan dos Santos, e que seu único ato pode ter sido de comunicar a ocorrência ao Presidente, o que é feito com qualquer notícia considerada relevante (fls. 174 – IPL 2020.0060052-SR/PF/DF). **Se a operação de busca e apreensão na residência de Allan dos Santos foi considerada notícia relevante pelo ajudante de ordens do Presidente da República, há indícios de existência de alguma relação subjetiva entre ambos, já que o fato, objetivamente, não demonstraria qualquer relevo para o Chefe do Poder Executivo da União.**

Nas comunicações com agentes políticos, obtidas a partir da apreensão de aparelhos de telefone, pode-se ver a tentativa de ALLAN DOS SANTOS, por meio de influência de Deputados Federais, fazer nomear a pessoa de "Julia Zanatta" na Secretaria de Radiodifusão da SECOM, facilitando a criação de emissora de TV. Segundo conversa obtida em aplicativo de mensagens entre Allan dos Santos e o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, teria afirmado que "*A Júlia PRECISA assumir a Secretaria de Radiodifusão*" e "*Ainda assim, precisamos da SECOM pra implementar uma ação que desenhamos aqui?*" (fls. 34 do Relatório de Material Apreendido – IPL 2020.0060052-DICOR/PF) A intenção de dominar determinado

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

setor da SECOM, possivelmente para facilitar o atendimento de interesses exclusivos do grupo é confirmada pela mensagem entre Julia Zanatta e Alan dos Santos, afirmando que "*temos que tomar essa secretaria*". (fls.692/693 – IPL 2020.0124709-SR/PF/DF).

[...]

O aprofundamento das investigações até o momento realizadas pela Polícia Federal, inclusive com a identificação da interposta pessoa na SECOM para atender aos interesses de Allan dos Santos e seu grupo é ponto ainda a se esclarecer, especialmente em virtude da finalidade visada pelas condutas criminosas, qual seja, a agressão ao Estado Democrático de Direito.

Também se vê, nas anotações apreendidas na residência de Allan – o mesmo local onde se reunia com diversos parlamentares e agentes públicos – indicação de possível planejamento de obtenção de verbas públicas via SECOM, fato que precisa ser apurado, identificando-se se, eventualmente, houve direcionamento e uso de verbas públicas para o fomento dos ataques perpetrados por Allan dos Santos e seu grupo ideológico.

O documento emitido pela Consultoria Legislativa do Congresso Nacional, citado pela PGR nos autos 4.828, no âmbito da CMPI Fake News, datado de 23.04.2020, apurou a existência de anúncios do Governo Federal contratados por meio da plataforma Google Adwords que beneficiaram o canal TERÇA LIVRE. Assim manifesta-se o documento da Consultoria Legislativa:

"Em 11 de novembro de 2019, solicitamos à Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), relatório de canais nos quais os anúncios do Governo Federal contratados por meio da plataforma Google Adwords foram exibidos, para o período de 01/01/2019 a 10/11/2019. (...)

Desse modo, para atendimento da decisão da CGU, a SECOM deveria fornecer, no mínimo, os dados referentes aos processos 00170.003066/2019-18 (pagamento em 01/10/2019) e 00170.003376/2019-32 (pagamento em 14/10/2019), cujos anúncios por certo foram realizados no período compreendido no pedido de acesso a informações (1º de janeiro a 10 de novembro de 2019).

Em 17 de abril de 2020 – mais de cinco meses após a apresentação do pedido inicial – finalmente a SECOM apresentou documento por meio do qual, segundo o órgão, dava cumprimento à decisão proferida pela Controladoria- Geral da União. Deve-se ressaltar, contudo, que embora o pedido original solicitasse informações acerca dos anúncios veiculados por meio do programa Google AdSense para o período de 1º de janeiro de 2019 a 10 de novembro do mesmo ano, os dados ofertados pela SECOM abrangem período muito mais curto, que vai apenas de 06 de junho a 13 de julho de 2019. Contudo, ainda que abrangendo período relativamente curto, os dados fornecidos pela SECOM permitem um rico panorama acerca das impressões de peças publicitárias do governo federal em canais de internet por meio de programa Google AdSense. De acordo com o documento encaminhado pelo órgão, 65.533 canais de internet receberam anúncios do Governo Federal nessas datas. Esses canais são divididos em três categoriais: sites (4.018 canais); aplicativos para celular (13.704 canais) e canais do YouTube (47.811 canais). No total, foram realizadas, nesses canais e nesse período, mais de 47 milhões de impressões de anúncios do Governo Federal. (...)

Nesta análise, foi possível comprovar a existência de inserção de publicidade em sites de notícias falsas, incluindo diversos que já vêm sendo monitorados pela CPMI. Destaquem- se, por exemplo, os sites Jornal 21 Brasil (84.248 impressões), Imprensa Viva (65.661

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

impressões), Gospel Prime (44.750), Diário do Brasil (36.551 impressões) e Jornal da Cidade Online (30.508 impressões).

Chama a atenção, também, o fato de o canal de YouTube Terça Livre TV (<http://youtube.com/channel/UC7qK1TCeLAr8qOeclO-s39g>), pertencente ao Sr. Allan dos Santos, integrar a lista de veículos que receberam publicidade oficial, com 1.447 impressões. Em oitava realizada pela CPMI das Fake News em 05 de novembro de 2019, o Sr. Allan dos Santos afirmou que seus veículos de comunicação, incluindo o canal de YouTube Terça Livre TV, "não recebem dinheiro da Secom". Contudo, os dados disponibilizados pela Secretaria demonstram que o canal Terça Livre TV recebeu verbas de publicidade do Governo Federal, por meio de programa Google AdSense. Necessário, portanto, formular questionamento àquela secretaria para quantificar exatamente o montante do valor pago ao canal em todo o período de vigência do contrato com o Google AdSense, tendo em vista que tivemos acesso apenas aos dados parciais compreendidos entre 06 de junho e 13 de julho de 2019."

Aparentemente, o objeto econômico do grupo é obter financiamento com verbas públicas para a propagação de ideias antidemocráticas e contra o regime democrático brasileiro e o Estado de Direito.

Dentre o material apreendido com ALLAN DOS SANTOS, encontram-se manuscritos, possivelmente feitas por conta de curso realizado nos EUA, em 12.01.2019, junto a Olavo de Carvalho, com os seguintes apontamentos:

"Perguntei: Professor, qual o limite para o TERÇA LIVRE receber aporte financeiro do Governo? Olavo: NENHUM".

"Conferir disponibilidade de orçamento (governo) – Eduardo Bolsonaro".

"ver questão da Secretaria de rádio difusão – autarquias / Mudanças das normas (após reunião Allan e Floriano)".

"Eduardo Bolsonaro: fazer contato para questão do visto das pessoas para os EUA: contato com Floriano".

"sistema de informação: sistema de juristas; corpo de jornalistas para blindar o governo".

"A prioridade do Presidente Bolsonaro não é resolver o 'problema do Brasil', mas eliminar os problemas DELE."

"DEMANDAS DA SECOM: programação infantil; documentário (Brasil Paralelo; Programa de rádio; Programa de entrevistas)".

Parte dos planos listados aparentemente chegou a se concretizar, dada as conversas de ALLAN DOS SANTOS com o Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO para fins de obtenção de visto de entrada nos EUA, não se sabendo a que título, além da tentativa de implicar determinados nomes na SECOM.

Fica evidente, assim, a intenção do grupo de Allan dos Santos de acessar os órgãos públicos aptos a permitir o acesso a verbas públicas, possivelmente direcionadas a produtoras e conteúdos relacionados ao Canal Terça Livre ou à linha ideológica de ataque às instituições democráticas.

Aparentemente, seria mais uma das formas de financiamento – agora com dinheiro público - o que demanda melhor apuração.

**Ressalte-se que a questão de se apurar o financiamento demonstrou-se de vital importância nas investigações realizadas pela Polícia Federal, indicando, inclusive, a criação – pelos próprios investigados – de uma verdadeira "rede financeira" ao redor da produção e propagação do discurso de ódio, ataques aos Poderes de Estado e instituições e tentativa de rompimento da Democracia e do Estado de Direito, com movimentação atípica de valores.**

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A autoridade policial, durante as investigações, indicou que da análise do material apreendido em poder de ALLAN DOS SANTOS, há remessas de valores ao exterior por meio de interposição de pessoas (BBTV) para fins de recebimento da monetização obtida pelo canal TERÇA LIVRE. Segundo o relatório policial:

Identificou-se que ao menos uma parte do dinheiro retorna ao Brasil via PAYPAL, bem como por meio de alguns pagamentos de despesas de ALLAN e do sítio TERÇA LIVRE realizados pelo sócio JOÃO BERNARDO (empresário brasileiro residente nos EUA e vinculado ao canal).

Permanece a necessidade de aprofundamento, à fim de verificar se esses pagamentos são feitos com os valores da monetização pagas via empresa canadense e a motivação para a interposição de pessoas físicas e jurídicas, bem como a correta identificação do fluxo de monetização. Registre-se que há menção a um processo de criação da empresa TERÇA LIVRE INTERNACIONAL, que seria sediada no exterior.

Com base nesses dados, há indicativo de que ALLAN teria faltado com a verdade no depoimento da CPMI sobre a composição da sociedade da empresa TERÇA LIVRE e recebimento de valores de monetização via GOOGLE.

Houve representação da PF ao juízo no dia 22 de julho, pedindo que se determinasse à empresa GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA o envio dos dados relacionados a pagamentos efetuados à BBTV, que seriam destinados ao sítio TERÇA LIVRE. Em paralelo, há pedido de cooperação jurídica internacional formulado pela PF à Justiça canadense, a fim de obter os dados de monetização da empresa BBTV. Houve pedido de complementação por parte do governo canadense, com demanda para que o Brasil envie mais dados indicadores do envolvimento de ALLAN DOS SANTOS nos fatos indicados.

Nas apurações, verificou-se não só documentalmente, mas por meio de depoimentos (fls. 76/78 do relatório da Polícia Federal), que o Canal Terça Livre se utiliza da empresa BBTV, localizada no Canadá, como meio de recebimento de valores decorrentes de suas atividades em território nacional, possivelmente por pagamentos diretos remetidos em conta mantida no exterior, via Google Ads.

Bruno Ricardo Costa Ayres, sócio oculto do Canal Terça Livre, confirmou que a empresa BBTV atua na intermediação do relacionamento da empresa Terça Livre com o Google, embora não saiba como ocorre a efetivação da transferência dos valores do Youtube para a empresa Terça Livre, sendo a questão financeira administrada diretamente por Allan dos Santos.

Segundo os dados investigados, os valores recebidos pelo canal através de monetização realizada pela empresa Google, eram remetidos para a empresa BBTV, localizada no exterior, sem que houvesse indicação de pagamento direto para o beneficiário, além de não se obter, via o próprio Google, informações precisas a respeito de tais pagamentos e seu direcionamento.

ALLAN DOS SANTOS declarou à CPMI das Fakenews que não recebe nenhuma monetização via Google, o que aparentemente não condiz com a verdade, diante da informação técnica produzida no âmbito da própria CPMI. Neste inquérito, declarou que sua renda de R\$ 12.000,00 ao mês decorre de sua participação como sócio no Canal Terça Livre TV, e que a renda do próprio canal decorre de monetização, doação (superchat) e pagamento de mensalidade por assinantes (fls. 32/33, fl. 11 do relatório da Polícia Federal).

A interposição de empresa ou pessoa estranha no recebimento de valores é conduta a ser apurada, eis que indica, em tese, possível lavagem de dinheiro ou sonegação às autoridades monetárias brasileiras de forma genérica.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

No desenvolvimento das diligências, é necessária a continuidade das investigações para obtenção de maiores informações sobre tais remessas via empresa BBTV, principalmente à partir de cooperação internacional através de autoridades do Canadá.

Conforme resposta da empresa canadense, que gerencia os pagamentos para o Canal Terça Livre via Google Ads, e as informações contidas nos autos, há divergência entre os dados constantes do material apreendido e aquilo que afirmado pela BBTV. Daí a possibilidade de uma conta PayPal estar vinculada a e-mail diferente daquele utilizado oficialmente e associado a uma empresa ou pessoa física diversa dos apresentadores no ofício de requisição. Há, ainda, a possibilidade de uma conta PayPal fora do Brasil, indicando recebimento fora do país, informação corroborada com documento que indicam a abertura da empresa TLTV LLC em Delaware, Estados Unidos da América.

Segundo o relatório da Polícia Federal, parte destes valores retorna ao Brasil via Paypal, bem como por meio de pagamentos diretos de despesas do Canal Terça Livre e de Allan dos Santos por meio do sócio João Bernardo, sendo esta a pessoa que se tentou, pela intervenção da Deputada Federal BIA KICIS, impedir que fosse ouvida na CPMI das Fake News.

Essa questão, inclusive, conforme solicita a Polícia Federal, merece aprofundamento nas investigações, pois, a partir do relatório juntado aos autos, observa-se a indicação, pela autoridade policial, da possível atuação articulada de pessoas ligadas ao CANAL TERÇA LIVRE para impedir ou dificultar a atuação da CPMI das Fakenews, como suposta participação, em tese, de parlamentar federal.

Segundo o que se apurou, chamados "Conselheiros do TL" tentam convencer a Deputada Federal BIA KICIS a derrubar a convocação e oitiva de JOÃO BERNARDO BARBOSA (sócio e membro do conselho administrativo do Terça Livre) e possível pagador de despesas de ALLAN DOS SANTOS. Este atestou em seu depoimento à CPMI que JOÃO BERNARDO BARBOSA era apenas voluntário do TERÇA LIVRE, mas que, ao que consta, seria na verdade sócio oculto da empresa.

[...]

A proposição da Polícia Federal é pela instauração de inquérito específico para identificar os *"objetivos, a motivação para retirada da convocação de João Bernardo e verificar a intenção dessa ação"* (fls. 150 do relatório da Polícia Federal), baseada em indícios de que ALLAN DOS SANTOS e outras pessoas vinculadas ao CANAL TERÇA LIVRE tenham tentado obstruir os trabalhos da CPMI das Fakenews – com o suposto auxílio da deputada BIA KICIS – especialmente para evitar que a Comissão obtivesse informações a respeito da vinculação entre determinadas pessoas e a atividade do canal na produção e divulgação de notícias contrárias ao regime Democrático e ao Estado de Direito.

Segundo se apurou, por meio de apreensão de computadores com conversas do aplicativo Whatsapp, dentro de grupo restrito denominado "Conselheiros TL", integrantes do grupo entraram em contato com a Deputada Federal BIA KICIS, para derrubar a convocação e oitiva de JOÃO BERNARDO BARBOSA, sócio e membro de fato do conselho de administração do CANAL TERÇA LIVRE, além de, como dito, aparentemente pagar as contas pessoais de ALLAN DOS SANTOS.

Transcrição do áudio remetido possivelmente por BRUNO AYRES no grupo de Whatsapp "Conselheiros TL", em 07/11/2019 (fls. 738 – 2020.0124709-SR/PF/DF):

[...]

Em paralelo, ALLAN DOS SANTOS, em seu depoimento à CPMI, teria afirmado que JOÃO BERNARDO era apenas um voluntário do CANAL TERÇA LIVRE, quando na verdade era um de seus sócios e responsável, ao menos por algum tempo, pela administração financeira da empresa (RMA 003/2020 – IPL 2020.0060052-DICOR/PF)

Embora a Deputada Federal BIA KICIS negue ter recebido tal pedido de intervenção (fl. 49 do relatório da Polícia Federal), necessário apurar se, de fato, houve tal tentativa de intervenção na apuração da CPMI – em clara obstrução à



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

esse importante instrumento parlamentar – e, caso positivo, apurar a motivação que levou ALLAN DOS SANTOS e demais envolvidos diretamente com o CANAL TERÇA LIVRE a tentar barrar o depoimento de um dos principais elementos na organização, no funcionamento e, aparentemente, na internacionalização do canal, bem como a afirmação aparentemente falsa de ALLAN à CPMI de que JOÃO BERNARDO era apenas um colaborador voluntário e não beneficiário direto das atividades do canal.

O pedido de intervenção da Deputada Federal BIA KICIS, e sua possível adesão ao pedido para tentar impedir o depoimento de JOÃO BERNARDO à CPMI, está demonstrado, de forma indiciária, no áudio obtido no grupo "Conselheiros TL" do Whatsapp, remetida por AYRES (provavelmente BRUNO AYRES), anteriormente transcrito.

Em seguida, BRUNO AYRES envia o texto que teria sido repassado para a Deputada Federal BIA KICIS, para que fosse trabalhado para reverter a convocação de JOÃO BERNARDO BARBOSA para depor na CPMI:

O João Bernardo é seguidor do Canal. Nunca doou um centavo para o TL.

O TL estava desorganizado empresarialmente, então eu apresentei-o ao Allan e ele pediu sua ajuda para formalizar a empresa, pois não tinha ideia de como fazê-lo. O João entrou em contato com contadores do Rio Grande do Sul e organizou a formalização. Nisso, o contador que foi contratado, colocou o e-mail do João no cadastro do TL como e-mail de contato da empresa.

Depois disso, o TL precisou de uma sala para montar um estúdio em SP e o João alugou uma sala pra eles lá durante um ano. Foi apenas isso.

Então, não há possibilidade que o João tenha financiado o canal, pelo contrário, ele obteve receitas de aluguel, que saíram da contabilidade do TL como despesas de aluguel e que estão devidamente contabilizadas e com todos os impostos pagos.

Então, a convocação seria uma perda de tempo e um transtorno, pois ele reside nos EUA. João foi apenas um voluntário, assim como dezenas de outros que ajudaram e canal em sua trajetória.

Observa-se dos depoimentos, também, a indicação de que as despesas pessoais de Allan dos Santos eram pagas por ex-sócios formais, João Bernardo Barbosa, empresário radicado no exterior e vinculado, direta e indiretamente, às atividades do Canal Terça Livre (Relatório de análise 16/2020; fl. 102 do relatório da Polícia Federal), o que, a princípio, é incomum, já que eventual repasse de lucros ou "pro labore" haveriam de ser feitos pela pessoa jurídica, e não pela pessoa de um sócio oculto.

Há ainda indicação, nas conversas contidas no telefone apreendido de Sara Giromini, de que Bruno Ayres seria o financiador de Allan dos Santos, como na mensagem enviada por Sara Giromini para Oswaldo Eustáquio Filho, ambos investigados no presente inquérito, em 06/04/2020 (Fls. 186 – 2020.0124709-SR/PF/DF):

[...]

**A questão do financiamento da organização criminosa voltada à atacar o Estado Democrático de Direito foi investigado por diversos ângulos. A existência de suposta parceria ilícita "público-privada", conforme apontado anteriormente, visando rompimento institucional, além de obtenção de benefícios ilícitos do Governo Federal também mereceu atenção da Polícia Federal no tocante à empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA (propriedade de SÉRGIO LIMA).**

Em relação ao suposto financiamento dessa organização criminosa destinada a produção e divulgação de notícias contra o regime democrático e o Estado de Direito, o relatório da Polícia Federal (fls. 151/152) aduz necessidade de maiores

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

investigações, pois em uma análise bancária preliminar (período 19 de abril de 2019 a 03 de maio de 2020) da conta da INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA (propriedade de SÉRGIO LIMA) identificou que a empresa basicamente recebeu os seguintes valores, inclusive de parlamentares federais:

- Transferência de contas associadas a LUÍS FELIPE BELMONTE, as quais repassaram para empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA a soma de R\$

- 700.000,00 (setecentos mil reais) e para a pessoa física de SERGIO FERREIRA DE LIMA a soma de R\$ 1.050.000,00 (um milhão de cinquenta reais). De acordo com SERGIO LIMA, tais valores estavam associados a prestação de serviço em redes sociais de BELMONTE e a um empréstimo;

- Foram identificados repasses dos parlamentares ALINE SLEUTJES, ELISER GIRÃO, JOSÉ NEGRÃO PEIXOTO, BIA KICIS que somam o valor de R\$ 30.300,00. De acordo com SÉRGIO tais valores estariam relacionados a prestação de serviços de desenvolvimento de redes sociais de tais parlamentares.

- Repasses de valores que somam R\$ 500.000,00 de uma confecção situada na rua 25 de março em São Paulo/SP, de propriedade de uma pessoa de origem estrangeira (chinesa).

Relevantes os seguintes trechos de depoimentos:

**Depoimento de SÉRGIO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR - proprietário da empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (fl. 54 do relatório policial):**

- possui relação de amizade e teve relação profissional com BIA KICIS;

- foi contratado pela Deputada BIA KICIS; Indagado sobre o objeto do contrato, respondeu QUE o contrato foi apenas de um mês, em março de 2020, com o objetivo de criar roteiro e publicação vídeos em redes sociais, para melhorar a qualidade dos vídeos publicados pela deputada em suas redes sociais; Indagado sobre o valor que recebeu pelos serviços prestados, respondeu QUE recebeu a quantia de R\$ 6.410,00 pelo serviço prestado;

- sobre o motivo da rescisão contratual, respondeu QUE acredita que seja o mesmo motivo da rescisão do contrato com a deputada ALINE, pela repercussão dos referidos contratos na imprensa;

**Depoimento de ALEXANDRE FROTA – Deputado Federal (IPL 2020.0060052, Vol. 2, fl. 307):**

QUE foi verificado que o assessor da Deputada Federal BIA KICIS, EVANDRO DE ARAÚJO PAULA, foi um dos organizadores das manifestações, conforme divulgação de uma foto feita na rede social de EVANDRO na qual ele declara que ‘estão discutindo assuntos no grupo’, comentário provavelmente relacionado as manifestações; QUE EVANDRO ainda informa que está ajudando de forma administrativa o movimento do grupo dos 300 do BRASIL, como por exemplo por meio de conversas com liderança, grupos de whatsapp e preparação de caravanas; Indagado se tem conhecimento de utilização de recursos públicos na atividade ora discutida, isto é, na produção, publicação, divulgação, replicação desses conteúdos (qual recurso? E como emprega); respondeu QUE tem conhecimento por meio do Portal da transparência da Câmara dos Deputados que existem parlamentares relacionados ao grupo acima mencionados, como BIA KICIS, ALINE SLEUTJES, GENERAL GIRÃO que destinaram verba parlamentar de publicidade para empresa INCLUTECH, o qual repassou tais valores para o grupo dos 300 para serem investidos na infraestrutura do grupo.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Depoimento de SÉRGIO FERREIRA DE LIMA JÚNIOR - proprietário da empresa INCLUTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** (fl. 53-54 do relatório policial):

- conviveu com ALINE na criação do partido ALIANÇA pelo Brasil; QUE ALINE também se tornou cliente do declarante na empresa INCLUTECH; QUE ALINE recebeu a indicação para contratação do declarante por indicação da Deputada BIA KICIS; QUE prestou serviço para ALINE no período de março a abril de 2020; QUE o contrato teve como objeto o planejamento de redes sociais com sugestão de pautas e produção de cards além do posicionamento orgânico do site no ranking do Google; QUE também tinha o objetivo de monitoramento de redes sociais e relatórios;

- prestou serviço para ALINE de março a abril de 2020, valor de R\$ 10 .000,00 por mês;

- a rescisão se deu pela repercussão que o contrato firmado com a deputada teve na imprensa; QUE entende que a pressão política nas redes sociais decorrente das matérias publicadas na imprensa fez a Deputada ALINE rescindir o contrato;

[...]

Observou-se, em esquema gráfico, a seguinte situação indiciária relativa a um suposto esquema de financiamento dessa organização criminosa destinada a atacar o Estado Democrático de Direito:

[...]

Em relação à esse específico ponto, notem-se as seguintes informações constando referências aos nomes de parlamentares (Apenso IV, fls. 32, 34, 35, 37):

"Contratada com dinheiro público da Câmara dos Deputados – com a rubrica "divulgação parlamentar" –, a Inclutech Tecnologia de Informação, que tem como segundo sócio Walter Scigliano, era uma empresa de cosméticos até fevereiro, quando sua atividade econômica foi alterada, na Junta Comercial de São Paulo, de "comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, lojas de variedades" para prestar serviços publicitários".

"Os parlamentares bolsonaristas **Bia Kicis**, **General Girão** (PSL-RN), **Guiga Peixoto** (PSL-SP) e **Aline Sleutjes** (PSL-PR) foram seus primeiros e únicos clientes, segundo o publicitário. A numeração das notas fiscais apresentadas na prestação de contas da Câmara dos Deputados comprova: 03, 07, 11, 08, 12 e 09, respectivamente. Monitoramento das redes sociais e notícias e assessoria para redes sociais estão entre os serviços prestados, que custaram aos cofres públicos R\$ 30,3 mil no mês de março e pelo menos R\$ 13,9 mil no mês de abril"

"**Bia Kicis** é a dona da terceira nota fiscal emitida pela Inclutech, emitida no dia 20 de abril, com valor de R\$ 6,4 mil, "pela criação e elaboração de peças em vídeo para publicação na web". Na ocasião a empresa ainda estava em processo de alteração de registro, e a conta bancária que recebeu o depósito estava em nome de HH Cosméticos e Perfumes Ltda. conforme consta no documento"

"**Kicis** é a terceira congressista que mais disseminou notícias falsas sobre o novo coronavírus, atrás apenas dos deputados Osmar Terra (MDB-RS) e Eduardo Bolsonaro (PSL- SP). A pesquisa inclui justamente o período no qual a Inclutech foi contratada: de 20 de fevereiro a 8 de abril de 2020.

A deputada publicou em suas redes sociais, por exemplo, insinuações sobre o fato de as mortes por coronavírus estarem sendo

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

infladas e criticou o que ela chama de "histeria e pirotecnia feita pela mídia e por alguns governadores" a respeito da pandemia"

"**General Girão e Aline Sleutjes**, assim como **Bia Kicis** e **Guiga Peixoto**, usaram suas redes sociais para criticar medidas de isolamento adotadas por governadores e prefeitos a fim de evitar a propagação do coronavírus e defender a reabertura do comércio. O discurso foi adotado pelo dono da Inclutech e marqueteiro do Aliança pelo Brasil, Sérgio Lima. "O combate à pandemia matará mais do que o coronavírus", escreveu em seu Facebook no dia 25 de março"

"Seis marchas montadas no Eixo Monumental em Brasília. O povo está em peso nas ruas", comemorou a deputada **Aline Sleutjes** em carreta pró-governo no dia 26 de abril. A parlamentar, que é da bancada ruralista, também participou das manifestações no último domingo e, do seu carro, registrou o ato nas redes sociais. **Aline** foi a nona cliente da Inclutech, com um contrato de R\$ 10 mil, o mais alto entre os deputados, pelos serviços de "gestão do plano de mídia; monitoramento de redes sociais e notícias; recomendações estratégicas para produção de conteúdo; definição das métricas do site e redes sociais"

A investigação da Polícia Federal apontou:

Com relação à necessidade de aprofundamento das investigações referentes ao repasse de valores descritos no Evento n. 04, da tabela de fls. 149/153, do Relatório da PF, considerando as informações constantes do relatório policial apresentado, em que se observa intensa movimentação financeira em relação a algumas pessoas, a exemplo dos empresários do ramo de publicidade **Sérgio Ferreira de Lima Junior e Walter Luiz Bifulco Scigliano**, poderá a autoridade policial apurar se os valores mencionados em suas oitivas (fls. 53/57 e 61/65, do Relatório da PF) foram objeto de declaração de imposto de renda e recolhimento do tributo devido.

Quanto aos políticos que, de acordo com as declarações colhidas nos autos, teriam contratado tais empresas para campanha eleitoral ou gestão de redes sociais (Deputada Federal **Aline Sleutjes**, Deputada Federal **Bia Kicis**, Deputado Federal **General Girão**, Deputado Federal **Guiga Peixoto**), poderá a autoridade policial apurar também se foi identificada publicação com alguma pertinência temática com o objeto deste inquérito.

No que se refere aos depósitos efetuados na conta da Deputada Federal **Aline Sleutjes**, por funcionários de seu gabinete, fatos inferidos das declarações prestadas pela parlamentar (fls. 23/25, do Relatório da PF), ainda pendem os devidos esclarecimentos.

No tocante à ampliação de seu "núcleo de divulgação", constam indícios nos documentos apreendidos e depoimentos de que a organização criminosa pretendeu a criação de canal de televisão ou assemelhado no exterior, por parte de Allan dos Santos e seu grupo, possivelmente destinatário de todo ou parte dos valores remetidos via empresa BBTv ou por outro meio, o que merece melhor apuração, especialmente pela possibilidade de parte constituir-se de verba de natureza pública ou originada de atos ilícitos.

Neste ponto, chama a atenção a criação da empresa TLTV LCC, no Estado de Delaware, Estados Unidos da América, em 29 de outubro de 2019, conforme pesquisa em registros públicos disponíveis na internet, o que poderia indicar a criação de tal empresa destinatária dos valores recebidos pelo Canal Terça Livre através da conexão Google Ads e BBTv. Eventual confirmação de que tal empresa pertence ao mesmo grupo de Allan dos Santos, direta ou indiretamente, deve ser apurado e, em caso positivo, verificar-se o direcionamento de valores decorrentes

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

da monetização no Brasil e sua utilização para a produção e divulgação de atos presenciais e/ou digitais contra a Democracia e o Estado de Direito.

Observa-se, de fato, a interligação subjetiva entre todos os envolvidos, pois Bruno Ricardo Costa Ayres é sócio-diretor da V2V (Ayr Ayres Serviços de Informação) e, embora detenha apenas 0,005% do capital social, detém 55,29% do capital social da Purple Networks LCC, que controla 99,92% do capital social da V2V. Por outro lado, a Purple Networks tem por procurador João Bernardo Barbosa, além de ter em sua participação social a JBB PAR Holding LCC, com 8% do capital social (aparentemente também de João Bernardo Barbosa, por conta de seus endereços nos EUA serem os mesmos).

A V2V é apontada, nos documentos apreendidos com Allan dos Santos, como um parceiro chave e fonte de receita para o Canal Terça Livre (Relatório de análise 16/2020; fl. 102 do relatório da Polícia Federal).

Ao mesmo tempo, no âmbito do Inq. 4.781, apurou-se inicialmente movimentação financeira relevante do Canal Terça Livre, sempre com uso de meios de pagamento e sem a precisão identificação das fontes.

Segundo relatório policial (fls. 564/577 dos autos do Inq. 4.781), o CANAL TERÇA LIVRE PRODUÇÕES VÍDEOS CURSOS LTDA recebeu créditos de R\$ 253.316,50 no ano de 2018. No ano de 2019, ano em que se instalou e intensificou a atuação que se busca ora investigar, recebeu o valor de R\$ 1.283.867,82, numa elevação brutal de recebimentos por meios de pagamentos diversos do sistema financeiro nacional, anotando-se elevação de 2.975% pelo sistema Pagar.me, de 500% pelo sistema Apoia Serviços P I N Ltda, e de 79% por meio do sistema Lauch Pad.

Este incremento brutal de faturamento através do uso de meios de pagamento também se observou, no âmbito do Inq. 4.871, em relação à empresa JP TOLENTINO FILHO – ME, responsável pela publicação da página Jornal a Cidade Online). Embora a análise inicial do citado inquirido se vincule à divulgação de notícias falsas contra membros da SUPREMA CORTE, observa-se a necessidade de apuração do elevado faturamento obtido por tal empresa, inclusive se houve publicidade paga pela SECOM, por meio do Google Adsense ou outro meio, e por recebimentos diversos sem origem identificada, como mecanismo de financiamento da organização criminosa destinada a atacar o Estado Democrático de Direito.

Da mesma forma que ocorrido com o CANAL TERÇA LIVRE, observa-se que o JORNAL A CIDADE ONLINE teve elevação significativa de seus ganhos através de meios de pagamentos feitos aparentemente por operações de câmbio junto ao Banco Rendimento, indicando recebimento de valores do exterior e possíveis recebimentos por meio de publicidade da SECOM. Observa-se uma elevação do recebimento de créditos entre 2018 e 2019 da ordem de mais de 50%, saltando de R\$ 346.622,24 para 1.004.391,90 em 2019, seguindo o mesmo movimento observado em relação ao CANAL TERÇA LIVRE.

Em relação a tal JORNAL A CIDADE ONLINE, observou-se o recebimento de 14 operações de câmbio pelo Banco Rendimento entre 23.07.2018 e 22.07.2019 (uma operação por mês), no valor bruto de R\$ 875.574,31 (US\$ 299.783,40), referente a pagamentos feitos pela Google LLC ACOOUNTS RECEIVABLE (serviços de publicidade). Observou-se um aumento expressivo de valores recebidos do Google LLC, por conta de publicidade, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018, que continuou nos meses iniciais de 2019, período posterior às eleições e imediatamente anterior ao início dos ataques por meio de fake news, objeto do Inq. 4.871.

No mesmo período, também se observa o pagamento de valores recebidos do exterior por meio da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 13 operações de câmbio, num valor bruto de R\$ 413.532,78 (US\$ 110.911,54), relativas a ordens de pagamento do exterior, provenientes do pagador Facebook Inc., tendo por motivo "*publicidade, pesquisas de mercado e de opinião e participação em feiras e exposições*", o que se alinha à hipótese de eventual uso de publicidade oficial para o fomento de eventual ataque às instituições democráticas.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

De outra parte, no ano de 2019 observou-se um aumento significativo dos valores recebidos nos meses de março, abril, maio, junho e julho, o que coincide, no aspecto temporal, com o aumento substancial das fake news e publicações de ataques ao STF, às instituições da República, ao regime Democrático e ao Estado de Direito.

A questão da remessa e recebimento de valores ao exterior, em tese, pode indicar situação que vai além de eventual evasão de divisas ou sonegação fiscal, considerando o desenvolvimento das atividades pelo Canal Terça Livre e do JORNAL A CIDADE ONLINE em território nacional, aparentemente como forma de ver-se livre de qualquer tipo de fiscalização da atividade ou sobre a origem dos recursos.

**Some-se a isto a possível circunstância de remessa de valores do Brasil dirigidos a empresa no exterior sem qualquer controle, com risco de que parte de tais valores seja originado de verba pública, fechando um ciclo aparentemente ilegal: verbas públicas brasileiras pagas, clandestinamente, a empresas privadas que produzem e divulgam discurso de ódio, ataques aos Poderes de Estado e às Instituições da República e rompimento do Estado Democrático de Direito.**

A necessidade de apuração de todas as fontes de financiamento dessa organização criminosa, segundo o relatório da autoridade policial, indicou, ainda, a necessidade de aprofundamento da investigação a respeito de outro possível mecanismo ilícito de financiamento por meio de doações de valores recebidas pelo canal TERÇA LIVRE, "*considerando a quantidade de servidores públicos doadores e respectivos valores repassados*".

Segundo o relatório policial, "*identificou-se que o sítio TERÇA-LIVRE e pessoas vinculadas recebem valores significativos doados ao canal por meio de plataformas de crowdfunding (indicação de cerca de 100.000 por mês), feitos por meio de sítios de doação (apoia-se, super chat etc) ou diretamente em contas pessoais. (...) A quantidade de doações, o valor repassado por servidores públicos, a forma do repasse, a preocupação demonstrada pelas pessoas ligadas ao TERÇA-LIVRE quanto à exigência de indicação de CPF pelo sítio APOIA-SE, indica a necessidade de compreender os fatos e as circunstâncias*".

Este viés econômico na atuação de ALLAN DOS SANTOS e dos integrantes e sócios do canal TERÇA LIVRE, gera indícios não só de alta lucratividade decorrente dos ataques às Instituições e seus agentes e ao Estado Democrático de Direito, através de seus canais de mídia social, mas de remessas de valores ao exterior sem a devida informação aos órgãos de fiscalização tributária, recebimento de valores diretamente no exterior por atividade econômica realizada no país e, mais grave, a possibilidade de ocorrência de financiamento público para tal, por meio da SECOM ou através de interpostas pessoas.

Apurou-se a existência de doações sucessivas ou de alto valor por servidores públicos em favor do canal "TERÇA LIVRE" ou seus sócios, o que não se mostra compatível com os ganhos daqueles. Some-se a indicação de recebimento contínuo e de alto valor por plataformas de crowdfunding, de cerca de R\$ 100.000,00 por mês, por meio de sites (Apoia- se, Super Chat etc) diretamente ao Canal Terça Livre ou para seus sócios.

Sobre o ponto, apreendeu-se na casa de ALLAN DOS SANTOS uma planilha de doadores do canal TERÇA LIVRE, por meio da plataforma APOIA-SE, com mais de 1.700 linhas. Entre os maiores doadores, cerca de quatro funcionários públicos destacam-se pelos valores doados.

A situação demonstrada, em tese, a seguinte estrutura:

[...]

RAUL NAGEL ETGES, servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, realizou 27 doações, num total de R\$ 40.350,00 (fl. 40 do relatório da Polícia Federal); GIULIANO DE CARVALHO, servidor da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, realizou 31 transações, num total de R\$ 15.500,00; CRISTIANO CAVALCANTE, servidor do Senado Federal, realizou 3 transações, num total de R\$

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

15.000,00. Chama a atenção a desproporção entre os vencimentos de tais servidores públicos e os valores doados.

Servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com vencimentos declarados nos autos de R\$ 15.600,00, RAUL NAGEL ETGES doou, entre 2017 e 2019, cerca de R\$ 53.000,00 ao CANAL TERÇA LIVRE, sem informação à Receita Federal, além de um depósito afirmado de R\$ 500,00 na conta pessoal de ALLAN DOS SANTOS. Ou seja, mais de um salário integral por ano, embora afirme não ter nenhuma relação pessoal com ALLAN DOS SANTOS. Assim declarou RAUL NAGEL ETGES à autoridade policial (fls. 40 do Relatório da Polícia Federal):

- é técnico de informática há 27 (vinte e sete), nesse tempo todo concursado no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE;
- no TCE trabalha com bancos de dados do Tribunal, no setor de Tecnologia da Informação, com salário líquido de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais);
- nunca exerceu cargo comissionado ou de confiança nos Poderes da Administração Pública;
- não possui amigos ou parentes que exerçam cargos de confiança na Administração Pública;
- somente conhece ALLAN DOS SANTOS do Canal que ele possui no YouTube e nunca o viu pessoalmente;
- o declarante afirma ter feito doações ao Canal TERÇA LIVRE de ALLAN DOS SANTOS, no montante aproximado de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) entre 2017 e 2019;
- não declarou estas doações para o Imposto de Renda; QUE essas doações foram em grande maioria no CNPJ do canal TERÇA LIVRE; QUE se recorda de ter colocado cerca de R\$ 500,00 (quinhentos reais) diretamente na conta pessoa física de ALLAN DOS SANTOS, mas não sabe ao certo quando foi;
- os valores doados foram a título de colaboração para o canal TERÇA LIVRE foram oriundos dos seus rendimentos e feitos por espontânea vontade;
- o declarante não se colocou como terceiro interposto fazendo doações em seu nome para mascarar doações de outras pessoas ou empresas e nunca falou por qualquer meio de comunicação com ALLAN DOS SANTOS, ÍTALO LORENZON ou as demais pessoas acima citadas;
- as doações foram feitas pois o declarante fez os cursos online promovidos pelo canal TERÇA LIVRE e, como gostou muito do conteúdo, achou por bem colaborar financeiramente para que o TERÇA LIVRE continuasse produzindo conhecimento.

A funcionária do BNDES ANA MARIA DA SILVA GLÓRIA, que afirma vencimentos líquidos de R\$ 38.000,00, remeteu diretamente para ÍTALO LORENZON, mas através do CNPJ do "Canal Terça Livre", o valor de R\$ 90.000,00 em doação única, afirmando ser o dinheiro resultado do recebimento de sua participação nos lucros do banco (fls. 37 do Relatório da Polícia Federal). No material apreendido com ALLAN DOS SANTOS, há mensagem de ANA GLÓRIA afirmando que havia informado o valor de R\$ 70.000,00 em sua declaração de imposto de renda para a doação feita para ÍTALO LORENZON. Assim declarou ANA MARIA à autoridade policial, conforme extrato produzido no relatório de investigação (fls. 37 do Relatório da Polícia Federal):

- trabalha no BNDES como Analista de Sistemas há 27 (vinte e sete anos) e suas funções no referido banco são técnicas, na área de Gestão Sócio Ambiental (Fundo Clima e FUNTEC);
- nunca foi nomeada para cargo de confiança ou comissionado;

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- não possui parentes ou amigos que possuam cargos comissionados em algum dos Poderes da Administração Pública;
- é colaboradora financeira do site "Terça Livre", de ALLAN DOS SANTOS;
- em relação a ÍTALO LORENZON, a declarante informa que, quando fez as doações para o "TERÇA LIVRE", os depósitos eram realizados no CNPJ ██████████, em nome de ÍTALO LORENZON NETO, na conta Banco Santander AG. 3426, CC 00013003250-7;
- sobre o canal TERÇA LIVRE de ALLAN DOS SANTOS, a declarante conheceu pela internet e entendeu interessante os temas abordados pelo canal. Como o canal vive de colaborações espontâneas, a declarante quis ajudar financeiramente na manutenção do mesmo;
- possui salário líquido de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais);
- as contribuições financeiras realizadas ao canal da internet TERÇA LIVRE, a declarante esclarece que os cerca de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) foram todos oriundos dos seus próprios rendimentos como funcionária do BNDES, notadamente do que foi auferido a título de participação nos lucros (PLRs) do banco;
- a declarante afirma que não houve qualquer pessoa que lhe solicitou que realizasse as contribuições para o canal TERÇA LIVRE, mediante um posterior reembolso;
- a declarante tem o hábito de realizar doações a pessoas necessitadas e a canais de difusão de informações na internet, tais como o MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR, BRASIL SEM MEDO, BERNARDO KUSTER, SENSO INCOMUM, mas todos devidamente declarados no imposto de renda.

Embora afirme que a doação consta de sua declaração de ajuste de imposto de renda e que faz doações a diversos canais, o fato é suficientemente incomum a ponto de justificar o aprofundamento da investigação, especialmente para se apurar se houve ou não transferência de recursos por meio de interposta pessoa, sem que se tenha notícia da origem de tais valores. E, confirmado tal fato, a destinação real dos valores. Ainda, no aspecto do financiamento do CANAL TERÇA LIVRE, apurou-se que entre 13 de abril de 2020 e 13 de maio de 2020, houve 1.581 transações, das quais 649 sem recebimento da identificação do CPF, demonstrando a possibilidade de remessa de valores por interpostas pessoas ou de forma a não permitir a identificação de sua origem e licitude. Bem por isto, observou-se dos autos a preocupação das pessoas ligadas ao CANAL TERÇA LIVRE quanto à exigência, pelo sítio APOIA- SE, de indicação de CPF para a realização das doações.

Desta forma, seja pela quantidade de doações e, destas, os altos valores remetidos por servidores públicos, seja pela forma de repasse sem a indicação de origem pelo CPF, necessária melhor apuração deste fluxo financeiro, especialmente em se considerando o alcance da apuração deste inquérito quanto ao uso de dinheiro público ou privado para suas atividades, especialmente quanto voltadas aos ataques às Instituições democráticas e ao Estado de Direito.

Tais elementos confirmam a necessidade de aprofundamento da apuração, considerando indícios de remessa indevida de valores ao exterior e possível retorno sem a devida oficialização.

**Outro dado importante surgiu durante as investigações, exigindo maiores apurações sobre suposto conluio – dentro da já citada ilícita parceria "público-privada" de financiamento dessa organização criminosa – entre OTÁVIO OSCAR FAKHOURY e órgão públicos.**

Por conta da análise de materiais apreendidos na residência de OTÁVIO OSCAR FAKHOURY, foram encontrados arquivos eletrônicos em *hard disk* externo indicando o pagamento de despesas com material eleitoral do então candidato Jair



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Bolsonaro. Constam, ainda, outras doações a candidatos, feitas por OTÁVIO OSCAR FAKHOURY.

Segundo o Relatório de Análise de Material Apreendido (RMA 01/2020 – IPL 2020.0060052-DICOR/PF):

Arquivos nomeados como "Orçamento\_JP\_Materiais Pró Bolsonaro.pdf" e "Orçamento\_CE\_Materiais Pró Bolsonaro.pdf" foram encontrados e são referentes a um orçamento para a confecção de adesivos e panfletos. As respectivas notas fiscais, que evidenciam as compras orçadas, foram localizadas e em ambas OTAVIO foi o pagador. Os valores são de R\$ 35.000,00 e R\$ 11.300,00 e as duas foram emitidas em 23/10/2018, período eleitoral. As notas foram emitidas pela empresa ISABEL CRISTINA COSTA CORREA (GRÁFICA CRIART), CNPJ [REDACTED], localizada em João Pessoa/PB.

Segundo informações da empresa gráfica Criart, foram comprados e entregues 150.000 adesivos de tamanho 30x10, 30.000 adesivos de tamanho 30x10, 100.000 bottons de 7x7, 50.000 bottons de 7x7, 150.000 panfletos de 15x21 e 50.000 panfletos de 15x21, todos contendo material de campanha eleitoral do então candidato Jair Bolsonaro.

[...]

Segue o relatório:

Dois dias depois – 25/10/2018 – outra nota fiscal, no valor de R\$ 7.000,00, descreve a compra de 30.000 adesivos, "sendo 12.000 Bolsonaro Nordeste e 18.000 Carlos Eduardo e Bolsonaro". Essa nota foi emitida pela empresa GRÁFICA E EDITORA QUATRO CORES EIRELI, CNPJ [REDACTED], situada em Natal/RN, sendo OTÁVIO o tomador de serviço.

Ocorre, entretanto, que a investigação aponta o citado empresário em uma estranha negociação com a PETROBRÁS, com diversos indícios de irregularidades.

A autoridade policial destaca a "renegociação de valor de aluguel de imóvel por FAKHOURY à PETROBRÁS; Aditivo firmado em 07/05/19 em acordo extrajudicial, no qual se reajustou o valor de locação de R\$ 30.000 para R\$ 110.000 (de 01/09/17 a 21/12/2018) e posteriormente passaria a ser de R\$ 150.000 (a partir de 01/05/19). Todos os valores foram reajustados com datas retroativas e essa diferença deveria ser paga em 20 dias. Em agosto de 2017, a EPOF (empresa de FAKHOURY) entrou com pedido de despejo da locatária PETROBRÁS. O despejo foi efetivado em 27/12/2017. Porém, os pagamentos relacionados ao aluguel continuaram".

A situação descrita na investigação é altamente suspeita, porque a renovação da locação pela Petrobrás, datada de 07/05/2019, com efeitos retroativos a 01/09/2017, ocorreu quando já havia pedido de despejo do imóvel e sua efetivação, ocorrida em 27/12/2017. Ou seja, a Petrobrás aumentou o valor locativo a ser pago para Otávio Oscar Fakhoury quando o imóvel já estava desocupado a pedido do próprio proprietário, tornou retroativo o aumento do valor e, por fim, manteve os pagamentos mesmo após a desocupação.

Não havia razão para a Petrobrás manter os pagamentos da locação de uma área já não ocupada há mais de ano.

Considerando a posição de Otávio Oscar Fakhoury como um possível financiador da organização criminosa investigada nestes autos, bem como os indícios de custeio de material de campanha eleitoral aparentemente sem que conste na prestação de contas, chama a atenção os pagamentos em elevado valor, de forma recorrente feito por empresa de controle da União, sem justificativa plausível.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Há necessidade de se apurar se o mecanismo foi utilizado, de alguma forma, como meio para o financiamento de campanha eleitoral ou mesmo da construção e manutenção de estrutura para a produção e divulgação de notícias falsas ou com a finalidade específica de atacar as instituições democráticas.

Há, como apontado pela autoridade policial, a necessidade de execução de novas diligências para o devido esclarecimento dos fatos. Dentre outros aprofundamentos que possam se mostrar pertinentes, vislumbra-se, a título de mero exemplo, a seguinte linha investigativa passível de adoção pela Polícia Federal:

"apurar as circunstâncias dos valores repassados conforme identificou a autoridade policial, diligenciando-se no sentido de verificar a veracidade ou não das informações prestadas por OTÁVIO OSCAR Fakhoury em seu depoimento (fls. 65/67, do Relatório da PF)".

**Por fim, no decorrer das investigações, identificou-se a existência de um possível "núcleo de divulgação" composto por agentes políticos, servidores públicos e autodenominados comunicadores, cuja finalidade específica é promover ataques a determinados agentes públicos, notadamente integrantes do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, como forma de agredir as Instituições Democráticas, especialmente a representação popular por representantes do Congresso Nacional e o Estado de Direito, por meio de ataques ao Supremo Tribunal Federal.**

Esses dados foram apontados, a partir de relatório produzido pela empresa Atlantic Council, através da empresa Facebook, em função de ser a proprietária dos aplicativos Facebook e Instagram e adotar, como política, impedir que discursos de ódio ou falsos, bem como por contas inautênticas, que possam interferir na escolha de representantes em determinado país ou na própria relação entre o Estado e seus cidadãos.

Segundo o relatório de referida empresa, observou-se o comportamento inautêntico de tais contas a partir de uma combinação de contas duplicadas e contas falsas (Relatório de Análise 11/20020), sendo removidas pelo Facebook, pois utilizadas para evitar políticas de uso do aplicativo.

Afirma-se o uso de tais contas e pessoas fictícias fingindo ser repórteres, publicando conteúdo e gerenciando páginas simulando serem veículos de notícias (Relatório 022/2020-NIP/SR/PF/DF – fls. 900 – 2020.0124709).

**Ainda, segundo o relatório do Facebook, pelas análises das contas inautênticas por conta do relatório da Atlantic Council, tais contas indicam:**

**"operações executadas por um governo para atingir seus próprios cidadãos. Isso pode ser particularmente preocupante quando combinam técnicas enganosas com o poder de um Estado".**

A partir do relatório, observou-se a possível existência de três núcleos de atuação de tais páginas com comportamento inautêntico, especialmente em Brasília e no Rio de Janeiro, mas também na cidade de São Bernardo do Campo, com inter-relação entre páginas e seus "donos". A partir do levantamento de usuários e IPs (80.552), chegou-se ao número de 15.528 IPs em Brasília e, a partir de informações prestadas pelas empresas Claro, Vivo, Tim e Oi, chegou-se a 5.120 vínculos de contas e endereços de IP, com identificação de 844 acesso com identificação de usuários (32 assinantes, vários deles com vínculos com os proprietários das contas inautênticas apontadas pelo Facebook) (Relatório 022/2020- NIP/SR/PR/DF, fls. 112).

Dentre elas, observou-se as contas Snapnaro (5497350133), DiDireita (14196081903), Trump We Trust (13140887530), Tudo é Bolsonaro (5765160250), Porque o Bolsonaro? (5631430360) e Snapressoras (7711678194) e, a partir da análise dos IPs utilizados para os acessos, conclui-se pela responsabilidade, por

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

todas, da pessoa de FERNANDO NASCIMENTO PESSOA, Assessor Parlamentar do Senador Flávio Bolsonaro.

O mesmo em relação à página Johnny Bolsonaro Bravo (17654686344), identificada como sendo de reponsabilidade de VANESSA DO NASCIMENTO NAVARRO, Assessora Parlamentar do Deputado Estadual do Estado do Rio de Janeiro ANDESON MORAES, e namorada de LEONARDO RODRIGUES DE BARROS NETO, responsável, dentre outras, pela conta "Bolsoneas".

O mesmo em relação, por exemplo, às páginas Bolsofeios e Bolsogordos, identificada como sendo de responsabilidade de CARLOS EDUARDO GUIMARÃES, Assessor Parlamentar do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro.

E, por fim, a título de exemplo, a conta Bolsonaro News, criada e mantida por TÉRCIO ARNAUD TOMAZ, criador também da página Bolsonaro Opressor 2.0 (desativada), que atua como Assessor Especial da Presidência da República.

De forma objetiva, apurou-se que ao menos três contas mantidas no Facebook se vinculam a servidores públicos que possuem cargos de assessoramento de políticos que adotam a postura de atacar opositores individuais, instituições e qualquer sistema que possa significar fiscalização ou impedimento a seus desígnios. Isto porque "não constam nos dados cadastrais das contas em questão qualquer informação útil na identificação de seus proprietários, possivelmente na tentativa de ocultar a identidade de quem as utiliza", situação comum às contas dos grupos Brasília e Rio de Janeiro, o que pode significar um indício de comportamento coordenado entre estes.

De acordo com o que consta do Relatório de Análise 22/2020 (fls. 113):

"Diante da amostragem analisada, identificou-se que 1.045 acessos de contas apresentadas no Relatório da Atlantic Council oriundas de órgãos públicos: Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Câmara de Vereadores (RJ). Além disso, foram identificados acessos oriundos do Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea."

O uso de tais páginas para a divulgação de ataques às instituições democráticas e a seus integrantes, utilizando-se de estrutura pública, pode significar a adoção de prática de forma coordenada por ordem dos políticos que mantêm tais pessoas como seus assessores, gerando, inclusive, a necessidade de apuração eventual uso de dinheiro público para a prática de atividades ilícitas.

A página Bolsonaronews, de responsabilidade de TÉRCIO ARNAUD TOMAZ, assessor especial da Presidência da República, foi acessada mais de 50 vezes a partir de IP do Palácio do Planalto, no período entre 22/11/2018 e 14/05/2019, além de outras 14 vezes a partir do comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea.

[...]

O mesmo comportamento observa-se na conta Bolsofeios, mantida pelo Assessor Parlamentar do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, CARLOS EDUARDO GUIMARÃES, acessada mais de 50 vezes entre 01/06/2017 e 31/01/2020, na rede interna da Câmara dos Deputados, com indicação que todos os acessos ocorreram através do "PONTO: D\_55352", utilizado pelo Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO.

Da mesma forma, a conta SnapNaro, pertencente a FERNANDO NASCIMENTO PESSOA, Assessor do Senador Flávio Bolsonaro, foi acessada por meio de rede interna do Senado Federal, entre 08/02/2019 e 26/09/2019, dezenas de vezes, pendente confirmação do gabinete servido pelo IP utilizado.

Ou seja, há sérios indícios de uso da rede de computadores interna do Palácio do Planalto, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por meio de assessores de parlamentares reconhecidamente ligados ao objeto de investigação nestes autos, para divulgar ataques às instituições democráticas, seus integrantes e, deliberadamente contra o regime democrático e o Estado de Direito estabelecidos pela Constituição Federal. A continuidade da apuração é necessária, verificando-se se, de fato, houve uso de meios públicos para tal mister, o que agrava a imputação

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

da conduta de quem pretende, por meios ilícitos, atacar as instituições democráticas do Brasil.

### **III) NECESSIDADE DE COMPARTILHAMENTO INTEGRAL DAS PROVAS DO PRESENTE INQUÉRITO COM O INQUÉRITO Nº 4.781.**

Da análise das provas iniciais produzidas no presente inquérito, vê-se parcial correspondência do objeto da apuração em andamento no Inquérito 4.781.

Vê-se, ainda que de forma parcial e sujeita a aprofundamento específico, elementos de provas produzidas nestes autos que sugerem a atuação de investigados comuns aos dois inquéritos, com uso de perfis falsos por particulares e servidores públicos, bem como com possível uso de infraestrutura pública, para a publicação e divulgação de ataques a instituições como o Supremo Tribunal Federal e seus Ministros e o Congresso Nacional e seus integrantes, por meio de redes sociais.

Observa-se, de forma comum aos dois inquéritos, a existência de grupos coordenados que utilizam, de forma recorrente, redes sociais e mídias alternativas como instrumentos para a concretização de atos de disseminação de notícias fraudulentas para atacar membros do Supremo Tribunal Federal e outras autoridades constituídas, para a promoção de ataques às próprias Instituições Democráticas de representação política e social do Brasil, especialmente quanto à legitimidade do Poder Legislativo. Além do uso de meios comuns para a realização dos ataques, observa-se parcial identidade dos sujeitos investigados, pelo uso de contas em redes sociais próprias, pelo controle ou responsabilidade por contas inautênticas, ou referente a pessoas jurídicas, blogs e páginas específicas mantidas na internet.

**A partir dos perfis da rede social Twitter, investigados no Inq. 4.781, observa-se correspondência parcial com os nomes citados no relatório do Inq. 4.828. A interligação entre sujeitos pode ser observada no seguinte gráfico:**

[...]

Em diversos pontos do Inq. 4.828, observam-se manifestações ou informações relativas a perfis investigados no Inq. 4.781:

a) termo de declarações de CAMILA ABDO LEITE DO AMARAL, afirmando que recebe R\$1.200 do site CRITICA NACIONAL (Perfil do Twitter: @criticanac) (fls. 6 do Relatório da Polícia Federal);

b) termo de declarações de ALLAN LOPES DOS SANTOS (Perfil do Twitter: @allantercalivre), afirmando que é sócio na empresa TERÇA LIVRE TV SANTOS (Perfil do Twitter: @tercalivre) (fls. 11 do Relatório da Polícia Federal);

c) termo de declarações de TERCIO ARNAUD TOMAZ, afirmando que que GIL DINIZ (Perfil do Twitter: @carteiroraeca), enquanto assessor do Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO, entrou em contato com o declarante para estabelecer contato entre o declarante e JAIR BOLSONARO, então Deputado Federal; (fls. 19 do Relatório da Polícia Federal);

d) termo de declarações de DANIEL LÚCIO DA SILVEIRA (Perfil do Twitter: @DanielPMERJ) (fls. 30 do Relatório da Polícia Federal);

e) termo de declarações de ANA MARIA DA SILVA GLORIA são citadas contribuições para TERÇA LIVRE (Perfil do Twitter: @tercalivre), MOVIMENTO BRASIL CONSERVADOR (Perfil do Twitter: @EuSouMBC), BERNARDO KÚSTER (Perfil do Twitter: @bernardopkuster) e SENSO INCOMUM (Perfil do Twitter: @sensoinc) (fls. 37 do Relatório da Polícia Federal);

f) termo de declarações de LEONARDO RODRIGUES DE BARROS NETO é citado que seus perfis são BOLSONEAS (Perfil do Twitter: @bolsoneas) e LEO BOLSONEAS (Perfil do Twitter: @leobolsoneas) (fls. 38 do Relatório da Polícia Federal);

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

g) termo de declarações de CARLA ZAMBELLI SALGADO (Perfil do Twitter: @CarlaZambelli38) é citado que era integrante do movimento NAS RUAS (Perfil do Twitter: @NAS\_RUAS) (fls. 42 do Relatório da Polícia Federal);

h) termo de declarações de BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI (Perfil do Twitter: @Biakicis) (fls. 47 do Relatório da Polícia Federal);

g) termo de declarações de OTAVIO OSCAR FAKHOURY (Perfil do Twitter: @oofaka) é citado que é apoiador do canal CRITICA NACIONAL (Perfil do Twitter: @criticanac) (fls. 6 do Relatório da Polícia Federal);

i) termo de declarações de BRUNO RICARDO COSTA AYRES é citado que é sócio da empresa TERÇA LIVRE (Perfil do Twitter: @tercalivre) (fls. 76 do Relatório da Polícia Federal).

O objeto e os sujeitos, assim, guardam estrita conexão com a apuração que é feita no Inquérito 4.781, ensejando o compartilhamento das provas produzidas nestes autos.

[...]

Estes fatos, por certo, encontram identidade parcial com os fatos e pessoas investigados no Inq. 4.781, ensejando não só a produção de provas comuns a ambos os autos, mas também a apuração da ocorrência de crimes cometidos de forma contínua, muito em função e utilizando-se os resultados materiais como forma de garantir os resultados pretendidos.

Se a estrutura das redes sociais, das contas falsas ou não autênticas e da exploração profissional de sua realidade atual, serve para a divulgação de fake news para atingir a imagem, a honra e a própria segurança dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, além de outras autoridades do Estado, também é tal estrutura utilizada para a divulgação de discurso de ódio, para pregar o fim da autonomia dos Poderes de República, o afastamento de representantes eleitos pela população e indicados nos termos da Constituição Federal.

Dessa forma, necessário e imprescindível o compartilhamento das provas produzidas nestes autos no Inquérito 4.781, remetendo-se àqueles autos o Relatório Policial 2020.0124709 e seus apensos, bem como as demais provas colhidas nestes autos.

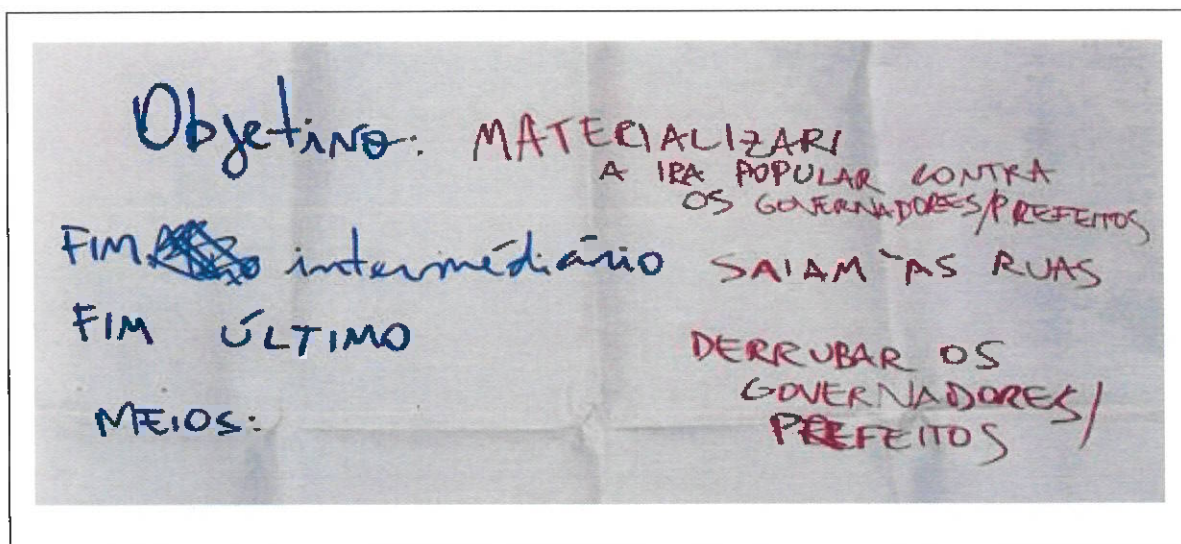
Esses elementos comuns, de ordem subjetiva e objetiva, indicam a necessidade de instauração de novo inquérito, nos termos da presente decisão, observando-se a prevenção ao Inquérito 4.878, nos termos do art. 77, I e III, do Código de Processo Penal.

Observe, por oportuno, que também nesta decisão de Vossa Excelência já existiam elementos indiciários a demonstrar uma possível organização que tinha por um de seus fins desestabilizar as instituições democráticas, como o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e o próprio Congresso Nacional, por meio da utilização de uma rede virtual de apoiadores que atuavam, de forma sistemática, para criar ou compartilhar mensagens que tinham por mote final a derrubada da estrutura democrática do Brasil. A mencionada organização apresentava a mesma estrutura inicialmente identificada no INQ 4.781/DF, com núcleos de (a) produção do material, (b) publicitário ou de divulgação, (c) político e (d) financeiro.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A investigação realizada pela Polícia Federal apurou – sem prejuízo da existência de outras estruturas similares, que necessitam de uma análise mais aprofundada – a atuação do blogueiro **ALLAN LOPES DOS SANTOS**, por meio de CANAL TERÇA LIVRE, mantido pela empresa "Terça Livre Produções Ltda", como sendo o ponto de referência para a construção do discurso acima indicado e da materialização de suas pretensões, seja por meio de ataques diretos a instituições e autoridades, seja por uma efetiva estrutura empresarial extremamente lucrativa, a partir da monetização de conteúdo divulgado pela rede mundial de computadores.

Inclusive, quando do cumprimento de diligências pela Polícia Federal foi apreendido, no escritório da empresa TERÇA-LIVRE, o seguinte manuscrito que guarda fina correspondência com os demais elementos indiciários já colhidos:



Além disso, as investigações trouxeram aos autos mensagens trocadas entre **ALLAN DOS SANTOS** e diversos interlocutores, que indicavam atuação ativa no sentido de organizar e realizar ataques a determinadas autoridades públicas que sejam contrárias ao posicionamento político de seu grupo, bem como a existência de uma verdadeira "rede financeira" ao redor da produção e propagação do discurso de ódio, ataques aos Poderes de Estado e instituições e tentativa de rompimento da Democracia e do Estado de Direito, com movimentação atípica de valores. Há mensagens de **ALLAN DOS SANTOS**, inclusive com o Deputado Federal **EDUARDO**

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**BOLSONARO**, indicando que entraria em contato com o empresário **LUCIANO HANG** para financiar programa de televisão/rádio, como será detalhado adiante.

Vale anotar, também, que em conversas entre o empresário **OTAVIO OSCAR FAKHOURY** e **HUGO CÉSAR HOESCHL** foi ventilada a possibilidade de solicitação de dinheiro para determinados empresários, dentre eles **LUCIANO HANG** (que disse que "pagaria"), com o objetivo de pagar por uma "pesquisa de popularidade".

Constou, ainda, do Relatório Parcial de Análise de Material Apreendido n. 02/2020, da Polícia Federal, fortes indícios de que entres os supostos "financiadores" estariam **EDGAR CORONA**, **OTAVIO OSCAR FAKHOURY**, **LUCIANO HANG** e **AFRANIO BARREIRA FILHO**.

Além disso, há inúmeros depoimentos colhidos ao longo das investigações e que foram objeto de análise pelo Relatório da Polícia Federal que reforçam a existência dessa rede amplamente sofisticada e com diversos núcleos de atuação, inclusive a participação de agentes políticos.

A título de exemplo menciono o depoimento de **MAURO CESAR BARBOSA CID** (fls. 15/18, do Relatório da PF):

- Exerce atualmente a função de Chefe da Ajudância de Ordem do Presidente da República;
- É subordinado ao Chefe de Gabinete do Presidente da República;
- É responsável pela execução da agenda oficial e privada do Presidente da República, bem como pelo atendimento de suas necessidades diretas e imediatas. Esclareceu que dentre as atribuições de ajudante de ordem está a intermediar o contato de terceiros com o Presidente da República; indagado se é comum pessoas utilizarem o declarante como interlocutor ou mensageiro, respondeu QUE sim, sendo que na maior parte do tempo envolve a intermediação de solicitações vindas de parlamentares e Ministros, além disso, existem diversas solicitações oriundas de apoiadores em geral (pessoas físicas); indagado se essa via é de mão dupla, isto é, se também repassa mensagens a outras pessoas a mando do Presidente da República, respondeu QUE sim, esclareceu que as demandas solicitadas pelo Presidente da República, em diversas ocasiões, são feitas para ajudante de ordem, no caso, o declarante; indagado se todas as demandas (solicitações) são repassadas ao Presidente da República, respondeu QUE não, pois o declarante primeiro faz um filtro sobre tema solicitado, da pessoa que realizou a solicitação e a disponibilidade do Presidente da República, esclareceu que de acordo com o tema a ser tratado o assunto é encaminhado para a pasta específica;
- Se o declarante já se manifestou, por qualquer meio ou forma ou a quem quer que seja, adesão à ideia de que a intervenção militar seria uma opção, respondeu QUE não;
- Indagado que tipo de demandas eram solicitadas por **ALLAN**, respondeu QUE **ALLAN** solicitava participação do Presidente da República em seu canal **TERÇA LIVRE (TL)**, bem como informações de bastidores que pudessem ser utilizadas no canal TL; indagado se essas demandas eram

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

repassadas ao Presidente da República, respondeu QUE algumas dessas demandas eram repassadas;

- QUE indagado se o declarante alguma vez tratou com ALLAN DOS SANTOS sobre a necessidade de intervenção das Forças Armadas, respondeu QUE não se recorda de ter estabelecido esse tipo de conversa com ALLAN DOS SANTOS;

- Indagado a respeito da mensagem do dia 20/04/2020 no aplicativo Whatsapp, na qual ALLAN DOS SANTOS enviou mensagens ao declarante sugerindo a necessidade de uma intervenção militar, o declarante respondeu: "já te ligo". O que o declarante disse a ALLAN DOS SANTOS?, respondeu QUE acredita que não realizou a ligação; indagado se já realizou conversas com ALLAN DOS SANTOS, por meio de chamada de áudio (aplicativo whatsapp), respondeu QUE acredita que sim, porém raramente; indagado sobre a mensagem de aplicativo no Whatsapp do dia 26/04/2020, na qual ALLAN DOS SANTOS enviou mensagens ao declarante afirmando "que não via solução por vias democráticas", o declarante mais uma vez disse: "já te ligo". Perguntado se o declarante ligou para ALLAN DOS SANTOS, Respondeu QUE acredita que não realizou a ligação; indagado sobre a mensagem de aplicativo no Whatsapp do dia 06/05/2020, na qual ALLAN DOS SANTOS, após citar decisões do STF, afirma: "Não dá mais...". o declarante responde : "Ta difícil". Perguntado o que o declarante quis dizer com a referida afirmação, respondeu QUE foi uma manifestação pessoal sobre a forma como os generais foram intimidados, pois causou um desconforto no meio militar; indagado sobre a mensagem do dia 31/05/2020, onde ALLAN dos SANTOS envia um link de uma reportagem sobre grupos denominados "antifas". No dia seguinte, o declarante responde afirmando: "Grupos guerrilheiros/terroristas. Estamos voltando para 68, mas agora com apoio da mídia". ALLAN DOS SANTOS afirma: "As FFAA precisam ENTRAR URGENTEMENTE". O declarante responde: "Opa!". Indagado sobre o sentido da resposta "Opa" desse diálogo, respondeu QUE a expressão "Opa!" não está relacionada com as mensagens anteriores, mas apenas a uma saudação, como, por exemplo, Bom dia!;

- Indagado se o declarante foi avisado por ALLAN DOS SANTOS de alguma atuação da Polícia Federal que estivesse ocorrendo em sua residência e se o declarante realizou algum ato em razão disso, respondeu QUE se recorda de que foi avisado pelo aplicativo de mensagem whatsapp de algum atuação da Polícia Federal na residência de ALLAN, porém esclarece que em relação a tal fato, acredita que seu único ato pode ter sido comunicar o Presidente, como é feito em relação a qualquer notícia considera relevante; indagado sobre a mensagem apagada nº 346872/2020/2020, onde ALLAN DOS SANTOS envia um print de uma nota pública da Procuradoria Geral da República afirmando que a Constituição Federal não admite intervenção militar. Em seguida, ALLAN DOS SANTOS diz: "que bosta, pq isso?". Em seguida há uma mensagem deletada pelo declarante. Indagado qual teria sido a resposta do declarante, respondeu QUE não se recorda, mas que possivelmente apagou tal mensagem para não continuar a conversa;

- Indagado sobre se tem ciência de um denominado "gabinete do ódio", tendo em vista que declarante encaminhou uma mensagem com um link de uma reportagem da revista VEJA sobre o chamado "gabinete do ódio", seguida das frases: "Medo...vc não está com medo?!??Quem realmente está com medo???", para ALLAN DOS SANTOS, respondeu QUE conhece esse termo pela mídia e afirma que esse Gabinete do Ódio não existe;

- Indagado se participou da manifestação realizada em frente ao quartel general do exército no dia 19/04/2020, respondeu QUE esteve presente na referida manifestação na condição de ajudante de ordem do Presidente da República;



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O depoimento de **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES** (fls. 22, do Relatório da PF):

- Indagado quando foi a última vez que conversou com o Ten. Coronel CID, respondeu QUE o encontrou na data de hoje no planalto; QUE conversaram de forma superficial sobre a oitiva do Ten. Coronel CID realizada na data de 11/09/20 (na parte da manhã);

O depoimento de **LUIZ RENATO DURSKI JUNIOR** (fls. 28, do Relatório da PF):

- Possui redes sociais;  
- Publica assuntos relacionados a sua atividade empresarial, fotos de família e algumas opiniões;  
- Não participou de manifestações de rua ocorridas no Brasil;  
- Nega apoio a manifestações ou publicações contra as instituições do Estado Democrático de Direito;  
- Indagado se ajudou financiando financeiramente ou de alguma outra forma a aquisição de emissora de rádio ou TV por terceiros, respondeu QUE não;  
- Nega conhecer Otávio Fakoury;  
Indagado se confirma que participa ou participou de um grupo de pessoas que estão ou estariam dispostos a financiar a aquisição de uma rádio para promover e ampliar pautas políticas de interesse se seu grupo político, respondeu QUE não; QUE nunca foi procurado por ninguém para aquisição de rádio;

O depoimento do Deputado Federal **EDUARDO NANTES BOLSONARO** (fls. 32/35, do Relatório da PF):

se tomou conhecimento da intenção de OTÁVIO FAKHOURY de adquirir uma rádio para promover a divulgação de ideias conservadoras, respondeu QUE sim, mas não sabe precisar quando foi comunicado de tal intenção; QUE se recorda que OTAVIO comunicou o DECLARANTE que ele gostaria de ocupar um espaço em alguma rádio para divulgação de ideais que OTAVIO entendesse conservadoras; QUE OTAVIO procurou o DECLARANTE com o objetivo de verificar se o mesmo conhecia uma rádio ou alguém que pudesse fornecer esse espaço a OTAVIO; QUE o DECLARANTE se recorda de ter consultado RR SOARES a respeito do tema; QUE RR SOARES passou um orçamento de uma possível rádio que poderia estar disponível, mas que nas tratativas seguintes relacionadas ao tema o DECLARANTE não teve mais participação;

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O depoimento do Deputado Federal ALEXANDRE FROTA (fls. 57/61, do Relatório da PF):

Confirma a existência de uma estrutura montada para disseminar conteúdos por meio das redes sociais, chamado de GABINETE DO ÓDIO; QUE explicou que o conteúdo produzido e divulgado por esse chamado "GABINETE DO ÓDIO" gira em torno de FAKE NEWS e imputação de fatos que denigrem a imagem de pessoas públicas, tais como parlamentares e ministros do STF;

- Indagado sobre quem fazia parte da estrutura acima indicada, respondeu QUE TERCIO ARNAUD, JOSÉ MATHEUS SALES, MATEUS MATOS DINIZ, FELIPE G. MARTINS (assessor especiais da presidência para assuntos internacionais) e CARLOS BOLSONARO; Indagado se existe um local utilizado por essa estrutura, respondeu QUE sim, esse gabinete funciona no andar da Presidência da República;

- As mencionadas pessoas trabalham no monitorando de redes sociais e da internet em buscas de informações que pudessem atingir a pessoa do Presidente da República; QUE além disso, eles identificam pessoas que possam ser opositores do governo para promover "linchamentos virtuais";

- Indagado como o declarante sabe que tais pessoas produzem ou divulgaram os conteúdos relacionados com tais "linchamentos virtuais", respondeu QUE tem conhecimento por meio dos conteúdos publicados nas redes sociais administradas por TERCIO, JOSE MATHEUS e MATEUS DE MATOS; que tais conteúdos foram preservados em razão da investigação CPMI; QUE que tais conteúdos estão relacionados com contas administradas por TERCIO, JOSE MATHEUS e MATEUS DE MATOS; Indagado se o declarante tem conhecimento de quem orientava, determinava ou incitava a produção ou divulgação desses conteúdos, Respondeu QUE TERCIO ARNAUD, JOSE MATHEUS e MATEUS DE MATOS, ALLAN DOS SANTOS, EDUARDO BOLSONARO, BERNARDO KUSTER, PAULA MARISA, CAMILA ABDO, TATIANE ALVAREZ, PAULO ENEAS (crítica nacional) e CARLOS BOLSONARO são responsáveis por criar conteúdos (como textos, posts, memes e hashtags), bem como são mentores da linha estratégica e de quais informações deveriam ser difundidas; Indagado como tem conhecimento que tais pessoas orientavam, determinavam ou incitavam a produção ou divulgação desses conteúdos, respondeu QUE em relação TERCIO, JOSE MATHEUS e MATEUS DE MATOS, foi explicado acima; QUE em relação ALLAN DOS SANTOS é possível fazer tal afirmação em razão dos vídeos, posts e textos publicados por ele, além do vínculo de ALLAN com a família Bolsonaro; QUE em relação a EDUARDO BOLSONARO conforme declaração prestada por ele durante a investigação na CPMI em que ele confirma que esse grupo era "apenas uma fábrica de memes", além disso, explicou que foi constatado na investigação da CPMI, em razão de quebra de sigilo telemático da conta BOLSOFEIOS (uma das páginas mais agressivas) foi possível identificar que centenas de publicações relacionadas a conteúdo de "linchamento virtual" foram realizadas de computador situado no gabinete de deputado federal EDUARDO BOLSONARO em Brasília;

- Foram identificados IPs usados no gabinete do deputado EDUARDO, possivelmente residência no RJ e em BSB;

- IPs de cadastrado em nome de ALEXANDRE MAGNO DA CONCEIÇÃO, assessor parlamentar do Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO (de possível residência);

- IPs das residências de EDSON SALOMÃO e SIMARA PIRES SALOMÃO, assessor parlamentar de Deputado Estadual DOUGLAS GARCIA, coordena, juntamente com o Deputado Estadual DOUGLAS GARCIA, o movimento BRASIL CONSERVADOR, no qual EDUARDO BOLSONARO é apoiador ostensivo;

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- IPs cadastrados nos endereços, em Santos/SP e no Guarujá/SP e propriedade da linha telefônica de LILIAN DENISE GOULART DA SILVEIRA, assessora parlamentar do Deputado Estadual DOUGLAS GARCIA, além disso, LILIAN faz parte do movimento BRASIL CONSERVADOR;

- Também foram identificados, para divulgação dos conteúdos acima mencionados, cerca de trinta IPs e linha telefônica (011 94284-7480) que indicam o endereço Rua Otávio Gomes, nº 330, aclimação, São Paulo e linha telefônica de propriedade de EDUARDO DOS SANTOS MARTINS, assessor parlamentar do Deputado Estadual DOUGLAS GARCIA, além disso, EDUARDO MARTINS é integrante do movimento BRASIL CONSERVADOR;

- em relação a BERNARDO KUSTER é possível afirmar o seu envolvimento, conforme conteúdos publicados nas redes sociais dele, bem como é possível vincular BERNARDO diretamente com ALLAN DOS SANTOS e EDUARDO BOLSONARO, em razão de todos serem alunos de OLAVO DE CARVALHO; QUE EDUARDO BOLSONARO segue o mesmo padrão de atuação de divulgação e compartilhamento de memes e ataques de realizado com SALOMÃO, publicados por BERNARDO; em relação PAULA MARISA, CAMILA ABDO, TATIANE ALVAREZ, além de serem relacionadas com OLAVO DE CARVALHO, é possível afirmar o envolvimento delas em razão das publicações e compartilhamentos entre os integrantes do grupo acima mencionado de forma orquestrada;

- OTAVIO FAKHOURY financiou e organizou encontros, por volta de 06/04/2018, envolvendo integrantes do grupo acima mencionado com objetivo de estabelecer estratégia de divulgação na campanha presidencial, além de outro encontro organizado para debater os 100 primeiros dias do governo Bolsonaro;

- Afirma que a CPMI possui conteúdos preservados que apontam para a divulgação de material, por parte das pessoas acima mencionados, na incitasse as forças armadas contra as instituições, para atacar a honra dos presidentes dos poderes e contra a ordem política e social;

- O declarante não sabe informar detalhes sobre essa situação, mas que o próprio General SANTOS CRUZ, então SEGOV, informou ao declarante que ele estava sofrendo pressão de pessoas ligadas ao governo para que ele de alguma forma auxiliasse, financiasse ou contratasse de alguma forma canis que operassem portais de apoio ao presidente Bolsonaro; QUE o declarante afirma que o GENERAL SANTOS CRUZ disse que por diversas vezes foi levado a ele propostas de contratação de serviços que seriam prestados pela empresa de ALLAN DOS SANTOS; QUE devido à resistência do GENERAL SANTOS CRUZ frente tais demandas, acabou fazendo com que ele passasse a ser vítima do "linchamento virtual" coordenado pelo grupo acima mencionado;

- Indagado se tem conhecimento de ações de quaisquer pessoas na destruição ou supressão de equipamentos, documentos, provas (destruíram HDs etc., citado na apresentação da CPMI), respondeu QUE o declarante pode afirmar, conforme informações prestadas pelo YOUTUBE, FACEBOOK E TWITTER que diversas posts foram apagados, contas excluídas e de acordo com o youtube mais de 9.000 (nove mil) vídeos relacionados aos ataques virtuais foram excluídos por seus usuários; QUE tais exclusões aumentaram após as ações realizadas pela Polícia Federal;

- ALLAN DOS SANTOS foi apresentado ao declarante, em 2016, pela DEPUTADA FEDERAL BIA KICIS no gabinete do então Deputado Federal JAIR BOLSONARO; QUE ALLAN DOS SANTOS foi apresentado como um ativista da direita e um entusiasta do então Deputado Federal JAIR BOLSONARO, além de ser apresentado como sendo um aluno do Professor OLAVO DE CARVALHO, mas que o declarante não possui ou possuía relação com ALLAN DOS SANTOS;

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O depoimento do empresário **OTÁVIO OSCAR FAHKOURY** (fls. 65/67, do Relatório da PF):

- Possui páginas/perfis em redes sociais;
- Nega a produção ou publicação de material com conteúdo falso ou contra a ordem política e social ou que incitasse as forças armadas contra as instituições;
- Indagado se já financiou ou apoiou canais de difusão de informação, respondeu **QUE é apoiador do canal portal de notícias denominado CRITICA NACIONAL; Indagado que tipo de apoio é prestado, respondeu QUE no início, por volta de 2015/2016, apoiou com valores financeiros, mas que atualmente faz parte do grupo de aconselhamento editorial;**
- Conhece **ALLAN DOS SANTOS, desde 2015/2016, não se recordando a forma como conheceu ALLAN DOS SANTOS, sendo que acredita que foi em algum evento público; QUE passou a dialogar com ALLAN por meio dos grupos de discussão política, sendo o único vínculo mantido entre o declarante e ALLAN DOS SANTOS;**
- Indagado se já participou de reuniões com **ALLAN DOS SANTOS, respondeu QUE sim, já participou de almoços/jantares com ALLAN e outras pessoas para tratar de assuntos de política e economia, com objetivo de apenas conhecer a opinião e promover o debate entre as pessoas ali presentes;**
- **QUE sim, conheceu FABIO em 2017/2018 em um evento ocorrido na comunidade judaica, depois disso passaram a ser amigos; QUE após a eleição presidencial de 2018, FABIO passou a integrar o governo federal; confirma que possui um projeto de aluguel de rádio, sendo que após análise do mercado o declarante verificou que a aquisição seria inviável, permanecendo a ideia apenas de aluguel por ser mais viável economicamente; QUE tal projeto é um projeto privado e o primeiro ponto a ser observado é o econômico; Indagado qual era o objetivo desse projeto, seria econômico ou de difusão de ideias conservadoras;**
- Indagado quem auxiliou o declarante nesse empreendimento, respondeu **QUE o declarante solicitou conselhos a FABIO WAJNGARTEN sobre como funcionava esse setor e pediu auxílio para EDUARDO SEGANTINE na indicação rádios que pudessem fornecer espaço para implantação desse projeto; EDUARDO SEGANTINE o auxiliou na pesquisa de rádios e orçamentos para implementar esse projeto;**
- Indagado qual a participação do Deputado Federal **EDUARDO BOLSONARO no interesse dessa pretensão, respondeu QUE EDUARDO SEGANTINE informou ao declarante que muitas rádios estavam relacionadas a pastores de igrejas, diante disso, solicitou a título de amizade a EDUARDO BOLSONARO se ele conhecia e poderia apresentar algum desses pastores ou pessoas ligadas a igrejas com objetivo de apresentá-los ao declarante para que pudesse tratar sobre o projeto acima indicado; QUE o declarante queria ter a informação da disponibilidade e ideia de valores para implantar esse projeto; QUE EDUARDO BOLSONARO trouxe a informação obtida por meio de RR SOARES e forneceu o contato deste ao declarante para o mesmo pudesse seguir nas tratativas, caso tivesse interesse; QUE o declarante não entrou em contato com RR SOARES e que o projeto de aluguel da rádio continua ainda na fase planejamento (papel);**
- Conheceu **EDUARDO BOLSONARO em 2015 durante uma visita do declarante ao congresso nacional, oportunidade em que conheceu EDUARDO BOLSONARO e então deputado federal JAIR BOLSONARO; QUE explicou que o contato com EDUARDO BOLSONARO passou a ser mais frequente depois que o declarante assumiu a função tesoureiro estadual do PSL, durante a gestão do Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO;**

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Desconhece se EDUARDO BOLSONARO tratou desse tema com qualquer agente público, sendo que o pedido do declarante foi específico no sentido de consultar pessoas ligadas a igreja, conforme acima explicado;
- Que não existe interesse pessoal de EDUARDO BOLSONARO que a intenção foi apenas de auxiliar o declarante;
- Não se recorda se tratou desse tema com outras pessoas, mas acredita que comentou esse tema em grupos de whatsapp;
- Não conhece os empresários mencionados e o QUE o declarante nunca realizou tratativas com tais empresários para aquisição ou aluguel da rádio;
- Sobre a locação feita pela EPOF a Petrobras, QUE essa locação foi desfeita (despejo) em 2017, sendo que atualmente possui um novo inquilino (IPIRANGA); Indagado se a PETROBRAS (BR DISTRIBUIDORA) continua pagando o aluguel do mencionado terreno ou até quando realizou os mencionados pagamentos, respondeu QUE existia um litígio entre a empresa do declarante e a PETROBRAS (BR DISTRIBUIDORA), sendo que durante a fase do processo a PETROBRAS (BR DISTRIBUIDORA) continuou a pagar o aluguel com o objetivo de permanecer no imóvel;
- Indagado se o declarante financiou ou auxílio de qualquer forma candidatos ou partido político na campanha de 2018, respondeu QUE sim colaborou com a campanha do Deputado Federal LUIZ FILIPE DE ORLEANS E BRAGANÇA, da Deputada Federal BIA KICIS, dos candidatos ao governo do Estado de SP ROGERIO CHEQUER e ANDREA MENEZES, e ao partido do PSL do Estado de SP; QUE provavelmente ocorreu a colaboração com valores menos expressivos para outros candidatos, mas que tais colaborações estão registradas no TSE; Indagado se o declarante colaborou de qualquer forma na campanha eleitoral de EDUARDO BOLSONARO ou JAIR BOLSONARO, respondeu QUE não;
- Indagado sobre conversas estabelecidas entre ROBERTO JEFERSON e o declarante envolvendo temas sobre a dissolução do STF e constituição de uma corte similar a existente nos EUA, respondeu QUE se recorda que assunto de reforma do judiciário era tema de discussões em grupo de Whatsapp, porém os temas discutidos pelo declarante nunca eram sobre a dissolução do STF, mas sobre propostas existentes para reformas que pudessem ser feitas utilizando os meios legais e constitucional para tal, como por exemplo via PEC ou plebiscitos;

O depoimento de **CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ** (fls. 74, do Relatório da PF):

- Conhece **TERCIO ARNAUD, JOSE MATHEUS, MATEUS MATOS** como assessores do Presidente, mas que nunca conversou com tais pessoas; QUE não sabe qual função executada por essas pessoas;

Por fim, o depoimento de **SÉRGIO FERNANDO MORO** (fls. 82/85, do Relatório da PF):

Indagado se o depoente, durante o período que atuou como Ministro do Governo, tomou conhecimento, por qualquer meio, de que tal estrutura ou as ações decorrentes foram, de qualquer maneira, dirigidas a tornar públicos ou incitar a prática desses fatos, ou seja, a incitação das Forças Armadas aos poderes, ou a

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

imputação de fato definido como crime ou de fato ofensivo à reputação dos presidentes da Câmara, do Senado ou do STF, ou a tentar impedir o livre exercício de quaisquer dos poderes mediante grave ameaça, respondeu QUE tem conhecimento que existiram manifestações com pessoas que portavam cartazes nessa linha, mas não tem conhecimento se tem relação com o Palácio do Planalto; **QUE esclareceu que quando de sua saída do Ministério de Justiça ocorreram diversos ataques contra sua pessoa em redes sociais; QUE chegou ao seu conhecimento que tais ataques eram oriundos do denominado "Gabinete do ódio";** Indagado se pode nominar as pessoas responsáveis pela a prática de tais condutas, direta ou indiretamente, respondeu QUE não sabe denominar; Indagado se tem conhecimento de utilização de recursos públicos na atividade ora discutida, isto é, na produção, publicação, divulgação, replicação desses conteúdos, respondeu QUE desconhece a utilização direta de recursos públicos nessas atividades; Indagado se tem conhecimento da utilização indireta de recursos públicos nessas atividades, respondeu QUE é necessário verificar se houve a utilização de servidores públicos para tal finalidade; QUE não tem conhecimento sobre tal fato; Indagado se tem conhecimento do envolvimento de EDUARDO BOLSONARO, CARLOS BOLSONARO, TERCIO ARNAUD, JOSE MATHEUS, MATEUS MATOS em quaisquer dos fatos ora mencionados, respondeu QUE os nomes de CARLOS BOLSONARO e TERCIO ARNAUD eram normalmente relacionadas ao denominado "Gabinete do Ódio"; Indagado sobre como tomou conhecimento da relação de tais pessoas com o denominado "Gabinete do Ódio", respondeu QUE tomou conhecimento por comentários entre Ministros do governo; Indagado sobre quais Ministros citavam a participação de CARLOS BOLSONARO e TERCIO ARNAUD no "Gabinete do Ódio", respondeu QUE eram Ministros Palacianos; Indagado se o depoente poderia nominar tais Ministros, respondeu QUE reforça que era um comentário corrente entre os Ministros que atuavam dentro do Palácio do Planalto; Indagado se conhece SARA GIROMINI, OSWALDO EUSTAQUIO FILHO, RENAN SENA e se pode esclarecer qual a relação deles com integrantes do governo federal, respondeu QUE somente os conhece pela internet; Indagado se tem conhecimento do envolvimento dessas pessoas em manifestações hostis ao Congresso Nacional ou ao Supremo Tribunal Federal, ou aos seus integrantes, respondeu QUE tem conhecimento pela imprensa pela internet; Indagado se deseja acrescentar outras informação, respondeu QUE não;

Essa estrutura de divulgação de ataques organizados, que foi observada no INQ 4.781/DF, repete-se também neste INQ 4.828/DF, instaurado para apurar a situação específica da convocação e organização de manifestações antidemocráticas ocorridas em **19 de abril de 2020**, em que se viu o funcionamento estruturado de ataques às instituições que possam, de qualquer maneira, exercer o sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição Federal.

Aliás, como já apontado anteriormente, há efetiva participação de pessoas físicas, muitas delas empresários, que integram um grupo de "WhatsApp" denominado "Brasil200 Empresarial", fomentando e incentivando, por meio de aporte financeiro, inúmeras manifestações antidemocráticas.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Logo, de uma forma geral, o INQ 4.828/DF foi instaurado para apurar a existência de um grupo de pessoas associadas, com atuação voltada à difusão de ideologia dita conservadora, que teria produzido e divulgado material de conteúdo criminoso, caracterizando, em tese, os crimes da então Lei n. 7.170/83 que tipificariam as condutas de fazer propaganda de processos violentos ou ilegais com o objetivo de alteração da ordem política, de incitar a animosidade das Forças Armadas contra o STF ou o Congresso Nacional, ou de imputar crimes ou fatos ofensivos à reputação dos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, e, em tais hipóteses, a existência de financiamento específico de tais atividades, notadamente se houve obtenção direta ou indireta de recursos federais, ou ações voltadas à ocultação/dissimulação da origem dos valores.

**Observo, nessa linha, que as investigações desse inquérito sempre estiveram centradas na questão da existência de um grupo de pessoas associadas (denominado "Gabinete do Ódio"), com atuação voltada à difusão de ideologia dita conservadora, que teria produzido e divulgado material de conteúdo criminoso, bem como da possível existência de um grupo que estaria financiando tais atividades ou promovendo ações voltadas à ocultação/dissimulação da origem dos valores.**

**Além disso, vale ressaltar que foram colhidos fortes indícios no sentido de que o núcleo financeiro contava com o apoio de empresários, dentre eles LUCIANO HANG e AFRÂNIO BARREIRA FILHO.**

### 3. INQ 4.879/DF

O INQ 4.879/DF, distribuído por prevenção ao INQ 4.781/DF, foi instaurado a pedido da Procuradoria-Geral da República, em face do Deputado Federal **OTONI MOURA DE PAULO JÚNIOR**, de **MARCOS ANTÔNIO PEREIRA GOMES** (mais conhecido pelo apelido "Zé Trovão"), de **SÉRGIO BAVINI** (cujo nome artístico é Sérgio Reis), de **EDUARDO OLIVEIRA ARAÚJO**, de **WELLINGTON MACEDO DE SOUZA**, de **ANTÔNIO GALVAN**, de **ALEXANDRE URBANO RAITZ PETERSEN**, de **TURÍBIO TORRES**, de **JULIANO DA SILVA MARTINS** e de **BRUNO HENRIQUE SEMCZESZM**, para apurar a convocação da população, por meio das redes sociais, a

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

praticar atos criminosos e violentos de protesto, às vésperas do feriado de 07 de setembro de 2021, durante uma suposta manifestação e greve de "caminhoneiros".

Em decisão proferida por Vossa Excelência no dia **18 de agosto de 2021**, foram apontados os diversos indícios de que empresários estariam financiando os atos antidemocráticos investigados, razão pela qual foram determinadas as seguintes diligências:

[...]

Segundo a PGR, empolgado com a repercussão de sua transmissão, Marcos Antônio Pereira Gomes (Zé Trovão), no dia seguinte, postou um vídeo em seu perfil no Instagram, convocando mais uma vez *"todos os brasileiros, sem exceção"* a irem a Brasília *"para fazer um grande acampamento"* e exigir *"a exoneração dos onze ministros do STF"* e o *"julgamento"* pelo Superior Tribunal Militar, por conta dos *"crimes que eles cometeram"*.

Na ocasião, diz ter feito um contato com *"o agronegócio"*, que irá *"apojar sua causa"*, que pretende *"levantar empresários"* para *"custear a viagem"* de populares até a capital federal e que tem a pretensão de *"salvar o país dessa carniça podre chamada ministros podres do STF"*. Afirma que só volta para casa com *"tudo resolvido"*.

Segundo a PGR, no dia 11/7/2021, também no Instagram, Marcos Antônio Pereira Gomes (Zé Trovão) pede aos seus seguidores que compartilhem a mensagem de que a manifestação à qual havia se referido três dias antes ocorrerá no dia 7 de setembro e que os organizadores do *"evento"* chegarão no dia 5 antecedente. Fala em *"fechar o Brasil"* e que terá *"uma grande equipe"* por *"todas as rodovias, paralisando os caminhões."*

[...]

As imagens mostram Sérgio Reis discursando, no dia 13/8/2021, ao lado de Marcos Antônio Pereira Gomes (Zé Trovão), Eduardo Araújo e Antônio Galvan, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, para aproximadamente 23 (vinte e três) empresários do agronegócio na sede da entidade, em Brasília/DF.

No referido encontro, narra a PGR,

*"o artista, visando afrontar e intimar os poderes constituídos, noticia, conjuntamente com Zé Trovão e Eduardo Araújo, que seu grupo pretende para o país por 72 horas e que se o presidente do Senado Federal 'não fizer nada', nas outras 72 horas 'ninguém anda[rá] no país. De acordo com o cantor 'vai parar tudo. Não [...] só Brasília, [...] o país. Assegura que 'nada nunca foi igual ao que vai acontecer' e, alfim, desafia os ministros do Supremo Tribunal Federal: 'Se eles não atenderem ao pedido, a cobra vai fumar', asseverou, em tom de ameaça"*.

A Procuradoria Geral da República ressaltou, ainda, que:

*"Petersen, por sua vez, é o presidente de uma associação civil de 'defesa de direitos sociais' denominada Coalização Pro-Civilização que tem recebido transferências bancárias com uma chave PIX na qual figura o domínio o site Brasil Livre. São doações de particulares para financiar a paralisação planejada por Zé Trovão, possivelmente patrocinada por Antonio Galvan e amplamente divulgada por Wellington Macedo e por sua Marcha para a Família"*.



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nesse mesmo portal, aduz a PGR, é possível acessar um formulário, que tem a finalidade de fazer um levantamento de quantas pessoas irão participar do movimento "*nível local e em Brasília*", havendo instruções para que os interessados procurem o responsável pelo evento em sua própria cidade ou acesse o site do Brasil Livre e aguarde a divulgação da relação dos líderes das caravanas de cada estado, a demonstrar que se trata de uma mobilização estruturada para essa empreitada criminosa.

Pondera o órgão ministerial que:

*"ainda não é possível aferir ao certo o papel que Torres, Martins e Semczesz desempenham nessa suposta organização, mas ao que tudo indica, os dois primeiros pertencem a um núcleo operacional da aventada empreitada criminosa, na medida em que vêm tendo um papel ativo na montagem das caravanas, na intermediação de contatos políticos e na logística de acampamento em Brasília, enquanto o último, articulista do site Brasil Livre, simpatizante da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade e responsável pela tradução de uma entrevista em alemão com a deputada ultraconservadora Beatrix von Storch, parece integrar-se a um núcleo ideológico do referido grupo. Otoni de Paula compõe, em tese, o núcleo do político do movimento".*

Afirma a Procuradoria Geral da República que é possível chegar a essa conclusão porque:

*"o parlamentar fluminense teria hipotecado apoio ao levante no sábado, 14 de agosto, quando redigiu o seguinte tuíte, em tom de ameaça ao Senado Federal e a ministros do Supremo, o que, obviamente não se insere na esfera abrangida pela imunidade parlamentar material constitucionalmente prevista: 'Dia 7 de setembro temos que ir às ruas com pauta única- Art. 52 da CF. Temos que forçar o Senado Federal a abrir processo de impeachment contra Moraes e Barroso. Ou eles abrem o impeachment contra Moraes e Barroso. Ou eles abrem o impeachment ou paramos o país por tempo indeterminado. Não é mais por Bolsonaro, é pela nossa liberdade".*

As condutas dos investigados, narradas pela Procuradoria Geral da República, revelam-se ilícitas e gravíssimas, constituindo ameaça ilegal à segurança dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e aos membros do CONGRESSO NACIONAL, revestindo-se de claro intuito de, por meio de violência e grave ameaça, coagir e impedir o exercício da judicatura e da atividade parlamentar, atentando contra a independência dos Poderes judiciário e Legislativo, com flagrante afronta à manutenção do Estado Democrático de Direito, em patente descompasso com o postulado da liberdade de expressão, dado que os investigados, expressamente, declaram o intuito de forçar o governo e o Exército a 'tomar uma posição' em uma mobilização em Brasília em prol do voto impresso, proposta que foi, recentemente, derrotada na Câmara dos Deputados, bem como exigem, mediante violência e grave ameaça, a destituição dos ministros do Supremo Tribunal Federal, pretendendo coagir, inclusive, o Presidente do Senado Federal.

O objetivo dos investigados, conforme se vê da manifestação da Procuradoria-Geral da República, é dar um 'ultimato' no presidente do Senado Federal, invadir o prédio do Supremo Tribunal Federal, 'quebrar tudo' e retirar os magistrados dos respectivos cargos 'na marra'.

As manifestações criminosas e antidemocráticas estão sendo programadas para a proximidade do feriado nacional da Independência do Brasil, em 7/9/2021, e os investigados estão se valendo de publicações em redes sociais (Youtube, Instagram, Facebook) para instigar os seus seguidores, e tentar coagir a população

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

brasileira em geral, a atentar contra o Estado Democrático de Direito brasileiro e suas Instituições republicanas, inclusive com incentivo a atos expressos de ameaça e violência física. A gravidade dos fatos investigados foi amplamente exposta pela Procuradoria Geral da República, e as manifestações dos investigados, repita-se, podem ser sintetizadas pelo trecho abaixo transcrito, atribuído ao investigado Sérgio Reis (fls. 8):

*"(...) enquanto o Senado não tomar essa posição, [os manifestantes irão] ficar em Brasília e não [sairão] de lá até isso acontecer. Uma semana, dez dias, um mês e os caras bancando tudo, hotel e tudo, [sem gastas] um tostão. E sem em 30 dias [o Senado não destituir os ministros do Supremo, os manifestantes irão] invadir, quebrar tudo e tirar os caras na marra".*

[...]

A Procuradoria Geral da República, efetivamente, ressaltou que a busca e apreensão teria como objetivo prevenir qualquer afetação das provas, e, em especial, a supressão de documentos, alegando que:

*"não se trata de perspectiva remota, considerada a possibilidade dos requeridos virem a excluir as fotos e os vídeos dos perfis das redes sociais que serviram para que os fatos fossem descobertos a tempo, como já se verificou, por exemplo, em relação a diversos alvos do Supremo Tribunal Federal no âmbito do Inquérito nº 4828/DF, declinado e em andamento na Procuradoria da República do Distrito Federal".*

Na referida decisão constou que existiriam elementos indiciários no sentido de que as manifestações violentas ocorridas na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal, foram impulsionadas, largamente, por pessoas jurídicas, ainda sob investigação, que enviaram diversos veículos para os atos antidemocráticos, notadamente: BNTG LOGÍSTICA LTDA., GRÃO DOURADO IND. E COM. LTDA., SARV TRANSPORTES LTDA. e MARLON BONILHA EIRELI.

Logo, de uma forma geral, o INQ 4.879/DF foi instaurado, a pedido da PGR, para investigar condutas ilícitas e gravíssimas, que constituiriam ameaça ilegal à segurança dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e aos membros do CONGRESSO NACIONAL, revestindo-se de claro intuito de, por meio de violência e grave ameaça, coagir e impedir o exercício da judicatura e da atividade parlamentar, atentando contra a independência dos Poderes judiciário e Legislativo, com flagrante afronta à manutenção do Estado Democrático de Direito, em patente descompasso com o postulado da liberdade de expressão, dado que os investigados, expressamente, declaram o intuito de forçar o governo e o Exército a "tomar uma posição" em uma mobilização em Brasília em prol do voto impresso, proposta que foi,

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

recentemente, derrotada na Câmara dos Deputados, bem como exigem, mediante violência e grave ameaça, a destituição dos Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, pretendendo coagir, inclusive, o Presidente do Senado Federal.

Observo, nessa linha, que as investigações desse inquérito sempre estiveram centradas na apuração sobre eventual convocação da população, por meio das redes sociais, a praticar atos criminosos e violentos de protesto (atos antidemocráticos), às vésperas do feriado de 7 de setembro de 2021, durante uma suposta manifestação e greve de "caminhoneiros".

Além disso, vale ressaltar que foram colhidos fortes indícios no sentido de que as manifestações violentas ocorridas na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal, foram impulsionadas, largamente, por pessoas jurídicas, ainda sob investigação, que enviaram diversos veículos para os atos antidemocráticos, notadamente a BNTG LOGÍSTICA LTDA., a GRÃO DOURADO IND. E COM. LTDA., a SARV TRANSPORTES LTDA. e a MARLON BONILHA EIRELI. A última pessoa jurídica, cujo empresário MARLON BONILHA é diretor-presidente do "Grupo Pro Tork" e possui relações comerciais com LUCIANO HANG, teria contribuído de forma efetiva para as manifestações ocorridas no Distrito Federal, por meio do fornecimento de inúmeros caminhões, tal como restou devidamente registrado no Relatório de Análise n. 04/2022, da Polícia Federal.

#### 4. INQ 4.888/DF

O INQ 4.888/DF, distribuído por prevenção ao INQ 4.781/DF, foi instaurado a partir de requerimento do Presidente da CPI da Pandemia no Senado Federal para investigação do Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, em relação aos crimes apontados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), assentando que não haveria dúvidas de que as condutas noticiadas do Presidente da República (propagação de notícias fraudulentas acerca da vacinação contra o COVID-19) estariam seguindo o mesmo *modus operandi* de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, revelando-se imprescindível a adoção de medidas que

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

elucidem os fatos investigados, especialmente diante da existência de uma organização criminosa identificada no INQ 4.781/DF e no INQ 4.874/DF.

Importante ressaltar que o relatório final da CPI da Pandemia apontou pela existência de um núcleo de financiamento para a divulgação de *fake news* sobre a COVID-19, fornecendo recursos materiais e financeiros necessários para sustentar economicamente a organização e permitir a realização das ações decididas pelo núcleo de comando. Entre outras ações, esse "núcleo de financiamento" contribuía com o impulsionamento das publicações, consoante determinação do núcleo de comando.

A propósito, o relatório da CPI apontou que, entre os principais financiadores, estariam os empresários **LUCIANO HANG** e **OTÁVIO OSCAR FAHKOURY**:

Na sequência, está o núcleo de financiamento, que fornece os recursos materiais e financeiros necessários para sustentar economicamente a organização e permitir a realização das ações decididas pelo núcleo de comando. Entre outras ações, esse núcleo gera o impulsionamento das publicações, consoante determinação do núcleo de comando. Entre os principais financiadores investigados por esta comissão estão os empresários Otávio Fakhoury, que integra o Instituto Força Brasil, investigado por esta Comissão, e o empresário Luciano Hang. Os detalhes da atuação dos financiadores durante a pandemia e a conduta de incitação ao crime de descumprimento de medidas sanitárias estão demonstrados em postagens listadas no item 9.5.6.

[...]

### 9.5.6 Núcleo financeiro

Entre as figuras que circulam entre os núcleos de disseminadores e influenciadores, há dois personagens ligados também ao financiamento de *fake news*.

#### - Luciano Hang

O empresário bolsonarista e um dos principais personagens na disseminação de *fake news*, também investigado pelo financiamento de sites e pelo impulsionamento de notícias falsas utilizando *bots*, foi incluído na lista de disseminadores de *fake news*. Em suas redes, Hang fez centenas de postagens para difundir o tratamento precoce, resistir ao *lockdown* e atacar as vacinas. É investigado pelo Supremo Tribunal Federal no inquérito que investiga postagens e financiamentos de atos antidemocráticos. Em maio de 2020, teve suas redes sociais suspensas

[...]

Um dos principais vínculos já detectados na investigação é de ambos com Allan dos Santos, do canal Terça Livre. Documentos obtidos por esta CPI mostram que Allan pediu financiamento a Luciano Hang em conversa de Whatsapp intermediada por Eduardo Bolsonaro. O sucesso do pleito foi oficializado em diálogo entre ambos, no dia 18 de maio de 2019, quando Allan diz a Eduardo "*Luciano Hang tá dentro*", "*Patrocínio para o programa*".

[...]

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ao ser ouvido por esta CPI, Luciano Hang confirmou que disponibilizou recursos que possibilitaram a monetização de site na internet. Vale destacar a necessidade de os órgãos de investigação apurarem a atuação de *offshores* em nome do empresário, uma vez que há indícios que é por meio delas que são realizados pagamentos de automação para impulsionar as redes sociais do grupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor... O senhor impulsionou, promoveu algum site para possibilitar, como consequência, a monetização dele? Por favor, sim ou não?

O SR. LUCIANO HANG – Não, vamos lá. Qual é a pergunta? O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor... O senhor impulsionou, promoveu, bancou algum site para possibilitar, na movimentação, na consequência, a monetização desse site?

O SR. LUCIANO HANG – Olha, a Havan investe por ano, uns R\$250 milhões em propaganda, e, quando você compra uma propaganda do Google, ele tem a possibilidade de botar a propaganda onde ele quiser.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah! O senhor... O senhor está dando a resposta que "sim" à pergunta que eu fiz?

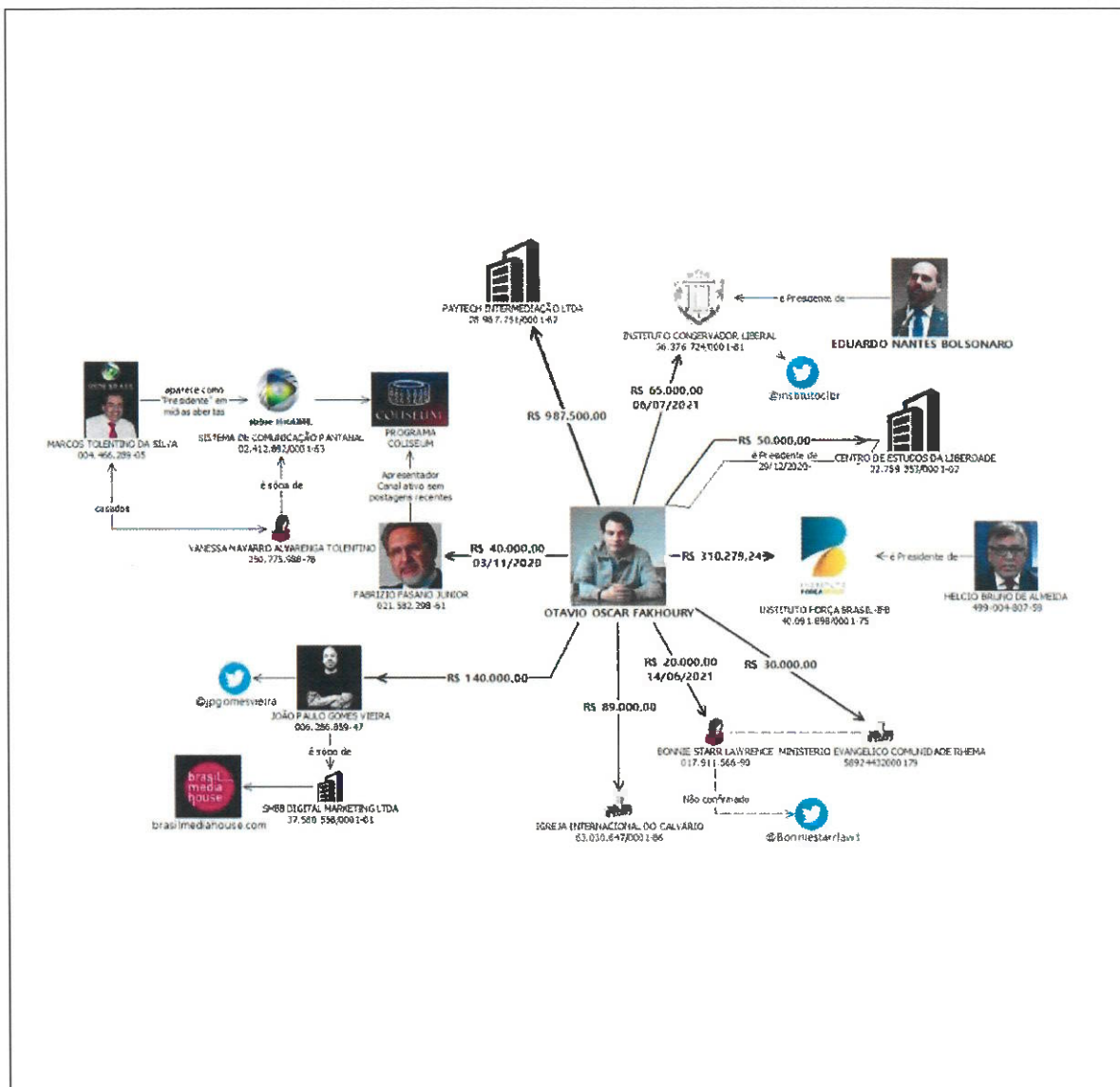
O SR. LUCIANO HANG – Pode ser que sim, porque...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom, eu estou satisfeito.[destacamos]

Além dos indícios de financiamento, Luciano Hang também propagou fake news, por meio de publicações na internet. Com efeito, divulgou inúmeros vídeos, alguns exibidos durante a sua oitiva, em que defendia o tratamento precoce e informava que não mais iria fechar suas lojas durante a pandemia. Essas condutas, sem dúvidas, influenciaram as pessoas a utilizar remédios com ineficácia comprovada, bem como a descumprir o distanciamento social.

No relatório da CPI também foi identificada a participação do empresário **OTÁVIO OSCAR FAKHOURY** no núcleo de financiamento, elaborando o seguinte gráfico para demonstrar o financiamento feito por pessoas jurídicas ligadas ao referido empresário:

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Logo, de uma forma geral, o INQ 4.888/DF foi instaurado para investigar o Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, em relação aos crimes apontados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Pandemia), assentando que não haveria dúvidas de que as condutas noticiadas do Presidente da República (propagação de notícias fraudulentas acerca da vacinação contra o COVID-19) estariam seguindo o mesmo *modus operandi* de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, revelando-se imprescindível a adoção de medidas que elucidem os fatos investigados, especialmente diante da existência de uma organização criminoso identificada no INQ 4.781/DF e no INQ 4.874/DF.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Observo, nessa linha, que as investigações daquele inquérito sempre estiveram centradas na questão envolvendo a disseminação, pelo Presidente da República, de notícias fraudulentas acerca da vacinação contra o COVID-19 e que tal disseminação estaria a seguir o mesmo *modus operandi* de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais observado no INQ 4.781/DF e no INQ 4.874/DF, a revelar que poderiam estar embrionariamente interligadas.

Além disso, vale ressaltar que constou do relatório da CPI que existiria um núcleo de financiamento para a divulgação de fake news sobre o COVID-19, fornecendo recursos materiais e financeiros necessários para sustentar economicamente a organização e permitir a realização das ações decididas pelo núcleo de comando, núcleo este que contaria com a ajuda dos empresários LUCIANO HANG e OTÁVIO OSCAR FAHKOURY.

### 5. PET 10.543/DF.

A Pet 10.543/DF foi instaurada a partir de reportagens veiculadas pelo *site* "Metrópoles" (<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/exclusivo-empresarios-bolsonaristas-defendem-golpe-de-estado- caso-lula-seja-eleito-veja-zaps>) e <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/empresarios- bolsonaristas-espalham-fake-news-contra-dom-e-bruno-e-atacam-gays-jornalistas-e-tv-globo-leia-zaps>) por meio das quais foi noticiado, em síntese, que determinados empresários, em grupo de "WhatsApp" chamado "WhatsApp Empresários & Política", passaram a defender abertamente um golpe de Estado, a depender do resultado das Eleições Gerais de 2022, valendo-se de ataques ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e ao TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL e seus Ministros e às urnas eletrônicas.

Conforme noticiado, o grupo reuniria grandes empresários de diversas partes do país, como: LUCIANO HANG (dono da "Havan"), AFRÂNIO BARREIRA (do Grupo "Coco Bambu"), JOSÉ ISAAC PERES (dono da "Multiplan"), JOSÉ KOURY (dono do Barra World Shopping, no Rio de Janeiro), IVAN WROBEL (da construtora W3 Engenharia), MARCO AURÉLIO RAYMUNDO (o "Morongo", dono da

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

marca de surfwear Mormaii), **LUIZ ANDRÉ TISSOT** (da Sierra Móveis) e **MEYER JOSEPH NIGRI** (da Tecnisa).

Com a ciência das reportagens referidas, o Senador **RANDOLFE RODRIGUES** apresentou manifestação postulando "*sejam apurados os fatos noticiados no dia de hoje, 17 de agosto, na coluna de Guilherme Amado, com a imediata remessa ao Ministério Público e à Polícia Federal para a tomada de depoimento dos envolvidos, a quebra dos sigilos, o bloqueio de contas e as necessárias prisões preventivas*" (petição STF n. 61.839/2022).

Paralelamente, a "Associação Brasileira de Juristas pela Democracia" (ABJD), a Associação de Juízes para a Democracia" (AJD), a "Associação Americana de Juristas" (AAJ-RAMA), o "Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho" (IPEATRA) e "Comissão Justiça e Paz de Brasília" (CJP/DF) apresentaram, nos autos do INQ 4.874/DF, notícia-crime em face de **LUCIANO HANG, AFRÂNIO BARREIRA FILHO, IVAN WROBEL e MARCO AURÉLIO RAYMUNDO** (e-Doc. 463, do INQ 4.874/DF).

Na ocasião, apontaram a ocorrência dos crimes de "Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito" (art. 359-L, do Código Penal) e de "Interrupção do Processo Eleitoral" (art. 359-N, do Código Penal), além de terem formulado os seguintes requerimentos:

- a) Seja determinada a inclusão dos noticiados no Inquérito 4.874/DF para as devidas apurações de suas condutas, com aprofundamento específico de atos praticados a partir das datas das conversas divulgadas;
- b) Sejam requeridos os celulares dos noticiados e dos demais membros do grupo de WhatsApp denominado "Empresários & Política" e a quebra de sigilo telefônico e telemático, com vistas a verificar a autenticidade das mensagens trocadas e se coincidem as mensagens e seus autores com sua participação nos ataques sistematizados com o uso das redes sociais como instrumento de agressão, de propagação de discurso de ódio e de ruptura ao Estado de Direito e da Democracia;
- c) Seja verificada a participação dos denunciados na preparação e financiamento dos atos do próximo dia 07 de setembro;
- d) Seja determinada a oitiva de todos os membros do mencionado grupo de WhatsApp;
- e) Seja aberta a vista à Procuradoria-Geral da República para ciência e manifestação, no prazo legal.



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Por meio do Ofício n. 40/2022, as Deputadas Federais **FERNANDA MELCHIONNA, SÂMIA BOMFIM e VIVI REIS**, todas do PSOL, apontando a prática dos crimes de "Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito" (art. 359-L, do Código Penal) e de "Golpe de Estado" (art. 359-M do Código Penal), formularam o seguinte requerimento:

Considerando o teor do Inquérito 4.874/DF, de sua relatoria, em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de alta periculosidade, significativo poder econômico por parte de seus integrantes e que atua com a finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito, vimos solicitar a V. Exa. que considere aditar o procedimento investigatório com o objetivo de apurar as prováveis práticas delitivas dos empresários citados no seu bojo, tomando todas as providências necessárias não apenas para estabelecer responsabilidade criminal devida, mas a de tomar todas as providências que entender cabíveis para garantir que o resultado do pleito eleitoral de 2022 seja plenamente respeitado e cumprido.

Em **19 de agosto de 2022**, foi distribuída a Pet 10.544/DF (por dependência ao INQ 4.874/DF), referente à notícia-crime ajuizada pelos Deputados Federais **GLEISI HELENA HOFFMANN, REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES e ALENCAR SANTANA BRAGA** em face de **LUCIANO HANG, AFRÂNIO BARREIRA FILHO, IVAN WROBEL, MARCO AURÉLIO RAYMUNDO e MARLOS MELEK**, também em razão dos fatos publicados no portal de notícias "Metrópoles", contando com os seguintes requerimentos:

sejam incluídos os Senhores Luciano Hang, Afrânio Barreira Filho, Ivan Wrobel, Marco Aurélio Raymundo e Marlos Melek, sem prejuízo da identificação de outros, no Inquérito 4.874/DF, com o objetivo de apurar as condutas e responsabilidades;

seja decretada a prisão em flagrante dos participantes do grupo, por se tratar de crime permanente, que vem sendo diuturnamente praticado ou, alternativamente, a partir da análise do PGR/MPF, decretar-se a prisão preventiva dos integrantes do grupo;

seja determinada a quebra do sigilo telefônico e telemático de todos os envolvidos;

seja intimada a Procuradoria-Geral da República para que instaure procedimento investigatório e para que o Ministério Público Federal, com competência para tanto, possa instaurar a investigação pertinente sobre quem não detém foro privilegiado; e,

seja solicitado, ao portal de notícias Metrópoles, o conteúdo das informações existentes.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Polícia Federal, a seu turno, sob o fundamento de que um grupo de empresários, a pretexto de apoiar a reeleição para Presidente da República de **JAIR BOLSONARO**, demonstraria aderência voluntária ao mesmo modo de agir da possível associação especializada investigada no INQ 4.874/DF, que tinha por objetivos atacar integrantes de instituições públicas, desacreditar o processo eleitoral brasileiro, reforçar o discurso de polarização; gerar animosidade dentro da própria sociedade brasileira, promovendo o descrédito dos Poderes da República, além de outros crimes, representou: (a) pelo afastamento do sigilo telemático para acesso ao conteúdo de dados armazenados em serviços de nuvem (*cloud storage*), com fulcro no art. 240, §1º, "e" e "h", do Código de Processo Penal, no art. 7º, III e no art. 10, §1º, ambos da Lei 12.965/14; e (b) pela realização de busca e apreensão de aparelhos celulares, nos termos do art. 240 do Código de Processo Penal, das pessoas físicas a seguir descritas: **LUCIANO HANG; AFRANIO BARREIRA FILHO; JOSE ISAAC PERES; JOSE KOURY JUNIOR; IVAN WROBEL; MARCO AURELIO RAYMUNDO; LUIZ ANDRE TISSOT; MEYER JOSEPH NIGRI.**

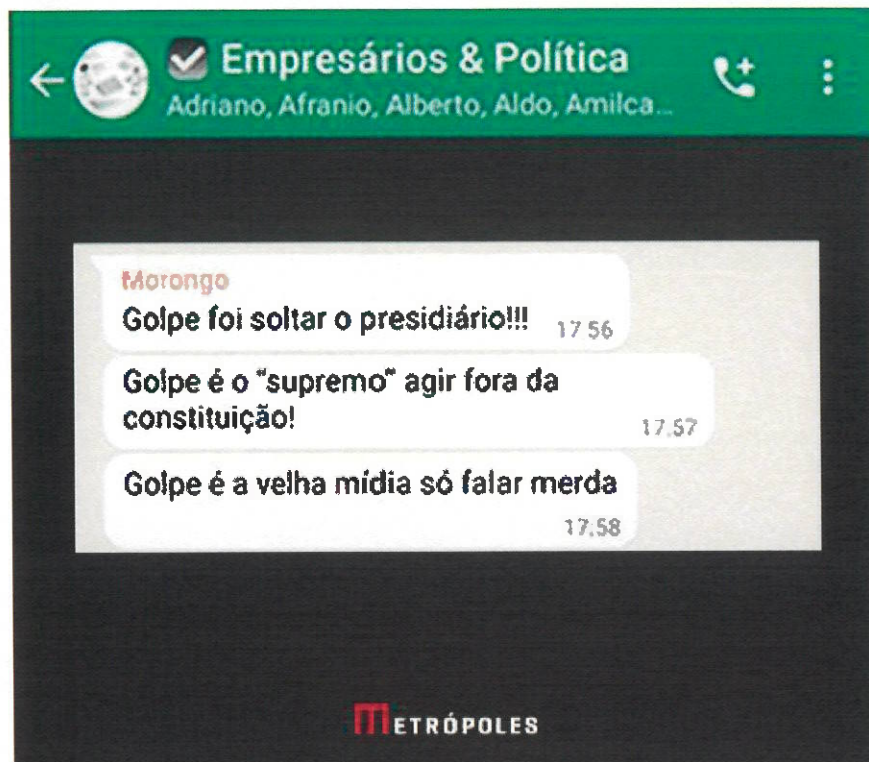
Ao longo da representação da Polícia Federal foi narrado que conforme amplamente divulgado em fontes abertas, em especial no sítio eletrônico "Metrópoles", que vários empresários estariam participando de um grupo no aplicativo de mensagens "WhatsApp" (denominado "Empresários & Política") para arquitetar uma ruptura do Estado Democrático de Direito, indicando que "*o golpe teria que ter acontecido nos primeiros dias de governo*" e para incentivar a prática de ações violentas apoiando que "*se for vencedor o lado que defendemos, o sangue das vítimas se tornam [sic] sangue de heróis!*". Além disso, haveria a notícia de que o grupo de empresários estaria a defender os atos caso o candidato à Presidência da República **LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA** fosse eleito no próximo pleito eleitoral.

Vale ressaltar que na representação da Polícia Federal constou, em imagens, os trechos nos quais os empresários trocam as mensagens e que foram divulgados na mídia:

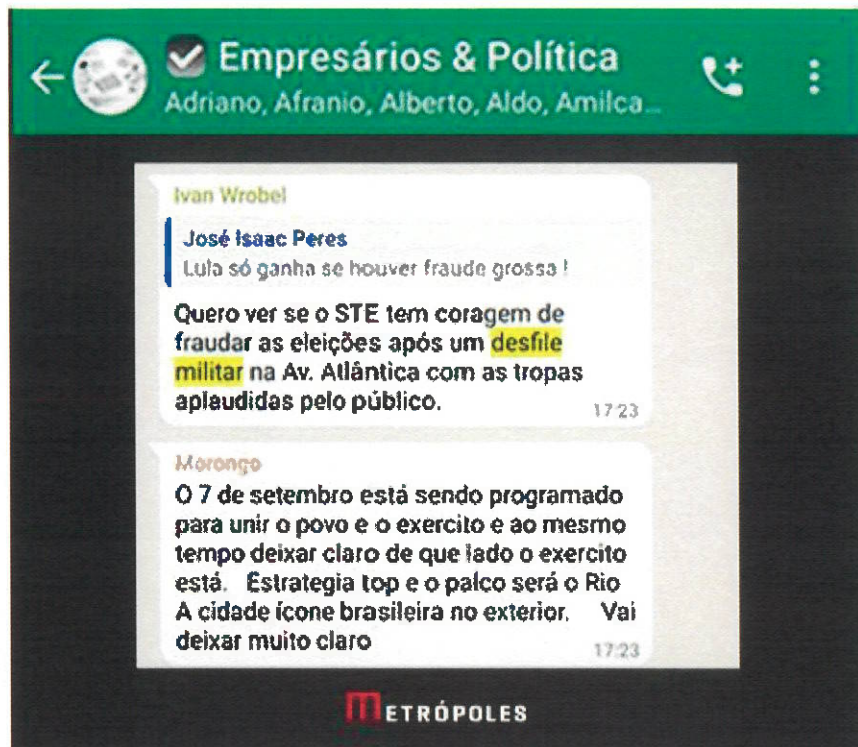
## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



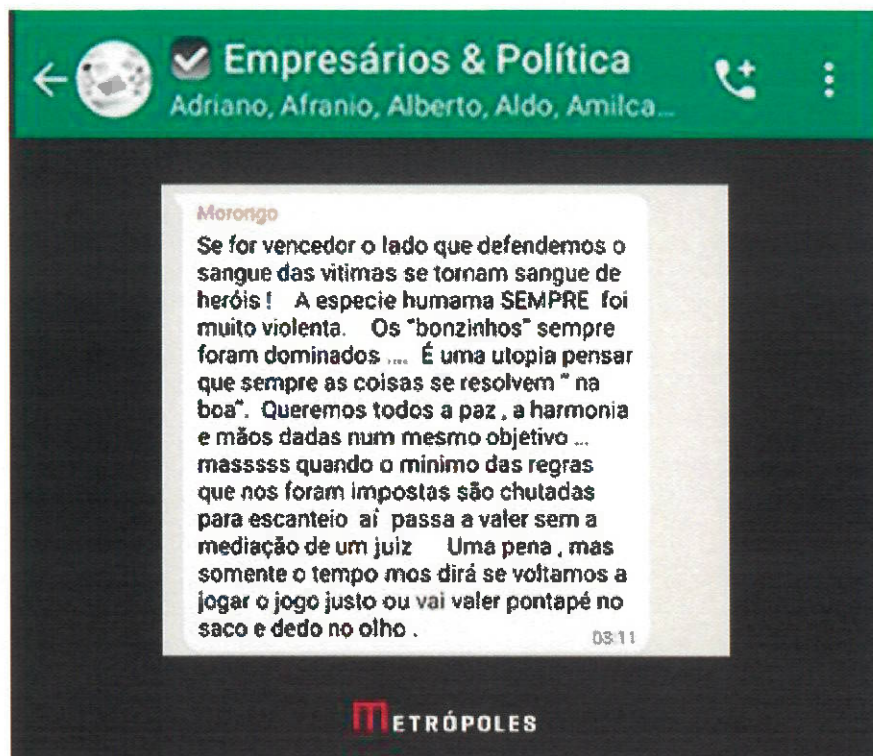
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



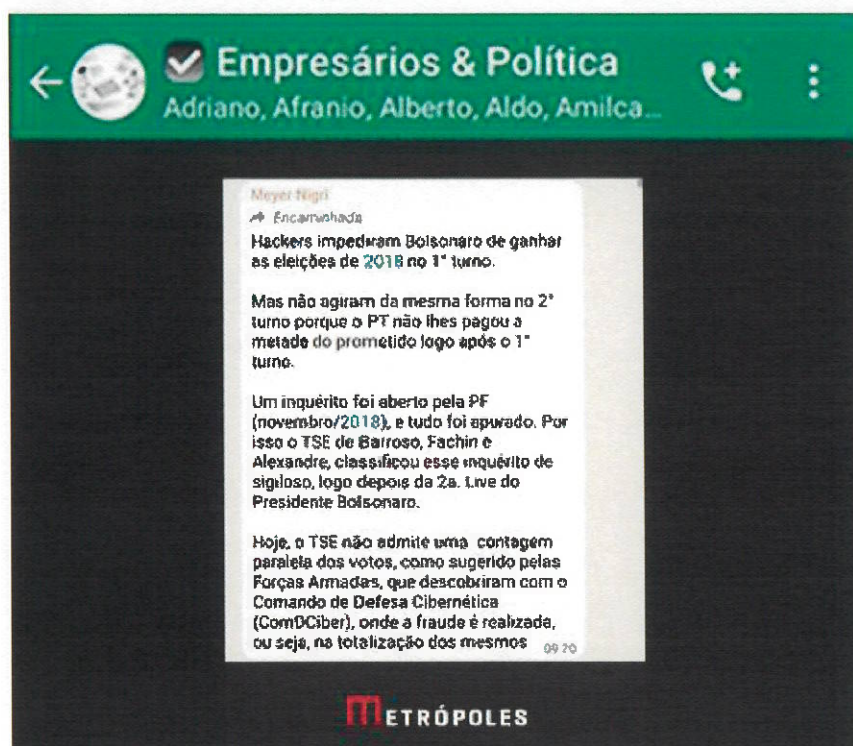
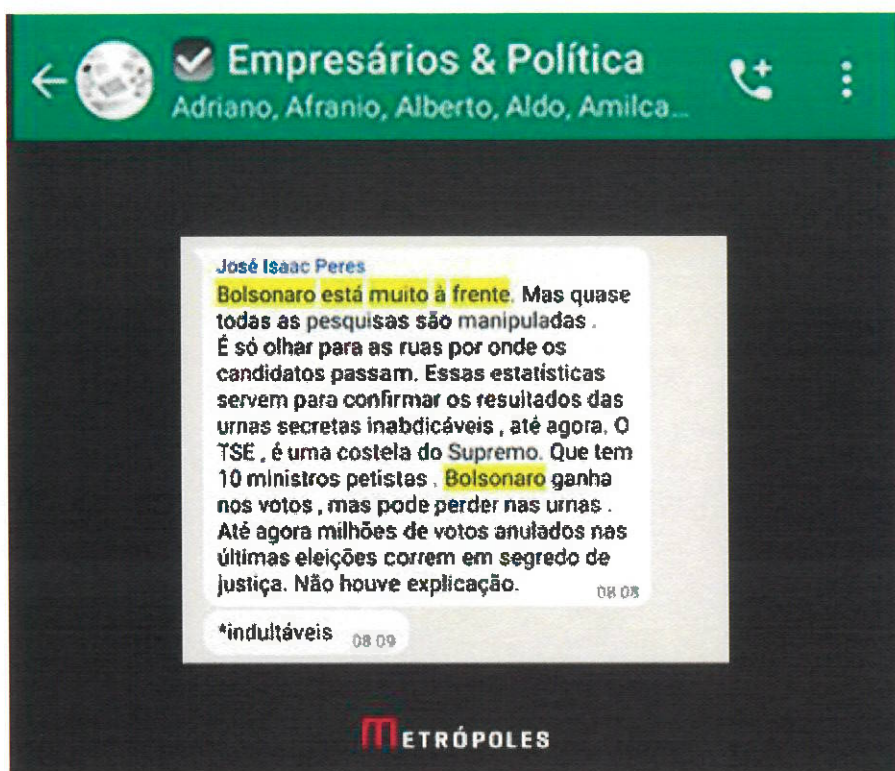
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Dentro desse contexto, a Polícia Federal representou pelas medidas extremas outrora mencionadas, entendendo pela necessidade de colheita de novos elementos indiciários diante da possibilidade dos investigados, após a veiculação e desdobramentos midiáticos, apagarem o conteúdo armazenado no aplicativo "WhatsApp" ou mesmo trocar de aparelho de telefonia celular, frustrando as investigações.

A esse respeito, destaco os seguintes fundamentos trazidos pela Polícia Federal no requerimento de busca e apreensão (fls. 10/11, da representação da PF):

### 3. DAS NECESSIDADES E PROPOSIÇÕES:

A partir dessa delimitação e com a finalidade de compreender e esclarecer o fato noticiado é imprescindível que a PF realize ações que incidem em reserva de jurisdição (buscas e apreensões).

O objetivo da **busca e apreensão** é obter informações aptas a fomentar a compreensão do fato em sua inteireza. Essa elucidação só será possível com o avanço da apuração e com a realização de ações céleres, adequadas e proporcionais, direcionadas a busca e apreensão dos aparelhos celulares utilizados pelo corpo de pessoas integrantes do grupo "Empresários & Política" para que seja possível identificar se existe a orquestração de pessoas com o objetivo de apoiar e/ou patrocinar a atos de ruptura, compra de votos, interferência na lisura do pleito eleitoral e a arregimentação de pessoas aderentes a ruptura do Estado democrático de direito, bem como o responsável por tal autoria das mensagens propagadas.

E no requerimento de quebra de sigilo telemático (fls. 10/11, da representação da PF):

### 3. DAS NECESSIDADES E PROPOSIÇÕES:

A partir dessa delimitação e com a finalidade de compreender e esclarecer o fato noticiado é imprescindível que a PF realize ações que incidem em reserva de jurisdição.

A busca e apreensão já proposta, diante das matérias jornalísticas já divulgadas, pode se tornar frustrada caso os investigados tenham trocado de telefone celular ou mesmo apagado o conteúdo armazenado no aplicativo WhatsApp. Nesse sentido, como medida cumulativa, visando obter informações aptas a fomentar a compreensão do fato em sua inteireza, faz-se necessário a quebra de sigilo telemático dos investigados.

É de conhecimento que atualmente é cada vez mais utilizado os serviços de armazenamento em nuvem (Cloud Storage) para backup de documentos digitais, inclusive de dados decorrentes de aplicativos de mensagens como WhatsApp, Telegram etc. As comunicações telemáticas ocorridas em períodos anteriores são insuscetíveis de interceptação simultânea, entretanto estão sujeitas a armazenamento no mundo digital, quando não apagadas pelo próprio usuário.



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

As formas tradicionais de apreensão da materialidade delitiva (como, por exemplo, a busca e apreensão domiciliar) não se prestam à coleta de dados relevantes para as investigações quando se encontram armazenados em dispositivos digitais remotos ou "na nuvem" (cloud storage), razão pela qual o melhor instrumento para seu conhecimento na persecução penal é através de uma verdadeira busca e apreensão digital, mediante a relativização das garantias constitucionais ao sigilo dos dados armazenados, da intimidade e vida privada do investigado, sendo esta medida razoável diante dos elementos indiciários já colhidos e da gravidade do crime possivelmente cometido.

Nesse contexto, os fatos narrados na Pet 10.543/DF, que também foram objeto de outras manifestações, ofícios e petições, aponta que um grupo de empresários, a pretexto de apoiar a reeleição para Presidente de **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, demonstraria aderência voluntária ao mesmo modo de agir de um dos núcleos já identificados no bojo do INQ 4.874/DF e demais procedimentos investigatórios que tramitam nesta CORTE (o núcleo "financeiro") e que possuiria o mesmo objetivo comum: atacar integrantes de instituições públicas, desacreditar o processo eleitoral brasileiro, reforçar o discurso de polarização; gerar animosidade dentro da própria sociedade brasileira, promovendo o descrédito dos poderes da República, além de outros crimes.

Pois bem.

Com efeito, noticia-se que diversos empresários (já mencionados ao longo de outros procedimentos investigatórios) estariam, em tese, financiando atividades digitais ilícitas e promovendo a incitação à prática de atos antidemocráticos, como se verifica a seguir.

De acordo com a notícia veiculada pelo site "Metrópoles", o apoio ao suposto "golpe de Estado" teria ficado explícito no dia **31 de julho de 2022**, ocasião em que **JOSÉ KOURY**, proprietário do shopping Barra World e com extensa atuação no mercado imobiliário do Rio de Janeiro, assim se manifestou:

"Prefiro golpe do que a volta do PT. Um milhão de vezes. E com certeza ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil. Como fazem com várias ditaduras pelo mundo"

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

No entanto, ao que se deduz das imagens publicadas e veiculadas nas manifestações da Polícia Federal, os fatos então revelados teriam se iniciado às 17h23min do dia **31 de julho de 2022**, quando **IVAN WROBEL**, proprietário da "W3 ENGENHARIA", teria insinuado a possibilidade de fraude às eleições por parte deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a qual somente seria impedida, na sua visão, pela realização de desfile militar no Rio de Janeiro:

"Quero ver se o STF tem coragem de fraudar as eleições após um desfile militar na Av. Atlântica com as tropas aplaudidas pelo público"

A conclusão do empresário **IVAN WROBEL** também foi compartilhada pelo empresário **MARCO AURÉIO RAYMUNDO** (dono da marca de surfwear Mormaii), que ressaltou um suposto caráter "simbólico-golpista" de eventual desfile militar no Rio de Janeiro, conforme se verifica das seguintes mensagens:

"O 7 de setembro está sendo programado para unir o povo e o Exército e ao mesmo tempo deixar claro de que lado o Exército está. Estratégia top e o palco será o Rio. A cidade ícone brasileira no exterior. Vai deixar muito claro"

"Golpe foi soltar o presidiário!!!  
Golpe é o 'supremo' agir fora da constituição!  
Golpe é a velha mídia só falar merda".

Como destacado a fls. 11, da petição da "Associação Brasileira de Juristas pela Democracia" (ABJD), da Associação de Juízes para a Democracia" (AJD), da "Associação Americana de Juristas" (AAJ-RAMA), do "Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho" (IPEATRA) e da "Comissão Justiça e Paz de Brasília" (CJP/DF), nos autos do INQ 4.874/DF, "*o diálogo mostra necessário que se investigue também a participação dos empresários noticiados no financiamento dos atos antidemocráticos e dos ataques às instituições brasileiras. No ano que passou diversos vídeos foram divulgados em redes mostrando manifestantes uniformizados e recebendo dinheiro para irem aos protestos. Dessa forma, é importante investigar a origem dos recursos distribuídos aos manifestantes, a contratação dos ônibus e das camisetas e outros materiais utilizados no ataque ao*

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

*Poder Judiciário e à própria democracia brasileira, como prevenção aos atos do próximo dia 07 de setembro."*

E é de conhecimento geral o que esse tipo de conduta pode causar, em termos de gravidade, para a manutenção da ordem pública, porque se trata, em linhas gerais, de situação muito semelhante à ocorrida no dia **7 de setembro de 2021**, à frente da qual esteve pessoa conhecida como "Zé Trovão", que inclusive chegou a ser preso, após regressar ao Brasil, depois de razoável tempo homiziado no México.

Igualmente, o empresário **ANDRÉ TISSOT** (da Sierra Móveis) também teria, em tese, defendido expressamente a ocorrência de um "golpe" de Estado que, na sua visão, já deveria ter ocorrido há tempos, a saber:

"O golpe teria que ter acontecido nos primeiros dias de governo.  
[Em] 2019 teríamos ganhado outros 10 anos a mais"

Observo, ainda, que, segundo a reportagem veiculada, desde **17 de maio de 2022** existiam mensagens de **MARCO AURÉLIO RAYMUNDO** indicando o elevado grau de radicalismo entre membros do referido grupo, com apoio explícito a atos de violência:

"Se for vencedor o lado que defendemos, o sangue das vítimas se tornam [sic] sangue de heróis! A espécie humana SEMPRE foi muito violenta. Os 'bonzinhos' sempre foram dominados... É uma utopia pensar que sempre as coisas se resolvem 'na boa'. Queremos todos a paz, a harmonia e mãos dadas num mesmo objetivo... masssss [sic] quando o mínimo das regras que nos foram impostas são chutadas para escanteio, aí passa a valer sem a mediação de um juiz. Uma pena, mas somente o tempo nos dirá se voltamos a jogar o jogo justo ou [se] vai valer pontapé no saco e dedo no olho"

No mais, apontou a matéria jornalística que os empresários membros do grupo atacam constantemente as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral, atacando o STF, o TSE e os Ministros, conforme se verifica das seguintes mensagens:

**MEYER NIGRI:**

"O STF será o responsável por uma guerra civil no Brasil."

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"O TSE é uma costela do Supremo, que tem 10 ministros petistas. Bolsonaro ganha nos votos, mas pode perder nas urnas. Até agora, milhões de votos anulados nas últimas eleições correm em segredo de Justiça. Não houve explicação"

"Todo esse desserviço à democracia dos 3 ministros do TSE/STF faz somente aumentar a desconfiança de fraudes preparadas por ocasião das eleições. O Datafolha infla os números de Lula para dar respaldo ao TSE por ocasião do anúncio do resultado eleitoral"

### **ISAAC PERES:**

[O STF] "é o mais forte partido político da esquerda que faz oposição ao Poder Executivo"

"Até quando vamos assistir (sic) o abuso de poder prevalecer?"

### **VITOR ODISIO:**

"Bolsonaro não leva essa eleição de forma nenhuma com essa formação de TSE e essas urnas". "Tem que intervir antes, esquecer o TSE, montar uma comissão eleitoral (como quase todos os países do mundo fazem), votação em papel e segue o jogo! Simples assim"

"Depois da eleição já era, vai ser esperneio...".

Na segunda reportagem da mesma série jornalística, (<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/empresarios-bolsonaristas-espalham-fake-news-contra-dom-e-bruno-e-atacam-gays-jornalistas-e-tv-globo-leia-zaps>), também foi noticiado que os empresários do grupo de WhatsApp chamado "WhatsApp Empresários & Política" defendiam a disseminação de notícia fraudulentas "*como uma arma a ser usada na disputa política*". Tal comportamento foi explicitado, em especial, por mensagem publicada por **MARCO AURÉLIO RAYMUNDO**, cujo teor foi o seguinte:

"Se não precisar mentiras... ótimo!!!! Mas se precisar para vencer a guerra é aceitável. Muito pior é perder a guerra!!!! Esta mídia e políticos em geral são todos mentirosos profissionais! O Bolsonaro é o esteio da verdade... Isso é indiscutível e muito nobre. Mas os soldados rasos não precisam ou não podem ter a mesma nobreza exatamente porque estão lutando corpo a corpo. Dedo no olho, pontapé no saco. Também não apoio eticamente a mentira. Óbvio. Mas não posso no momento condenar quem usa de todas as armas para lutar contra um mal muito, muito. Muito maior!!! É GUERRA!!!!!"

Além disso, foram assentadas diversas mensagens de conteúdo homofóbico, bem como de ataques contra a imprensa, jornalistas e a própria vacina contra o COVID-19. A esse respeito, o empresário **JOSÉ KOURY** teria publicado a seguinte mensagem:

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"Graças ao STF, que criou ilegalmente o crime inexistente de homofobia. Precisa eleger um congresso de grande maioria de direita e acabar com esse absurdo, enquanto isso PM tem que estudar VIADOLOGIA para ir resolvendo essas ocorrências."

As notícias veiculadas na Pet 10.543/DF guardam estrita correlação com o rumo de investigações pregressas, todas elas voltadas ao possível financiamento de notícias fraudulentas, discurso de ódio e de ataques orquestrados às instituições públicas, às urnas e a reforçar o discurso polarizado, provendo do descrédito dos Poderes da República; envolvendo, inclusive, alguns empresários que já estão sendo investigados.

**As provas juntadas nos autos, somadas a outros fortes indícios que estão sendo analisados nos inquérito anteriormente citados, desde 2019, de possível participação de diversos empresários, anteriormente do grupo do grupo "Brasil 200 Empresarial", que, atualmente, participam do grupo "WhatsApp Empresários & Política" – em especial LUCIANO HANG e AFRÂNIO BARREIRA FILHO, citados na representação da Polícia Federal – em financiamento na produção e divulgação de notícias fraudulentas e na organização de atos antidemocráticos; bem como o relacionamento com OTAVIO OSCAR FAKHOURY um dos supostos "financiadores" desde 2019, conforme as investigações anteriormente citadas, não permitem que a troca de mensagens com caráter eminentemente antidemocrático possam ser ignoradas, em especial, à vésperas do dia 7 de setembro.**

A existência de um núcleo de "financiamento", composto de empresários, para a produção e divulgação de notícias fraudulentas e discursos preconceituosos e de ódio; bem como para apoiar eventos e atos antidemocráticos vem sendo investigada desde 2019.

No depoimento do Deputado Alexandre Frota, em 17 de dezembro de 2019, foi identificada a existência de financiamento de grupos responsáveis pela criação e disseminação de notícias falsas, ataques e mensagens de ódio a figuras e instituições públicas e apontado o empresário Otávio Fakhoury como um dos responsáveis; bem como sua ligação com Allan dos Santos.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

No mesmo dia 17 de dezembro de 2019, no depoimento da Deputada Joice Hasselman, igualmente, apontou a existência de um “Gabinete do Ódio”, afirmando que “era corrente dentro do próprio governo. A depoente ouviu uma primeira menção ao “Gabinete da Maldade” feita pelo Ministro Ramos”.

A depoente, ainda, indicou que um dos responsáveis pelo financiamento era o empresário e investidor Otávio Oscar Fakhoury.

A existência do denominado “Gabinete do Ódio” foi confirmada, em depoimento de 05 de fevereiro de 2020, pelo Deputado Federal Heitor Rodrigo Pereira Freire e em 12 de março de 2020 pelo Deputado Federal Nereu Crispim.

Em seu depoimento, o Deputado Federal Nereu Crispim, expressamente, referiu-se ao empresário **LUCIANO HANG** como uma das **“figuras para desestabilizar as instituições”**:

**“Gostaria de mencionar especificamente como figuras que se destacam nesse movimento organizado para desestabilizar as instituições: Paulo Generoso (“República de Curitiba”), Allan dos Santos (“Terça Livre”), Luciano Hang (“Havan”), Winston Ling, Sérgio Lima, Madeleine Lakson, Fábio Waingarten e Filipe Martins (SECOM)”**.

Em novo depoimento, no dia 14 de julho de 2020, o Deputado Federal Nereu Crispim reafirma a ligação dos empresários **LUCIANO HANG** e Otávio Fackoury com Allan dos Santos, **afirmando que o primeiro patrocinou atos antidemocráticos**:

**“Luciano Hang fez constar que havia disponibilizado ônibus para o transporte de pessoas até Brasília no dia daquela manifestação dos chamados atos antidemocráticos.**

(...)

**a advogada Camila, cujo nome completo fornecerei por escrito na sequência, que trabalha para a filha de Olavo de Carvalho, disse-me, certa vez, que Luciano Hang e Paulo Generoso, levaram dinheiro, em um avião, para Olavo de Carvalho nos Estados Unidos. Por isso, não tendo sido coincidência, quando, recentemente, Olavo de Carvalho apareceu nas redes sociais pedindo dinheiro, para pagar uma condenação judicial, quem tendo aparecido nas redes sociais, querendo socorrê-lo o próprio Luciano Hang; Camile Pacheco é o nome da advogada da filha de Olavo de Carvalho;**

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Vossa Excelência, conforme narrado anteriormente, determinou medidas judiciais em relação a vários investigados, inclusive os empresários **LUCIANO HANG** e Otavio Fakhoury, uma vez que foram apresentados fortes indícios que apontavam o financiamento de atividades antidemocráticas e de inúmeras publicações e vídeos com conteúdo difamante e ofensivo ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; bem como mensagens defendendo a subversão da ordem e incentivando a quebra da normalidade institucional e democrática.

Naquele momento da investigação, já surgiram informações de que vários investigados integrariam um grupo autodenominado de "Brasil 200 Empresarial", em que os participantes – como constou na decisão de Vossa Excelência – “colaboram entre si para impulsionar vídeos e materiais contendo ofensas e notícias falsas com o objetivo de desestabilizar as instituições democráticas e a independência dos poderes”.

As investigações no INQ 4.781/DF, cujas diligências estão em andamento – em especial o cruzamento de dados bancários e fiscais dos envolvidos – aponta fortes indícios da participação de empresários integrantes do autodenominado grupo “Brasil 200 Empresarial” como possíveis financiadores de atos antidemocráticos e notícias fraudulentas, no qual os participantes, entre eles **EDGARD GOMES CORONA**, **LUCIANO HANG**, **REYNALDO BIANCHI JUNIOR** e **WINSTON RODRIGUES LIMA**, colaborariam entre si para impulsionar vídeos e materiais contendo ofensas e notícias falsas com o objetivo de desestabilizar as instituições democráticas e a independência dos poderes.

Essa mesma estrutura financeira vem sendo investigada no INQ 4874/DF, instaurado a partir de fatos novos surgidos durante a investigação realizada pela Polícia Federal no INQ 4828/DF, arquivado a pedido da PGR, que aponta a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes àqueles identificados no INQ 4.781/DF, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito, além de ter sido determinado, inclusive, o compartilhamento integral das provas do INQ 4.828/DF com o INQ 4.781/DF.

Na decisão de Vossa Excelência no INQ 4828/DF, transcrita anteriormente, novamente, fica clara a existência de relação entre o núcleo financeiro identificado no

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

INQ 4.781/DF – que apontou vários participantes do grupo “Brasil 200 Empresarial” – com Allan dos Santos; ou seja, a ligação do “núcleo financeiro” com o “núcleo de divulgação” das notícias fraudulentas e da prática de atos antidemocráticos.

Nessa investigação, entretanto, surgiu um fato novo referente à ligação de Allan dos Santos com o Ten. Cel. Mauro Cesar Cid, ajudante de ordens do Presidente da República, incentivando a ruptura institucional, conforme trecho da decisão que repito:

A partir da posição privilegiada junto ao Presidente da República e ao seu grupo político, especialmente os Deputados Federais Bia Kicis, Paulo Eduardo Martins, Daniel Lúcio da Silveira, Carolina de Toni e Eduardo Bolsonaro, dentre outros, além e particularmente o Ten-Cel. Mauro Cesar Cid, ajudante de ordens do Presidente da República, a investigação realizada pela Polícia Federal apresentou importantes indícios de que Allan dos Santos **tentou influenciar e provocar um rompimento institucional, particularmente nos eventos ocorridos nos dias 20/04/2020, 26/04/2020 e 06/05/2020.**

Nestes dias, conforme se verifica do teor de mensagens enviadas por Allan dos Santos para Mauro Cesar Cid, houve reiterada insistência no sentido do rompimento institucional e a necessidade de intervenção das forças armadas, afastando-se o país da via democrática. Afirmando a **"necessidade de intervenção militar"**, ou que **"não via solução pela via democrática"** e que, após citar decisões do Supremo Tribunal Federal, dizer que **"não dá mais"**, culmina com a mensagem final ao ajudante de ordens do Presidente da República de que **"as FFAA precisam entrar urgentemente"** (fl. 16 do relatório do Polícia Federal nos autos 4.828).

Some-se a isto o fato de Mauro Cesar Cid confirmar que fora avisado via WhatsApp de atuação da Polícia Federal na residência de Allan dos Santos, e que seu único ato pode ter sido de comunicar a ocorrência ao Presidente, o que é feito com qualquer notícia considerada relevante (fls. 174 – IPL 2020.0060052-SR/PF/DF). **Se a operação de busca e apreensão na residência de Allan dos Santos foi considerada notícia relevante pelo ajudante de ordens do Presidente da República, há indícios de existência de alguma relação subjetiva entre ambos, já que o fato, objetivamente, não demonstraria qualquer relevo para o Chefe do Poder Executivo da União.**

Conforme, igualmente, ressaltado em trecho da já citada decisão de Vossa Excelência, a questão de se apurar o financiamento demonstrou-se de vital importância nas investigações realizadas pela Polícia Federal, indicando, inclusive, a criação – pelos próprios investigados – de uma verdadeira “rede financeira” ao redor da produção e propagação do discurso de ódio, ataques aos Poderes de Estado e instituições e tentativa de rompimento da Democracia e do Estado de Direito, com movimentação atípica de valores.

A autoridade policial, durante as investigações, indicou que da análise do material apreendido em poder de ALLAN DOS SANTOS, há remessas de valores ao



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

exterior por meio de interposição de pessoas (BBTV) para fins de recebimento da monetização obtida, à época, pelo canal TERÇA LIVRE.

Houve a identificação que ao menos uma parte do dinheiro retorna ao Brasil via PAYPAL, bem como por meio de alguns pagamentos de despesas de ALLAN e do sítio TERÇA LIVRE realizados pelo sócio JOÃO BERNARDO (empresário brasileiro residente nos EUA e vinculado ao canal).

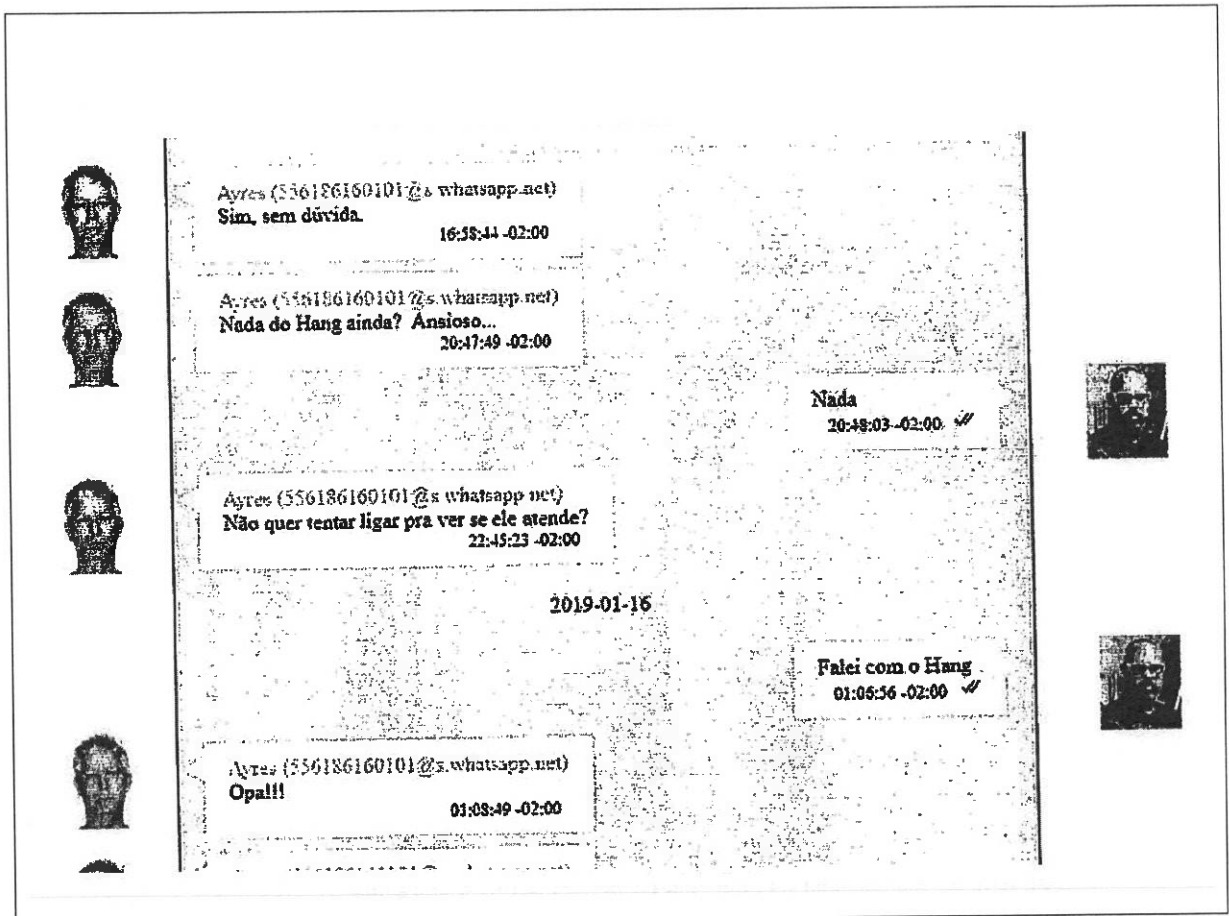
O relatório policial (fls. 564/577 dos autos do Inq. 4.781), apontou, ainda, que o CANAL TERÇA LIVRE PRODUÇÕES VÍDEOS CURSOS LTDA recebeu créditos de R\$ 253.316,50 no ano de 2018. No ano de 2019, ano em que se instalou e intensificou a atuação que se busca ora investigar, recebeu o valor de R\$ 1.283.867,82, por meios de pagamentos diversos do sistema financeiro nacional, anotando-se elevação de 2.975% pelo sistema Pagar.me, de 500% pelo sistema Apoia Serviços P I N Ltda, e de 79% por meio do sistema Lauch Pad. Este aumento desproporcional de faturamento através do uso de meios de pagamento também se observou, no âmbito do Inq. 4.871, em relação à empresa JP TOLENTINO FILHO – ME, responsável pela publicação da página Jornal a Cidade Online), sendo necessário analisar a eventual participação de empresários ligados a Allan dos Santos, entre eles, LUCIANO HANG.

Permanece, portanto, a necessidade de aprofundamento do cruzamento de dados bancários, inclusive dos já obtidos de empresários ligados ao grupo “BRASIL 200 Empresarial”, entre eles LUCIANO HANG, no sentido de verificar se esses pagamentos foram feitos com os valores da monetização pagas via empresa canadense e a motivação para a interposição de pessoas físicas e jurídicas, bem como a correta identificação do fluxo de monetização.

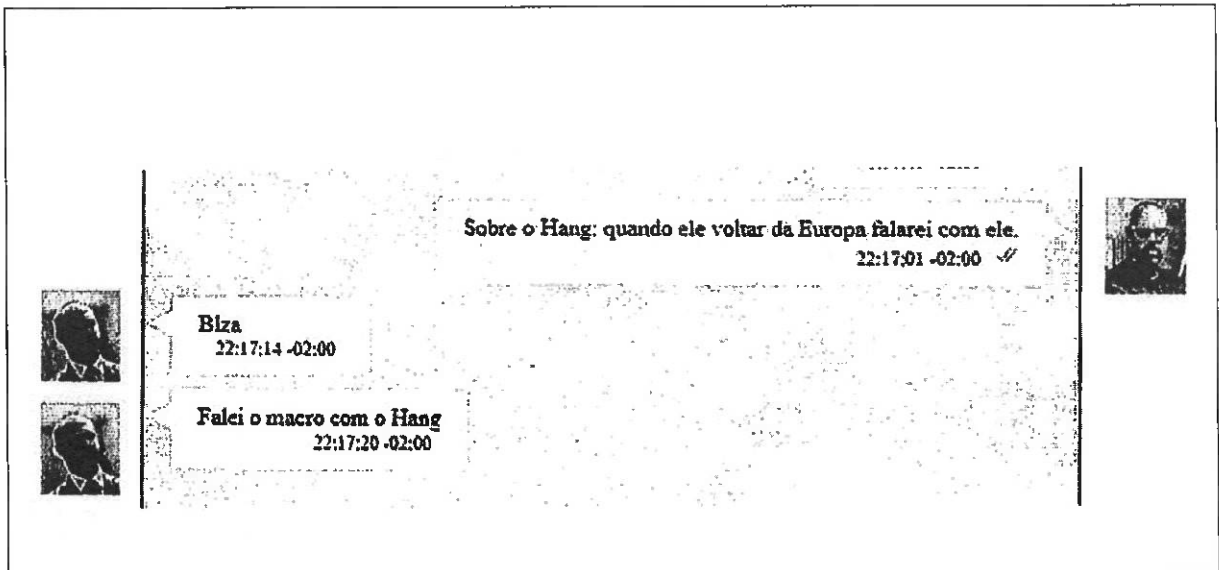
As investigações no INQ 4.874, conforme detalhado anteriormente, mostraram mensagens trocadas entre Allan dos Santos e diversos interlocutores, que indicavam atuação ativa no sentido de organizar e realizar ataques a determinadas autoridades públicas, que fossem contrárias ao posicionamento político de seu grupo, bem como a existência de uma verdadeira “rede financeira” ao redor da produção e propagação do discurso de ódio, ataques aos Poderes de Estado e instituições e tentativa de rompimento da Democracia e do Estado de Direito, com movimentação atípica de valores.

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

De interesse na presente PET, chama a atenção mensagens de Allan dos Santos, inclusive com o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, indicando que entraria em contato com o empresário **LUCIANO HANG** para financiar programa de televisão/rádio:



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Em outras conversas obtidas, entre os empresários **OTAVIO OSCAR FAKHOURY** e **HUGO CÉSAR HOESCHL** foi ventilada a possibilidade de solicitação de dinheiro para determinados empresários, dentre eles **LUCIANO HANG** (que disse que "pagaria"), com o objetivo de pagar por uma "pesquisa de popularidade":

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Registre-se que outro empresário, **EDGAR CORONA**, também é citado por **OTAVIO OSCAR FAKHOURY** como sendo um dos supostos "financiadores" junto com outros empresários – **LUCIANO HANG**, das lojas "Havan", e **AFRANIO BARREIRA FILHO**, do restaurante "Coco Bambu" –, todos integrante do grupo "Brasil

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

200 Empresarial” e, atualmente, do grupo “WhatsApp Empresários & Política”; conforme mensagens juntadas pela Polícia Federal.

Constou do Relatório Parcial de Análise de Material Apreendido n. 02/2020, da Polícia Federal, que:

Em 22/05/2020, OTAVIO, em conversa com o FABIO WAJNGARTEN, atual Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações e ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM)<sup>7</sup>, afirma que precisa comprar uma “radio FM target” e, ao final, cita os supostos financiadores dessa compra ao enviar um *link* de notícia<sup>8</sup>. As empresas citadas na reportagem são:

**Centauro**, controlado pelo grupo SBF COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ [REDACTED], tendo como responsável o sr. JOSE LUIS MAGALHAES SALAZAR, CPF 902.518.577-00.

**Havan** possui o sr. LUCIANO HANG, CPF [REDACTED], como administrador.

**Riachuelo**, sendo o sr. FLAVIO GURGEL ROCHA, CPF [REDACTED], o administrador responsável.

**Bio Ritmo e SmartFit** possuem o sr. EDGARD GOMES CORONA, CPF [REDACTED], como responsável.

**Coco Bambu**; responsável o sr. AFRANIO BARREIRA FILHO, CPF [REDACTED].

**Madero**; administrador pelo sr. LUIZ RENATO DURSKI JUNIOR, CPF [REDACTED].

A propósito, o Relatório de Análise n. 16/2020, da Polícia Federal (referente à análise do material apreendido com ALLAN DOS SANTOS), indicou a fls. 102 que o empresário LUCIANO HANG seria, em tese, um dos “parceiros-chave”:

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RECURSOS CHAVE, OFERTA DE VALOR, RELAÇÃO COM CLIENTES, CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO, FONTES DE RECEITA, SEGMENTO CLIENTES e ESTRUTURA DE CUSTOS;

- indicação da V2V, como um parceiro chave, também como fontes de receita do canal TL;

- indicação das empresas HAVAN e VÉLI como "parceiros chave";

[...]

Conversas entre GUSTAVO FRANCESCHI, da TV Século 21 e ALLAN DOS SANTOS sobre um empreendimento envolvendo a TV Século 21. Seguem alguns trechos da conversa:

[...]

✓ GUSTAVO: "também pelo o enorme favor de fazer uma ponte com o Luciano Hang. Seria fantástico fazer uma parceria entre a Havan e a Século 21. Quando puder, por gentileza, compartilhe o contato dele."

[...]

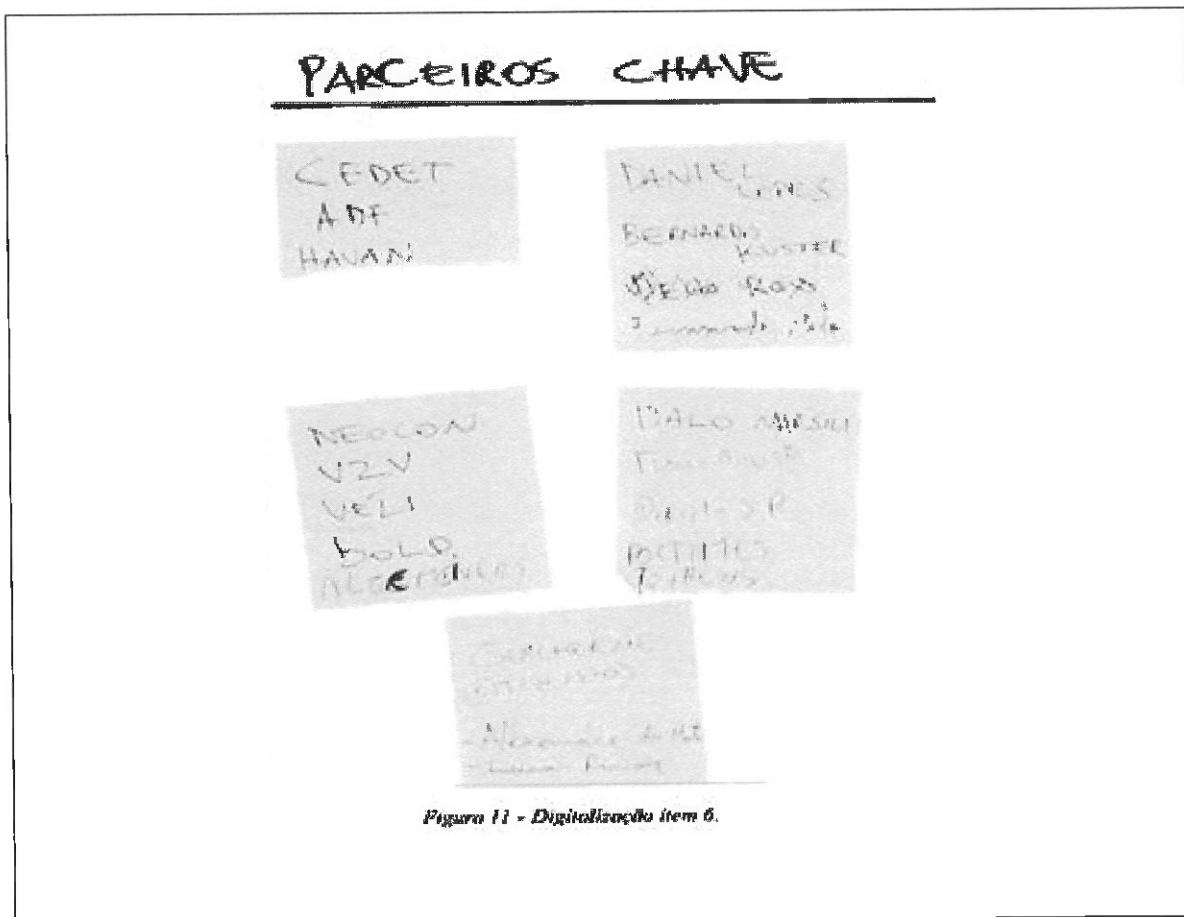


Figura 11 - Digitalização item 6.

Além disso, há inúmeros depoimentos colhidos ao longo das investigações e que foram objeto de análise pelo Relatório da Polícia Federal que reforçam a existência dessa rede amplamente sofisticada e com diversos núcleos de atuação;

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

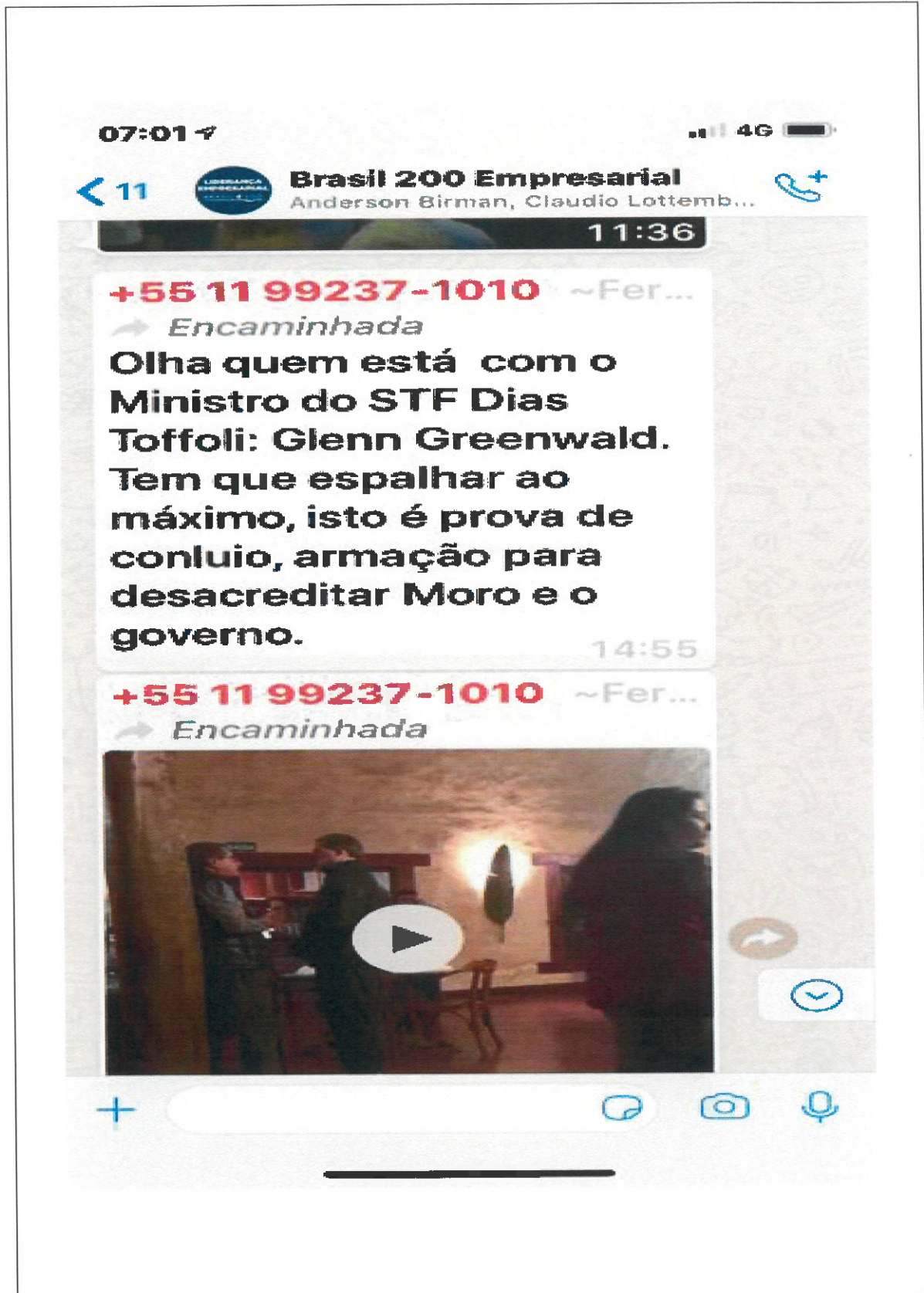
sendo que, no “núcleo financeiro”, há a indicação de vários participantes do grupo “Brasil 200 Empresarial”, que, atualmente, participam do grupo “WhatsApp Empresários & Política”.

Essa estrutura de divulgação de ataques organizados, que foi observada no INQ 4.781/DF, repete-se também neste INQ 4.828/DF, instaurado para apurar a situação específica da convocação e organização de manifestações antidemocráticas ocorridas em 19 de abril de 2020, em que se viu o funcionamento estruturado de ataques às instituições que possam, de qualquer maneira, exercer o sistema de freios e contrapesos previsto na Constituição Federal.

Aliás, como já apontado anteriormente, há efetiva participação de pessoas físicas, muitas delas empresários, que integravam o grupo de “WhatsApp” denominado “Brasil200 Empresarial”, e, que agora integram o grupo “WhatsApp Empresários & Política”, fomentando e incentivando, por meio de aporte financeiro, inúmeras manifestações antidemocráticas.

Esse fato é demonstrado a partir das seguintes imagens:

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL





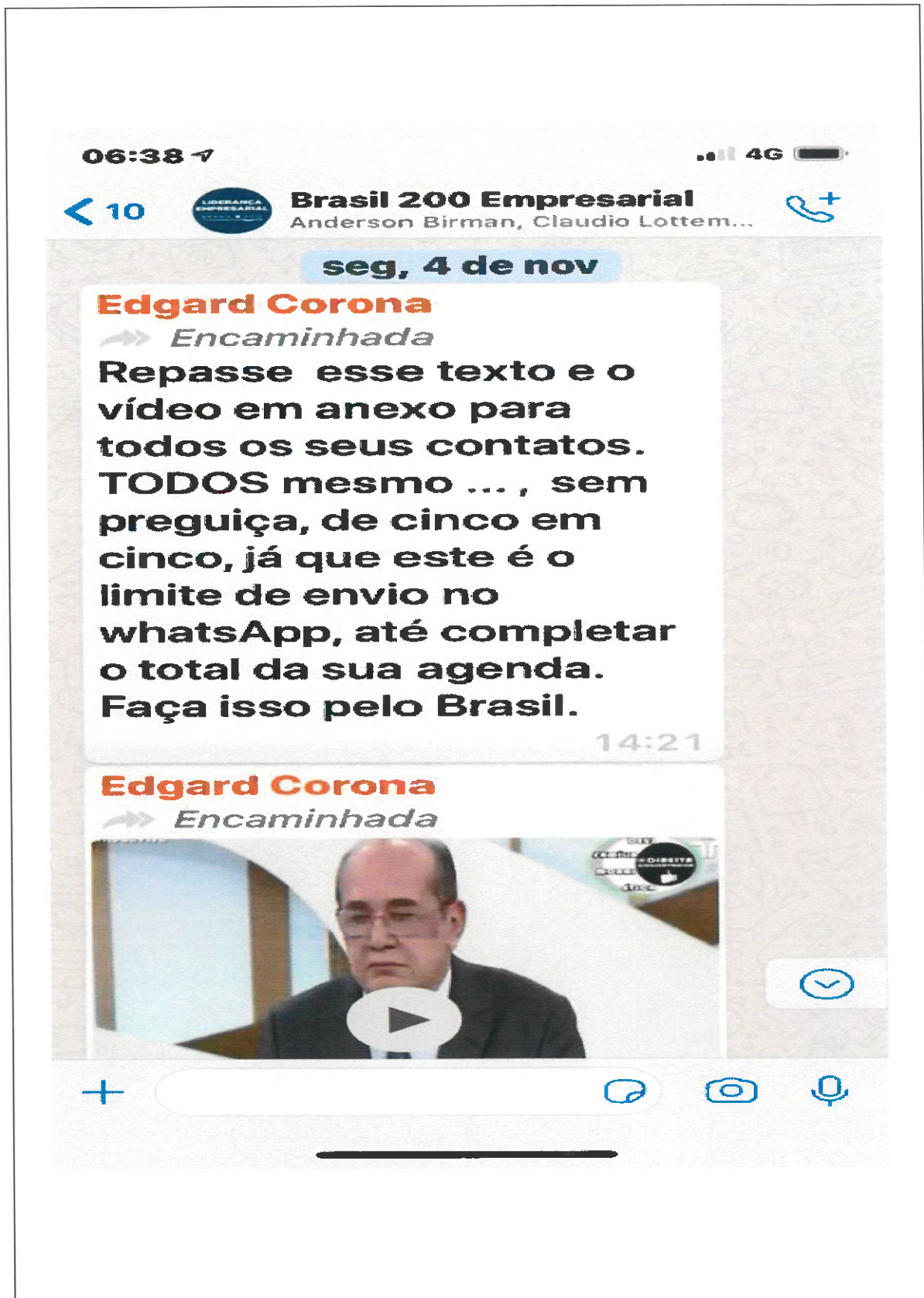
# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

No INQ 4.879/DF, instaurado para apurar a convocação da população, por meio das redes sociais, a praticar atos criminosos e violentos de protesto, às vésperas do feriado de 07 de setembro de 2021, durante uma suposta manifestação e greve de "caminhoneiros", novamente, surgem fortes indícios da existência de um mesmo "núcleo de financiamento" encontrado nos demais inquéritos e compostos de diversos empresários.

Conforme já detalhado anteriormente, foram apresentados fortes elementos indiciários no sentido de que as manifestações violentas ocorridas na Esplanada dos Ministérios, no Distrito Federal, foram impulsionadas, largamente, por pessoas jurídicas, ainda sob investigação, que enviaram diversos caminhões para ameaçar invadir o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL durante a realização dos atos antidemocráticos, em 7 de setembro de 2021, entre elas MARLON BONILHA EIRELI.

O empresário MARLON BONILHA, da MARLON BONILHA EIRELI., é diretor-presidente do "Grupo Pro Tork" e possui relações comerciais com LUCIANO HANG, informação encontrada no próprio site da referida fábrica (<https://www.protork.com/post/2019/11/28/luciano-hang-e-marlon-bonilha-celebram-parceria-entre-havan-e-pro-tork>):

The image shows a screenshot of a legal document and social media posts. On the left, there is a table with columns for 'SECTAM', 'VOLVOFH 840 8847', '04.200.1895001-00', and 'MARLON BONILHA EIRELI'. The table contains four rows of data. To the right of the table is a social media post from 'TRIBUNA' with the text: 'Diretor do Pro Tork, empresário de Luciano Hang, mantém 10 caminhões diante do STF para ameaçar ministros'. Below this is another social media post from 'Atos 07/09/2021' with the text: 'PETIÇÃO ASSEF-CLEM/PGR 286652/2021'. To the right of the petition is a screenshot of the 'REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL' website, specifically the 'CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA' section. Below the website screenshot are two small photographs: one showing two men shaking hands, and another showing a man in a suit. A caption below the photos reads: 'Luciano Hang e Marlon Bonilha celebram parceria entre Hang e Pro Tork 28/11/2019'.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Além disso, a Diretoria do Grupo Pro Tork também foi recebida pelo Presidente da República **JAIR BOLSONARO**, investigado em inquéritos em trâmite nesta CORTE, em 23/06/2021:



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Um dado interessante que foi colhido nas investigações deste procedimento é que o empresário MARLON BONILHA, diretor-presidente do "Grupo Pro Tork", teria contribuído de forma efetiva para as manifestações ocorridas no Distrito Federal, por meio do fornecimento de inúmeros caminhões, tal como restou devidamente registrado a fls. 04 e 10/11, do Relatório de Análise n. 0004/2022, da Polícia Federal (juntado aos autos) e veiculado na mídia em diversos sítios eletrônicos (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/caminhoes-bloqueiam-a-esplanada-e-pressionam-por-invasao-ao-acesso-do-stf.shtml>); <http://noticias.r7.com/brasil/manifestantes-furam-bloqueio-e-entram-de-carro-na-esplanada-21082022>; <http://noticias.r7.com/brasil/pm-faz-barreira-humana-para-protoger-stf-21082022>). Nesse contexto:

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP – POLÍCIA FEDERAL COORDENAÇÃO DE INQUÉRITOS – CINO/CGRC/DICOR/PF		fl. 55 CGRC/DICOR/PF 2021.0088560
<b>RELATÓRIO DE ANÁLISE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA Nº 004/2022</b>		
<b>EXPEDIENTE</b>	<b>Ofício 265537/2022</b>	
<b>IPL</b>	<b>Inq 4879, 2021.0088560-CGRC/DICOR/PF</b>	
<b>DELEGADO</b>	<b>William Tito Schuman Marinho</b>	
<b>ASSUNTO</b>	<b>Análise de vínculos: Manifestação</b>	

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório De Análise De Polícia Judiciária Nº 004/2022 - CING/CGRC/DICOR/PF

p. 58

CGRC/DICOR/PF

0001-000000

PLACA	MODELO	CPF/CNPJ VINCULADO	NOME VINCULADO
RCE6B72	SCANIA/P360 B8X2		SARV TRANSPORTES LTDA
IZN1J01	SCANIA/G450 A6X4		SARV TRANSPORTES LTDA
QTP9925	SCANIA/P320 B8X2		MARCELO MANOEL VENTURINI MEGATON ME
OMG9A54	VW/24.280 CRM 6X2		ALBERTO MACHADO DA SILVEIRA
BCM3136	M.BENZ 415CDISPRINTERF		MARTA RIBEIRO GIBIN
NFV2B97	M.BENZ/AXOR 1933 S		ALBERTO ANTUNES CABRAL
APV8I99	VOLVO/FH 400 8X2T		MARCIO G LEITE JUNIOR E OUTRA
AEK0788	VW/19.320 CLCTT		MARLON BONILHA
BEZ7A88	VOLVO/FH 540 6X4T		MARLON BONILHA EIRELI
AOW7C88	VOLVO/FH 540 6X4T		MARLON BONILHA EIRELI
ANQ0788	VW/19.330 CTC 4X2		MARLON BONILHA EIRELI
AVR7A88	VOLVO/FH 540 6X4T		MARLON BONILHA EIRELI
AOP7C88	VOLVO/FH 540 6X4T		MARLON BONILHA EIRELI
LPE7481	VW/25.370 CLM T 6X2		R A DA ROCHA TRANSPORTES
ELQ8071	VOIVO/S'M 760 6X2R		CARLOS AUGUSTO DE FREITAS
ARZ6571	SCAN IA/G 380 A4X2		BRUNO HENRIQUE FERREIRA
ICR0947	SCAN IA/T 113 H 4X2 360		CELSO JOSE BRESSAN
AVP8015	SCANIA/R124 GA4X2NZ 420		VANIO LUIZ BEZ BATTI
RMV1177	VW/31.330 CRC 6X4		PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA
RCM7D99	I/RAM 2500 LARAMIE		ALEXANDRE MELO ALVES PEREIRA
RCD9C31	VOLVO/FH 540 6X4T		ALEXANDRE MELO ALVES PEREIRA
BWJ6101	VOLVO/NL10 340		DJ COMERCIO DE GAS EIRELI ME
NFL9B49	SCANIA/R124 GA4X2NZ 400		CARLOS ANTONIO DE ARAUJO
MSX6768	VW/24.250 GNC 6X2		VERA LUCIA SOARES DE V. ABREU
GPR9558	M.BENZ/L 1621		CRISTIANO DOS SANTOS CAVALCANTE

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório De Análise De Polícia Judiciária Nº 004/2022 - CINQ/CGRC/DICOR/PF

P. 64  
CGRC/DICOR/PF  
1088660

PLACA	MODELO	CPF/CNPJ VINCULADO	NOME VINCULADO
RNM1A14	FIAT/MOBI LIKE		LOCALIZA RENT A CAR S.A.
JHU6460	VW/KOMBI		EDIVAR PEREIRA MARTINS
JGG4488	GM/ASTRA SEDAN CD		LEONARDO FERREIRA DE SOUZA
PLS9C97	CHEVROLET/SIO LTZ DD4A		EVANDROP NEVES
NVT7758	IVECO/STRALIS 740S46TZ		GRAO DOURADO INDUSTRIA E COMERCIO
NVU03S8	IVECO/STRALIS 740S46TZ		GRAO DOURADO INDUSTRIA E COMERCIO
NVU0358	IVECO/STRALIS 740S46TZ		GRAO DOURADO INDUSTRIA E COMERCIO
AXU6686	IVECO/STRALIS 600S44T		BERVIG E BERVIG LTDA - ME
PJN5C70	DF BMW/R1200 65		PAULO SERGIO DE JESUS MOREIRA
QPS6786	MG HONDA/NXRI60 BROS ESDD		ERIKA PEREIRA DE SOUZA RABELO
PAR1031	DF HONDA/CG 160 FAN ESDI		JAILSON FRANCISCO DOS SANTOS
ABC4E50	SCANIA R142		ILSE STRELOW
AEK0788	VW 19320 CLC		MARLON BONILHA EIRELI
ANQ0788	VW 19.330 CTC		MARLON BONILHA EIRELI
AOP7C88	VOLVO/FH 540 6X4T		MARLON BONILHA EIRELI
AOW7C88	VOLVO/FH 540 6X4T		MARLON BONILHA EIRELI
APR0E20	VOLVO FH12		ODILON PEREIRA DA FONSECA
AT67886	VW 19320 CLC		MARLON BONILHA EIRELI
ATS8D33	VOLVO/FH440		RICARDO JOSE WICKERT
AVH4455	SCANIA/P 310 B8X2		GUILHERME HENRIQUE
AVR7A88	VOLVO/FH 540 6X4T		MARLON BOMILHA EIRELI
AWE0788	VW 19330 CTC		MARLON BONILHA EIRELI
AXU6686	IVECO STRALIS		BERVIG E BEFVIC LT DA
VN2B25	DAF/XF10S F1S 480A		UNICA DORNA DE MINAS LTDA
BB06B61	NISSAN/FRONTIER LE 2!		FABIO PEREIRA



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Relatório De Análise De Polícia Judiciária Nº 004/2022 - CING/CGRC/DICOR/PF

Fl. 65  
CGRC/DICOR/PF  
2022-088660

PLACA	MODELO	CPF/CNPJ VINCULADO	NOME VINCULADO
BCP1434	FORD RANGER XLSCD4		CARMELINA BORBA PEREIRA
BCV7159	CHEVROLET/SIO LT DD4A		POLIANE JUSINO A MEIDA DOS SANTOS
BCZ9D85	IVW AMAROK V6 HIGH AC4		ZAGO & LORE NZETTI LTDA
BDX7H38	FIAT/TORO RANCH AT9 D4		LEONIDA CLETIS DE MORAES
BEX7A88	VOLVO FH540		MARLOS BONILHA
BMR6182	DODGE RAM 2500		LUZIA ARLETE PROVEZAN BALDAN
BTS4910	SCANIA T113H4X2360		PAULO LUIZ WICKERT
BWB9994	M.BENZ/LS 1935		ROGÉRIO LUIZ KLEIN
BWJ6101	VOLVO/M L10		DISK GAS JUNINHO
BWV5A10	VOLVO/COMIL CAMPIONE DD		L D C TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA
XUD3H81	VW/25.390 CTC 6X2		SCOTELARO TRANSPORTES LTDA
P/RB1S6	SR/GUERRA AG GR		ROOS E FONSECA TRANSPORTES LTDA
CZB9715	IVECO/STRALIH D 450S38TN1		ANDERSON C LAITON VIEIRA MARTO
DBL2838	VOLVO/FH12 380 4X2T		VANESSA CAVALCANTE MODESTO
DJB4C20	VW/18.310 T SETEC CM		MAURO MOURA DA SILVA
DPE4G98	FORD/CARGO 4532 E		WILSON LUIZ PALARO
DXI1834			?
EFW2H58	VOLVO FH440		HELEINE SIGOLINE
EJV4464	VW/25.370 CLM T 6X2		ALESSANDRO SOUZA BATISTA
EJZ7690	FORD/CARGO 242B E		EDIVALDO DE LIMA FERREIRA
ELQ8071	VOLVO/M 260 6X2R		CARLOS AUGUSTO DE FREITAS
EV06001	VOLVO/FH 520 6X4T		ROBERTO HENRIQUE BOGORNÍ NETO
EXA1959	VOLVO/FH 540 6X4T		S C TRANSPORTES DE MARILIA LTDA
FAA4956	FORD F350		PAULO ANTONIO SILVA

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**TRIBUNA**  
TODO MUNDO CONHECE *da imprensa*

São Paulo  
27°C 13°C

Busque

Notícias / Política

## Dono da Pro Tork, comparsa de Luciano Hang, mantém 10 caminhões diante do STF para atemorizar ministros

Por **Tribuna** em 09/09/2021

Compartilhar     



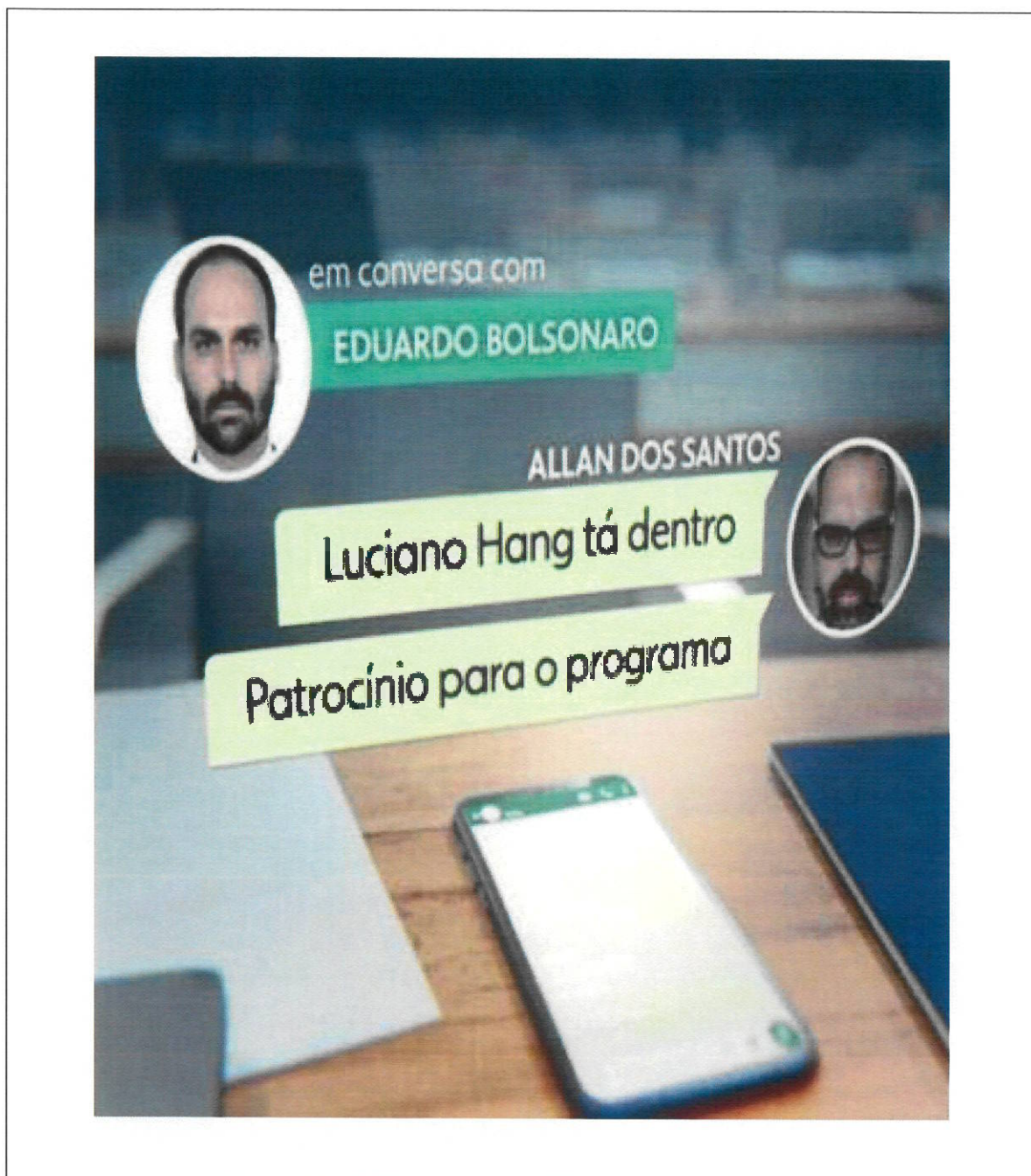
## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

No INQ 4.888/DF, instaurado para investigação do Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, em relação aos crimes apontados no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi apontada a existência de um núcleo de financiamento para a divulgação de *fake news* sobre a COVID-19, fornecendo recursos materiais e financeiros necessários para sustentar economicamente a organização e permitir a realização das ações decididas pelo núcleo de comando, nos mesmo moldes das investigações anteriores.

Segundo o relatório final da CPI, entre os principais financiadores, estariam os empresários **LUCIANO HANG** e **OTÁVIO OSCAR FAHKOURY**.

O envolvimento do referido empresário **LUCIANO HANG** já havia sido constatado quando do INQ 4.828/DF, oportunidade na qual se localizaram mensagens entre **ALLAN DOS SANTOS** e o Deputado Federal **EDUARDO BOLSONARO** confirmando o seu envolvimento:

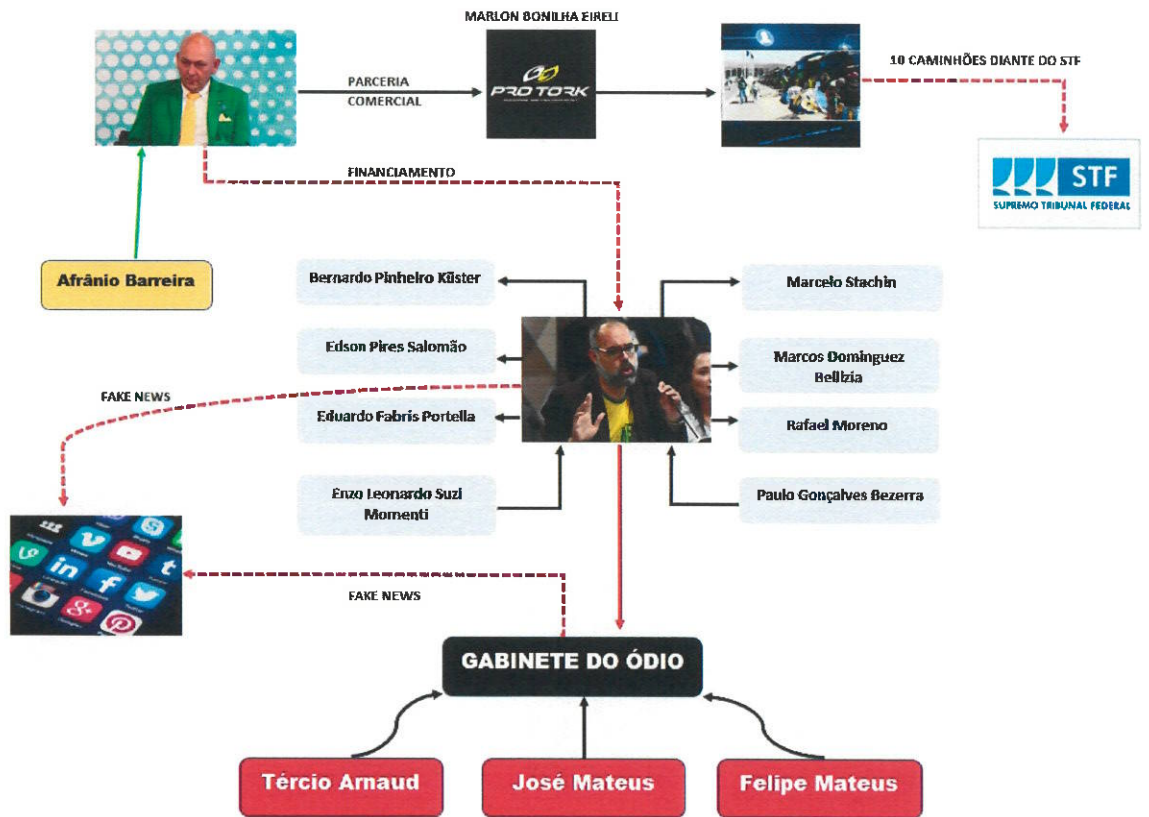
## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



As provas e indícios existentes nas várias investigações apontam a existência real de um núcleo de financiamento de notícias fraudulentas e de atos antidemocráticos, com a menção expressa de dois dos representados pela Polícia Federal – LUCIANO HANG (em todas as investigações) e AFRANIO BARREIRA

# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

FILHO –, como possíveis empresários-financiadores e demonstração de interligação com os demais núcleos investigados, conforme se verifica no resumo abaixo:



# SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



Dentro do contexto das investigações, não é possível ignorar as mensagens trocadas por um grupo de empresários, incluindo os dois anteriormente citados, que repetem o mesmo modus operandi ilícito verificado desde 2019, fomentando o ataque as Instituições e ao próprio Estado Democrático de Direito.

A Polícia Federal, corretamente, defende a adoção de medidas voltadas ao esclarecimento dos fatos, especialmente considerado o momento pré-eleitoral de acirramento da polarização, destacando que as condutas investigadas podem resultar em (a) ações violentas por adesão de voluntários, considerando o meio em que se praticam os atos (aplicativos de comunicação); e (b) cooptação de pessoas em razão do poder econômico do mencionado grupo e utilização da posição hierárquica junto a funcionários para angariar votos ao candidato apoiado pelos empresários por meio de pagamento de “bônus em dinheiro ou em prêmio legal para todos os funcionários”.

Deste modo, a adoção de medidas investigativas requeridas pela Polícia Federal (busca e apreensão e quebra de sigilo telemático) em relação aos empresários **LUCIANO HANG, AFRANIO BARREIRA FILHO, JOSE ISAAC PERES, JOSE KOURY JUNIOR, IVAN WROBEL, MARCO AURELIO RAYMUNDO, LUIZ ANDRE TISSOT e MEYER JOSEPH NIGRI** se apresenta como necessária para o cruzamento de dados e verificação de relação com as condutas já identificadas nas

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

diversas investigações mencionadas (a exemplo do INQ 4.781/DF, INQ 4.828/DF, INQ 4.879/DF, INQ 4.888/DF e INQ 4.874/DF), notadamente em razão da verificação de absoluta semelhança entre o "modus operandi" de agir dos investigados e da possível correspondência deles ao "núcleo de financiamento" das condutas, as quais guardam similitude com outras já observadas em outros procedimentos investigatórios que tramitam nesta CORTE e contemplam empresários que já estavam sendo investigados anteriormente, em especial **LUCIANO HANG**, que se viu, desde sempre, apontado como um dos empresários financiadores dessas práticas consistentes na divulgação de "fake news" sistematicamente voltadas para o ataque às instituições do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e dos seus Ministros, dentre outras.

Mesmo porque, o envolvimento desse empresário com vários outros, em um grupo de "WhatsApp", no qual se mencionava, como divulgado pela imprensa, a possibilidade de "golpe" acaso não vencedor o candidato por eles preferido, diante do contexto indiciário existente nas investigações, nas quais se evidenciou o investimento de dinheiro e mecanismos para o arregimentar de estrutura voltada às manifestações públicas de pessoas – o que se revela pelo fornecimento de caminhões para participar de manifestações – , bem como da notícia de possível apoio, novamente, em manifestações do próximo dia 07 de setembro de 2022, recomendam, à luz do poder geral de cautela, que sejam deferidas as medidas requeridas na Pet 10.543/DF.

### 6. CONCLUSÃO

O INQ 4.874/DF, que justificou a distribuição desta Pet 10.543/DF à relatoria de Vossa Excelência, por prevenção, foi instaurado, após determinação nos autos do INQ 4.828/DF, em virtude da presença de fortes indícios e significativas provas apontando a existência de uma verdadeira organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes àqueles identificados no INQ 4.781/DF, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito, o que, em tese, caracteriza diversos crimes.

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

As circunstâncias fáticas descritas pela Polícia Federal e que também foram objeto de outras manifestações apontam para a urgente interrupção de eventual propagação dos discursos com conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática, mediante bloqueio de contas em redes sociais ("Facebook", "Twitter", "Telegram" e "Instagram") dos investigados.

Não bastassem os argumentos expostos anteriormente, há indícios de que um dos investigados, **MEYER JOSEPH NIGRI**, já teria apagado alguns conteúdos das suas redes sociais, o que recomendaria, ainda mais, a celeridade do deferimento das medidas propostas pela Polícia Federal, uma vez que os investigados poderiam ocultar dados importantes para a continuidade das investigações. E, como é impossível, neste momento, identificar a data em que tais conteúdos foram, de fato, deletados, também sugiro, se for o caso, oficiar aos órgãos cabíveis para que informem os históricos de movimentação das contas sociais de todos os investigados a fim de verificar se tal fato poderia caracterizar crime.

No mesmo sentido, apresenta-se como possivelmente necessário e urgente o afastamento dos sigilos bancário e telemático dos investigados, diante da possibilidade de utilização de recursos para o financiamento de atos ilícitos e antidemocráticos, com objetivo de interromper a lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV, Constituição Federal), conforme anteriormente ressaltado, pois é necessário lembrar que há a notícia de que um dos empresários mencionados, **LUCIANO HANG**, seria um dos "parceiros-chave" de **ALLAN DOS SANTOS**, também mantendo relações comerciais com **MARLON BONILHA**, que disponibilizou diversos caminhões para ameaçar o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no dia 7 de setembro de 2021.

Observe, por oportuno, que tal medida não tem apenas o condão de trazer elementos concretos do envolvimento dos investigados com o núcleo "financeiro", mas também de servir de norte para o eventual cruzamento (a) entre os dados bancários dos referidos empresários com os dados bancários obtidos de investigados nos outros Inquéritos, nos quais aparecem como sendo "financiadores"; (b) entre os dados telemáticos dos referidos empresários com aqueles dados que já estão sendo analisados pela Polícia Federal a partir da quebra do sigilo telemático de **MAURO**



## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**CESAR CID**, ajudante de ordens do Presidente da República, no INQ 4.878/DF. Refiro-me ao Relatório de Análise de Material Apreendido n. 001/2022, especificamente ao acesso do conteúdo de dados armazenados em serviço de nuvem associado à conta de **MAURO CESAR CID**, no referido INQ 4.878/DF, o que pode vir a apontar dados coincidentes com os fins da presente investigação, o que se pode afirmar com base no depoimento por ele prestado para a Polícia Federal, acima parcialmente transcrito, dada a proximidade revelada entre ele e vários investigados dos núcleos analisados.

Por fim, saliento que, embora detectável o mesmo "modus operandi" já identificado em outros procedimentos investigatórios, faz-se necessária a continuidade das investigações, em especial pelo deferimento da representação policial, para que se apurem os fatos e eventual correlação entre o grupo de empresários mencionados **LUCIANO HANG, AFRÂNIO BARREIRA FILHO, JOSÉ ISAAC PERES, JOSÉ KOURY JUNIOR, IVAN WROBEL, MARCO AURELIO RAYMUNDO, LUIZ ANDRE TISSOT e MEYER JOSEPH NIGRI** e o possível núcleo "financeiro" já observado (a exemplo do INQ 4.781/DF, INQ 4.828/DF, INQ 4.879/DF, INQ 4.888/DF e INQ 4.874/DF).

Sendo assim, recomenda-se à Vossa Excelência, que as medidas requeridas pela Polícia Federal, se deferidas, em que pese a existência de inúmeros outros empresários no referido grupo de "WhatsApp", restrinjam-se apenas este grupo de empresários mencionados na representação policial.

Era o que me cabia relatar.

Às considerações.

  
**Airton Vieira**

**Magistrado Instrutor do Gabinete do Ministro ALEXANDRE DE MORAES**